UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

Instituto de Psicologia – IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI
Mestrado Acadêmico e Doutorado

CECÍLIA DE SANTANA MOTA

RESSONÂNCIAS DA SEGREGAÇÃO NAS TRAJETÓRIAS DE ACOMPANHAMENTO DE SUJEITOS QUE VIVEM EM CONTEXTO DE RUA: UM DISPOSITIVO DE CUIDADO TERRITORIAL A PARTIR DA PSICANÁLISE

Salvador

2021

CECÍLIA DE SANTANA MOTA

RESSONÂNCIAS DA SEGREGAÇÃO NAS TRAJETÓRIAS DE ACOMPANHAMENTO DE SUJEITOS QUE VIVEM EM CONTEXTO DE RUA: UM DISPOSITIVO DE CUIDADO TERRITORIAL A PARTIR DA PSICANÁLISE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Área de concentração: Psicologia do Desenvolvimento.
Linha de pesquisa: Contextos de Desenvolvimento Clínica e Saúde.
Orientadora: Profª. Drª. Cristiane de Oliveira Santos.

Salvador

2021

De Santana Mota, Cecília.
Ressonâncias da Segregação nas Trajetórias de Acompanhamento de Sujeitos que vivem em contexto de Rua: Um Dispositivo de Cuidado Territorial a partir da Psicanálise. / Cecília de Santana Mota. --.
Salvador, 2021.
146 f.

Orientadora: Cristiane de Oliveira Santos.
Dissertação: (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, 2021.

1. contexto de rua. 2. Segregação. 3. dispositivo de cuidado territorial. 4. Psicanálise. I. Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

CECÍLIA DE SANTANA MOTA

RESSONÂNCIAS DA SEGREGAÇÃO NAS TRAJETÓRIAS DE ACOMPANHAMENTO DE SUJEITOS QUE VIVEM EM CONTEXTO DE RUA: UM DISPOSITIVO DE CUIDADO TERRITORIAL A PARTIR DA PSICANÁLISE

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Cristiane de Oliveira Santos

Instituto de Psicologia, UFBA

Suely Ayres Pontes

Instituto de Psicologia, UFBA

Miriam Debieux Rosa

Universidade de São Paulo, USP

Salvador, 22 de novembro de 2021.

Dedico esta dissertação a todos os sujeitos que encontrei na rua, que me contaram suas histórias e me ajudaram a compreender a importância de reconhecer o outro enquanto sujeito de desejo.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de uma escrita não se faz sozinha, pois colocamos no ato de escrever também muito do que somos, e somos na medida em que existem outros que nos constituem, que compartilham conosco afetos, memórias, vida. Assim, nesta trajetória, tenho muito a agradecer e celebrar, celebrar a presença de amigos, familiares, pessoas queridas que me ajudaram a construir este escrito e que, para mim, se configura como aquilo que acredito a respeito de um fazer profissional.

Agradeço ao Programa *Corra pro Abraço* pela acolhida generosa com o que de melhor cada profissional pode realizar no cotidiano da rua. O *Corra*, mais do que um espaço de labor, é um espaço de transformação, e de onde é possível a afirmação e a resistência de práticas antirracistas, antiproibicionistas e toda forma de opressão, autoritarismo e preconceito. Agradeço a possibilidade de aprender tanto.

Agradeço aos queridos colegas e amigos do *Corra*, que junto a mim permanecem firmes em acreditar que o que fazemos é não só uma prática laboral, como também um ato de resistência e transformação. Agradeço mais especialmente à Jéssica, Alessandra, João, Rose, Cris, Thiago, Anderson, Paula, Elielma, Letícia, Iago, pois esta dissertação é fruto também de tudo que compartilhamos e vivemos no cotidiano das ruas.

Agradeço à Cristiane Oliveira, que topou, junto comigo, escrever sobre uma psicanálise que deve estar presente no mundo, no cotidiano da vida, nas entrelinhas da rua. Obrigada pela confiança ao longo não só do mestrado, mas de toda uma vida acadêmica desde a graduação!

Agradeço à Suely Ayres por tanto aprendizado nas supervisões clínicas do *Corra*, marcando a importância de promover escutas singularizadas dos sujeitos, e cujas intervenções me convocam, por uma responsabilidade ética, a apostar na potência subversiva do inconsciente, sem deixar de reconhecer, também, as misérias e sofrimentos advindos do campo sociopolítico.

Agradeço à Carol, Janinne, Sirlane, Narla, Camila, Adriana, Emilly, aos meus amigos, pela amizade de longa data, pelo afeto permanente e genuíno, por manterem vivos laços que se fortalecem ao longo do tempo e que me ajudam a construir também aquilo que sou.

Agradeço aos meus familiares, presentes a todo o momento através do carinho e afeto compartilhado ao longo de toda uma vida, às minhas avós, meus primos, à minha irmã,

pelo amor que se mantém, à minha tia Cláudia, por tanto incentivo e carinho, a meu Tio Chico, pela inspiração e sabedoria, e todos àqueles que mesmo longe, estavam muito perto.

Agradeço a Roudrigo pelo incentivo e aposta contínua de que poderia ser possível a realização do mestrado, certamente não teria sido da mesma forma sem você, já que, a sua presença irreverente e ironia inconfundíveis, mesmo diante das intempéries da vida, me ajudam a compreender que é possível atravessar àquilo que nos afeta e faz sofrer com um pouco mais de leveza e riso. Obrigada moço, pela vida compartilhada na soberania do amor.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai, cujo amor e reconhecimento inicial me abriram as portas para eu poder desejar. A presença firme, honesta e amorosa de ambos me faz acreditar que, embora em algum momento da vida eu tenha/venha a perder o telhado, por outro lado, ganharei estrelas, como diria Tom Zé, e que, na minha interpretação, me diz que é sempre possível reinventar caminhos.

Por fim, ao falar em caminhos, agradeço muito à todas as sujeitos (as) que encontrei na rua, nos territórios de Salvador por onde andei, por terem me recebido no lugar onde moram, falando de si, das suas trajetórias de vida e sofrimentos. Agradeço a todos eles por ter aprendido que, os caminhos da rua abrigam não apenas miséria, mas vida, relações, sujeitos de desejo que reinventam, todos os dias, novas formas de resistir, estar no mundo e ocupar os espaços.

Ocupemos então o asfalto e façamos crescer flores nele!

Em vista de tudo que vem ocorrendo, poderá ainda o Outro ser considerado meu semelhante? Levados aos extremos, como é o nosso caso aqui e agora, no que precisamente se assentam a minha humanidade e a dos outros? Se o peso do Outro se tornou tão esmagador, não valeria mais a pena que a minha vida não mais estivesse vinculada à sua presença, tampouco a sua à minha? Por que devo eu, contra tudo e contra todos, e apesar de tudo, velar por outra pessoa, acercando-me ao máximo de sua vida, se ela, em contrapartida, visa apenas a minha ruína? Se, em última instância, a humanidade existe apenas na medida em que está no mundo e é do mundo, como fundar uma relação com os outros, que esteja baseada no reconhecimento recíproco da vulnerabilidade e da finitude que nos são comuns?

(Achille Mbembe).

Se quero o outro comigo,
Fraco, cansado ou louco,
Tenho que deixar sempre abertas,
As portas do meu coração.

Cem vezes terei que ampará-lo
Quando, repetidamente,
Fraquejar o ritmo de suas pernas.
Mil vezes terei que parar,
Para que possa descansar

O que nos testa no amor,
Não é o grau de dificuldade
Mas sim, a sua repetição.

Marcus Vinícius de Oliveira Silva (Marcus Matraga).

RESUMO

No encontro com sujeitos que vivem em contexto de rua, ao oferecer um “espaço” de cuidado para eles é possível perceber, através de suas falas, o quanto suas trajetórias de vida e subjetividade são atravessadas pelos impactos provocados por um país historicamente marcado por profundas desigualdades. Neste sentido, esta pesquisa destina-se a discutir de que maneira sujeitos que vivem em contexto de rua são afetados pelas ressonâncias da segregação provocadas pelo Estado e pela sociedade, ressonâncias possíveis de serem percebidas quando do acompanhamento dos mesmos por um dispositivo de cuidado territorial a partir da psicanálise. Para dar consecução à construção deste estudo foi elaborado o seguinte objetivo geral: analisar as ressonâncias da segregação nas trajetórias de sujeitos que vivem em contexto de rua. Neste ínterim, foram construídos alguns objetivos específicos, são eles: caracterizar o contexto de rua a partir do acompanhamento de sujeitos que nele vivem; cartografar a circulação de sujeitos nos espaços na rua e nos espaços institucionais de modo a identificar os mecanismos de segregação aí presentes e por eles identificados, bem como os impasses e recursos por eles experimentados; analisar as interações dos sujeitos que estão em contexto de rua com um dispositivo territorial de cuidado a partir da psicanálise e, o que destas interações advém como forma de enfrentamento dos mecanismos de segregação que possam vir a afetá-los. Como forma de atender aos objetivos propostos analisou-se três casos que se caracterizam por alguns aspectos em comum, a exemplo dos atos de segregação sofridos pelos sujeitos, a vivência no contexto de rua, vínculos familiares fragilizados, dentre outros. Discutimos no marco teórico desta pesquisa alguns temas que convergem para um retrato daquilo que nomeamos como contexto de rua, a saber: racismo, desigualdade social, direito à cidade, necropolítica, entre outros pontos e, logo em seguida, costuramos nossa argumentação com base em uma perspectiva psicanalítica, cujo debate voltou-se para as questões em torno da segregação, do desamparo e do laço social. Posteriormente, dissertamos a respeito dos conceitos de dispositivo, território e cuidado, abrindo espaço para a construção de reflexões sobre uma psicanálise feita de forma implicada no campo sociopolítico, bem como sobre a importância do reconhecimento da existência do sujeito que vive em contexto de rua. Espera-se que este estudo possa fazer ressoar a fundamental presença da psicanálise no cotidiano das ruas, assim como o fortalecimento da ideia segundo a qual é importante o reconhecimento de vidas que não são reconhecidas enquanto tal, posto que tal ato também pode gerar efeitos sobre uma dada política de morte, sobejamente orquestrada no Brasil, principalmente nos últimos três anos, e que mais amplamente atinge os sujeitos que tomam a rua como lugar de morada.

Palavras-chave: Contexto de Rua; Segregação; Dispositivo de cuidado territorial; Psicanálise.

ABSTRACT

When meeting with individuals who live in the street context, by offering a "space" of care for them, it is possible to perceive, through their speeches, how much their life and subjectivity trajectories are crossed by the impacts caused by a country historically marked by profound inequalities. Therefore, this research aims to discuss how people who live in the street context are affected by the resonances of segregation caused by the state and society, resonances that can be perceived when monitoring them from a territorial device of care crossed by psychoanalysis. To carry out the construction of this study, the following general objective was elaborated: analyze the resonances of segregation in the trajectories of accompaniments carried out by a territorial care device crossed by psychoanalysis, to people who live in the street context. In the meantime, some specific objectives were built, which are: to characterize the street context from the monitoring of individuals who live in it; mapping the circulation of people in the spaces on the street and in institutional spaces in order to identify the mechanisms of segregation present there and identified by them, as well as the impasses and resources they experience; analyze the interactions of the people who are on the street with a territorial care device and what these interactions come from as a way of coping with the mechanisms of segregation that may affect them. To meet the proposed objectives, three cases were analyzed that are characterized by some common aspects, such as the acts of segregation suffered by these people, living in the street context, weakened family ties, among others. We discussed, within the theoretical framework of this research, some themes that converge to a portrait of what we named in this dissertation as street context, namely: racism, social inequality, right to the city and necropolitics. We then put our arguments together based on a psychoanalytic perspective, whose debate turned to issues around segregation, helplessness, and the social bond. Later, we talk about the concepts of device, territory, and care, opening space for the construction of reflections on a psychoanalysis carried out in an implied way in the sociopolitical field, as well as on the importance of recognizing the existence of the subject who lives in the street context. It is hoped that this study can resonate the fundamental presence of psychoanalysis in the daily life of the streets, also echoing contributions that underscore the importance of acknowledge lives that are not recognized and the effects that this can generate against a given policy of death, extensively orchestrated in Brazil, mainly in the last three years, and which more broadly affects individuals who take the street as their place of residence.

Keywords: Street Context; Segregation; Territorial care device; Psychoanalysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas

CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infantil

CNR - Consultório na Rua

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CT – Comunidade Terapêutica

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

POPRUA – População em Situação de Rua

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SJDHDS – Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

SPAs – Substâncias Psicoativas

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UAI – Unidade de Acolhimento Institucional

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO…….....…12

1. INTRODUÇÃO.....17

2. TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA.....27

2.1. O campo de investigação: O Programa Corra pro Abraço;
2.2. A escolha metodológica;
2.3. Coleta de Dados;
2.4. Análise de Dados;
2.5 A escolha dos casos apresentados;
2.6. Questões Éticas.

3. O CONTEXTO DE RUA E SUAS INTERFACES: UM OLHAR PARA A NECROPOLÍTICA.....32

3.1. A Rua e suas questões: vulnerabilidade, território, direito à cidade, políticas públicas 32
3.2. Desigualdade social, racismo e segregação: O que atravessa o asfalto e as vidas que nele vivem 43
3.3. Novas formas de subjugação da vida: Breves considerações sobre uma política de morte.....49

4. SEGREGAÇÃO, DESAMPARO E LAÇO SOCIAL: PERSPECTIVAS PSICANALÍTICAS.....60

4.1. A segregação em Freud: Bordejando o termo através de alguns conceitos.....60
4.2. A segregação em Lacan: Sua origem e seus efeitos.....69
4.3. Desamparo e laço social: Entre a subjetividade e o campo sociopolítico.....76

5. UM DISPOSITIVO DE CUIDADO TERRITORIAL: PSICANÁLISE E ATOS DE RECONHECIMENTO.....86

5.1. Dispositivo, cuidado e território: Introduzindo os conceitos.....86
5.2. Por uma psicanálise em extensão e implicada.....94
5.3. Sobre o ato de reconhecer o outro na rua: Algumas considerações.....100
5.4. O que nos contam os sujeitos que vivem em contexto de rua: Acompanhar, escutar, reconhecer.....106
5.4.1. A rua como espaço de morada: Fabiano e a ladeira.....108
5.4.2. Um “morto-vivo” se arrasta pelas ruas: O caso Edson.....118
5.4.3. Reconhecer a vida que acontece na rua: Valmira e a construção da sua casa no asfalto.....128

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....136

7. REFERÊNCIAS.....140

APRESENTAÇÃO

[...]

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade.

O desejo pela pesquisa nasce através do meu trabalho como psicóloga no Programa *Corra pro Abraço*. O referido programa é um serviço vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), criado através da Superintendência de Políticas Sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis – SUPRAD, com atendimento à população em situação de rua e vulnerabilidade social na cidade de Salvador, no Estado da Bahia.

As histórias que serão contadas nesta dissertação são de sujeitos acompanhados pelo *Programa Corra pro Abraço*, cujas trajetórias de vida são atravessadas por muitas perdas familiares, sujeitos que, ao estarem na rua parecem encontrar um lugar de morada. Estes se deslocam dentro do território em que vivem e/ou viviam e, a partir de um circuito muitas vezes incessante entre a casa, as unidades de acolhimento institucional, as vielas de Salvador, vão construindo formas de estar no mundo.

No campo de atuação onde a rua é um cenário de trabalho, ao encontrar com um sujeito que neste contexto vive, questiono-me continuamente como acessá-lo, sobretudo, como escutá-lo em meio a cenas não apenas de uso intenso de substância psicoativa, mas

também de extrema miséria. Advertida permanentemente de que, como psicóloga, escolhi orientar a minha escuta através da teoria psicanalítica, tento manter viva a aposta na potência subversiva do inconsciente.

De acordo com o que se afirma acima, ir a campo, como costumamos falar quando adentramos o território no qual os sujeitos que vivem em contexto de rua estão, me convoca a estar presente, a estar disposta para realizar um encontro com o outro, e que, por esta via, que se dá na construção de um vínculo, é possível manter-me atenta a escutar. Porém, as questões que burilavam/burilam a minha subjetividade não me permitiam deixar de me perguntar o que fazia eu ali? Como poderia nomear isto que faço?

Tentando dar contornos a uma prática realizada em campo e de acordo com um movimento neurótico de dar sentido e nomear um fazer profissional fui percebendo que, a partir de conversas, reflexões, estudo, por via, enfim, da realização desta pesquisa pude encontrar uma forma de simbolizar, falar sobre o que faço e os efeitos deste fazer, ou seja, uma escuta possível de ser realizada com sujeitos que vivem em contexto de rua a partir daquilo que nomeio como dispositivo de cuidado territorial a partir da psicanálise.

Mas quais são as formas que um sujeito que vive em contexto de rua pode encontrar para lidar com aquilo que o faz sofrer, quando também nos deparamos com o fato de que esse mesmo sujeito, muitas vezes, não consegue nem mesmo enunciar alguma demanda ou qualquer fala endereçada ao outro, imerso em um desamparo não apenas social como também discursivo? Como, em meio a uma condição extremamente precária de existência, pode ele narrar algo sobre si?

Em concomitância com as perguntas realizadas, há aí um grande desafio, ao mesmo tempo em que há também uma grande aposta, dado que, o trabalho na rua convoca à manutenção de uma disposição afetiva e efetiva daquele que escuta, é preciso ter disponibilidade para escutar o que um sujeito tem a dizer, inclusive quando ele não diz nada. Contudo, o ato de presentificar-se frente a ele e, às vezes, perguntar-lhe apenas o seu nome pode abrir e/ou iniciar caminhos para que ele possa, em algum momento, ver-se reconhecido por um outro na posição de sujeito de desejo.

Estar na rua, reconhecer um sujeito que neste contexto vive, adentrar seus espaços de convivência, estar presente nos momentos em que os sujeitos se reúnem para fazerem de forma coletiva o uso de substância psicoativa, é viabilizado através das minhas idas ao território com outros profissionais. Ressalta-se o fato de que, tratando-se de uma equipe multiprofissional, o trabalho desenvolve-se de forma coletiva, ao mesmo tempo em que é também singular. E assim eu, enquanto psicóloga, nesse diálogo permanente com outros

campos de saber e condutas profissionais, acompanhando os sujeitos também de forma itinerante, tento manter presente o que há de mais característico do meu fazer profissional, a escuta da subjetividade.

Aí situada, me pus a pensar quais seriam os subsídios teóricos sobre os quais poderia aportar uma dada nomeação de prática profissional realizada em alguns territórios da cidade de Salvador/BA. Desse modo, recorrendo a autores que conceituavam e discutiam/discutem sobre cuidado, território, dispositivo, bem como autores contemporâneos cuja leitura e prática psicanalítica estavam também ancoradas no diálogo com outros campos de saber, a exemplo do sociopolítico, pude ir trançando, em paralelo com outras leituras, mais voltadas para este campo, uma costura teórica que sustentam também as reflexões trazidas nesta dissertação.

Assim, ao caminhar por uma trilha teórica, prática e analítica apresento esta dissertação, fruto de uma trajetória pelas ruas e dos efeitos que ela, a rua, provocaram/provocam em mim. Neste sentido, a maior questão que surge por conta destes efeitos resvala na discussão sobre as ressonâncias da segregação experimentadas por sujeitos que vivem em contexto de rua, a partir das suas trajetórias de acompanhamento, quando então começam a inserir-se em serviços, instituições do Estado e que, não obstante ser um direito destes sujeitos poder acessá-los, aí encontram muitas barreiras e demarcações que se configuram como atos de segregação. Por conseguinte, é possível afirmar que estas ressonâncias podem ser vislumbradas quando da oferta de escuta a estes sujeitos, escuta possível de acontecer através de um dispositivo de cuidado territorial, tal como nomeio aqui a minha prática como psicóloga no Programa Corra pro Abraço.

Neste estado de coisas, este escrito apresenta-se em três capítulos, sendo o último destinado também à apresentação de três casos que demarcam construções de trajetórias de cuidado com base em um dispositivo nascido no território. Cuidado atravessado pela convocação permanente de não perder de vista a importância da escuta da singularidade de cada sujeito, mesmo em meio a diversas situações e lugares diferentes, a exemplo da rua, da casa e mesmo em um serviço de emergência.

Com efeito, o primeiro capítulo se direciona a construir uma compreensão sobre a rua e seu contexto, desembocando em questões que atravessam este espaço, a exemplo da desigualdade social no Brasil, o uso abusivo de substância psicoativa, o direito à cidade, o espaço público como morada, bem como questões relativas ao racismo e que cria, outrossim, condições para o exercício de práticas de segregação e nos convoca a discutir sobre a necropolítica. Neste ponto, será empreendida uma discussão sobre tal conceito teorizado por Mbembe (2018), e, cujo objetivo é debater como, na contemporaneidade, novas táticas

políticas que se centram no genocídio em massa de alguns grupos populacionais, pauta-se, sobretudo, no ódio ao inimigo, ao diferente e que, por ser assim, promove contra ele práticas de segregação.

O segundo capítulo será dedicado para discussão sobre a segregação a partir da perspectiva psicanalítica principalmente através dos traçados teóricos de Freud e Lacan, em diálogo constante com autores psicanalistas da contemporaneidade. Por este caminho, serão trazidos à baila da discussão pontos que convergem para uma argumentação que gire em torno do laço social e do desamparo, (FREUD, 1926; ROSA, 2018).

Discorrer sobre o tema do desamparo assenta-se na perspectiva do que já foi possível escutar dos sujeitos que vivem em contexto de rua. Desse modo, afirma-se que tal tema será mais amplamente discutido, por avaliarmos que este conceito permite refletir, de forma mais contundente, quais são as condições que se encontram os sujeitos que vivem neste contexto. Por outro lado, tal conceito possibilita também uma reflexão mais intensa a respeito das intersecções possíveis entre o campo social e o psíquico, e de como estes sujeitos, ainda que extremamente desamparados, conseguem lidar com aquilo que os afeta.

O terceiro capítulo dedicar-se-á à construção teórica a respeito do conceito de dispositivo, termo consagrado dentro do campo da saúde mental e atenção psicossocial[1] no País, principalmente a partir da Reforma Psiquiátrica Brasileira, para nomear as mais diversas práticas que já aconteceram e/ou acontecem neste âmbito. Além disso, recuperar-se-ão os pressupostos de Foucault (1972; 1979) e Deleuze (1977) ao discorrerem sobre o conceito de dispositivo, bem como, a respeito disso, a criação de linhas de fuga, criação que, sobretudo na concepção de Deleuze (1977), se daria a partir de processos de subjetivação.

Por fim, discorrer-se-á ainda sobre o conceito de cuidado e território, bem como reflexões que girem em torno de como é possível então promover escutas da singularidade na rua, sentada no asfalto, caminhando no território, acompanhando o sujeito em alguma instituição, pontos que se direcionam para a discussão de uma psicanálise que se faz não só em extensão (LACAN, 1967), mas, sobretudo, que pode estar no mundo de maneira implicada (ROSA, 2018). Nesta perspectiva, enlaçaremos a discussão enveredando pela questão do reconhecimento, asseverando, dentre outras coisas, que o ato de reconhecimento de sujeitos que vivem em contexto de rua, nos permite afirmar a prática, tem efeitos

[1] Atenção Psicossocial: A atenção psicossocial no Brasil fortaleceu-se após a Reforma Psiquiátrica Brasileira, cujos princípios e diretrizes foi garantido em lei principalmente através da portaria 3.088, do ano de 2008. Portaria que estabelece a criação da RAPS e visa assegurar às pessoas com sofrimento psíquico e com necessidades decorrentes do uso de drogas, o acesso a um atendimento integral e humanizado, com foco no acolhimento, acompanhamento contínuo e fortalecimento de vínculos do usuário com a rede, profissionais e com o território onde mora.

importantes para que ele consiga, na rua, subjetivar experiências, inventar recursos para dar conta do seu sofrimento, criar narrativas de si, e, quem sabe ele mesmo poder fazer “nascer a flor no asfalto”.

1. INTRODUÇÃO

Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá: Isto é mentira!
Mas, as misérias são reais.

Maria Carolina de Jesus.

Dois sujeitos vivendo em contexto de rua começam a estreitar os laços de afeto ao se aproximarem, trocando vivências, diálogos e possibilidades de vida, nas condições precárias em que vivem, se reconhecem ali a partir da vulnerabilidade que atravessam suas existências. Assim baseia-se a história do filme "Viver sem Endereço" (2015), filme que destaca a vida que se desenrola nas ruas e como os sujeitos que a tomam como um espaço de morada, vivendo relações, afetos, dificuldades.

Não ter endereço, viver um dia de cada vez, como destaca uma das personagens do filme, retrata a vida daqueles que fazem do espaço público o cenário de casa, onde àquilo que é privado vira público, a exemplo do comer, vestir-se, tomar banho. Ter endereço é ter lugar fixo de morada, poder voltar para uma residência, e ter um local onde as pessoas podem endereçar-se até você. Na rua, o endereço do sujeito é ele próprio, quando também a ele alguém se dirige diante do frenesi do espaço público da cidade que abriga, dentre outras coisas, violências de diversas ordens, exclusão, desigualdade social e, sobretudo, a fome.

Como falar da fome no Brasil? Para tentar fazer referência a um retrato contundente do que é sentir fome no país baseio-me em um documentário lançado pelo diretor José Padilha no ano de 2009 e que se chama "Garapa". O documentário retrata a fome e a seca que caracterizam sobremaneira o Nordeste brasileiro. Ao acompanhar a vida de três famílias do sertão do Ceará, o diretor consegue mostrar, a partir de um cenário em preto e branco, o cotidiano destas famílias e seus filhos, cujas vidas são destituídas de inúmeras coisas e, principalmente, de alimento.

A garapa é uma mistura aquecida de água com açúcar, mistura que alimenta muitas crianças que vivem de perto a experiência do que é ter fome no país, sendo este alimento o único do dia que muitas delas consomem. Destarte, "Garapa" mostra um cenário impactante e doloroso da vida cotidiana e da demasiada miséria na qual vivem não apenas muitas famílias do sertão nordestino, mas milhões de brasileiros que todos os dias lutam de forma feroz para alimentar-se, para sobreviverem, milhões de brasileiros que tem cara, nome, e tem fome. Muitos desses sujeitos estão vivendo no asfalto, em extrema pobreza, e que vão sendo

incluídos cotidianamente no grande contingente de mortos que engordam as estatísticas de assassinatos no país.

Mas, afinal, quem são estes brasileiros que estão além dos Sertões do Nordeste ocupando os espaços urbanos das cidades? Mediante a pergunta, aporto o meu olhar para os muitos sujeitos que no Brasil e, foquemos na Bahia, vivem em contexto de rua. Sujeitos que, diante da fome extrema, comem àquilo que encontram nas esquinas, que lhes é doado, a comida que é ofertada por algum centro religioso ou instituição social, quando, é claro, há comida. Contudo, nem sempre o alimento é encontrado e então não se come nada, deparar-se com este fato produz condições para que muitos sujeitos que vivem na rua optem por usar ou intensificar o uso de substância psicoativa para "matar" a fome, o sofrimento, sobreviver no meio-fio.

Segundo Jiménez (2019), ao falar sobre a extrema pobreza no país, a mesma afirma que há no Brasil um total de 13,5 milhões de sujeitos que sobrevivem com uma quantia de R$ 145,00 reais por mês. De acordo com a jornalista, o contingente de pessoas vivendo nestas condições aponta para um recorde em uma série histórica no país, conforme dados trazidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os motivos que tornam isso uma realidade giram em torno da alta do desemprego, bem como outras questões que destacam uma intervenção e oferta mínima do Estado em programas e políticas sociais, que possam minimamente contrapor dados tão assustadores da quantidade de brasileiros que passaram a viver em condições tão precárias de existência nos últimos anos no Brasil.

E, qual seria o perfil das pessoas que mais amplamente são atingidas por tais estatísticas? As pessoas pretas, residentes no Norte e Nordeste brasileiro e que não possuem instrução, raramente alguns possuem formação fundamental completa, salienta Jiménez (2019). Diante do que se afirma é possível recuperar, mais ainda, comparar alguns dados importantes no que se refere à população que vive em contexto de rua no país, aos dados trazidos por Jiménez (2019), posto que neste contexto a miséria e a pobreza extrema deflagram os seus efeitos mais impactantes. Destarte, os dados oriundos de uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), pesquisa que deu subsídios para a construção da Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) fortalece o argumento.

A pesquisa do MDS sinaliza que no ano de 2007 foram identificadas quase 50.000 mil pessoas vivendo em contexto de rua, sendo que a maioria delas tinha mais de 18 anos – ressalta-se, contudo, que este estudo não abarcou todos os estados da federação brasileira --. Deste total, a pesquisa apontou que 82% eram do sexo masculino, mais da metade da

população entrevistada tinha entre 25 e 44 anos de idade, quase a metade não havia concluído o 1º grau, sendo que apenas 3% concluiu o 2º grau e, o quantitativo do total de pessoas que se autodeclararam negras (pardos somados a pretos), era substancialmente maior que o número de pessoas que se autodeclararam brancas, ou seja, 67%.

De acordo com Natalino (2020), em 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), também contribuiu para quantificar as pessoas que vivem em contexto de rua no Brasil. Os dados foram disponibilizados pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e contou com amostras feitas por quase 2.000 municípios. A partir desta pesquisa estimou-se que existem quase 102.000 pessoas vivendo em contexto de rua no país, sendo que, a maior parte delas, quase 77% desse total, vive em cidades de grande porte, concentrando-se mais amplamente nos grandes centros urbanos.

O Projeto Axé[2], que se destina ao atendimento de crianças e adolescentes que vivem em contexto de rua e/ou em extrema vulnerabilidade social na cidade de Salvador/BA, realizou também uma pesquisa sobre a população em situação de rua nos anos de 2016 e 2017. Esta pesquisa foi feita em parceria com a Universidade Federal da Bahia, Movimento Nacional de População de Rua e União do Baleiros, com o financiamento da UNESCO[3], através do prêmio Criança Esperança 30 anos, cujo título é "Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador".

Com base na pesquisa realizada pelo Projeto Axé, é relevante destacar aqui alguns dados apontados pelo referido estudo e que, em alguns pontos, convergem com o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e com o primeiro estudo realizado para a contagem desta população pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – ressalvando-se o fato de que ambas as pesquisas foram realizadas em âmbito nacional. Nesse sentido, a pesquisa do projeto realizada no ano de 2017, aponta que 82% das pessoas que estão em situação de rua são homens e 88% são pessoas pretas (negros 59% e pardos 29%). No que se refere à idade, foi computado que a maior parte dos sujeitos que neste contexto vivem encontra-se na faixa etária entre 26 a 59 anos, totalizando quase 60% dos dados da amostra.

Esses dados são importantes, pois ajudam a olhar, mesmo que minimamente, para quem são as pessoas que vivem em contexto de rua. Diante dos dados apresentados é possível

---

[2] Projeto que foi criado na Bahia há quase 30 anos e que se destina ao atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de rua e/ou em extrema vulnerabilidade social na cidade de Salvador / BA.

[3] A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agencia especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris,fundada em 04 de novembro de 1946 com o objetivo de garantir a paz e a segurança no mundo.

observar que o grande quantitativo de sujeitos vivendo neste contexto, resguardadas as devidas proporções de pesquisas realizadas em âmbitos diferentes, uma é nacional e a outra local, são homens, pretos, com baixíssima instrução e formação básica, e cuja faixa etária demarca uma presença abundante de jovens e adultos vivendo em condições precárias de existência.

É necessário ponderar, por outro lado, que a construção de um perfil em torno dos sujeitos referidos acima, não contribui efetivamente para o conhecimento sobre a história de vida de cada uma deles e, muito menos, a maneira singular como cada um se coloca diante de uma dada situação, principalmente da vivência subjetiva em relação ao que é morar na rua. Todavia, destaca-se que os dados quantitativos podem contribuir para a construção e fortalecimento de políticas públicas voltadas para o atendimento a uma população que na rua vive e que acessa muito raramente estas políticas. Desse modo, a quantificação, os dados de pesquisa ajudam a materializar e também a tornar visível sujeitos que tem suas existências historicamente marcadas por processos de invisibilidade e segregação de todas as ordens, principalmente quando tentam adentrar serviços e instituições do Estado que lhe permitiriam ter garantidos seus direitos em relação a vários aspectos da vida, a exemplo da saúde, assistência, moradia, dentre outros.

Com efeito, destaca-se que os dados quantitativos nos indicam caminhos de análise que se interseccionam na construção da caracterização de um contexto de rua onde os sujeitos mais jovens e no início da vida adulta, pessoas pretas (negros e pardos), que fazem uso problemático de substâncias psicoativas e com baixíssimo grau de instrução são a maioria. Tais dados não são aleatórios e apontam para a necessária abrangência da discussão em torno do racismo, da criminalização que se dá em torno do uso de substância psicoativa por pessoas que vivem em contexto de rua, pela densidade da pobreza e precariedade da vida de muitos jovens e adultos imersos neste contexto e por uma determinada política de morte em que muitas vidas são consideradas possíveis de serem mortas, a exemplo da vida de sujeitos que tomam a rua como espaço de morada. Por esta via cabe-nos a seguinte pergunta: O que a rua comporta, deflagra e demarca? A rua é o lugar de ocupação dos “sem lugar”, sem cidadania, sem rede familiar, de sujeitos despossuídos da afirmação de suas próprias narrativas de vida e, sobretudo, “desalojados” da possibilidade de reconhecer-se inclusive no lugar de sujeitos de desejo.

A partir das reflexões trazidas no parágrafo anterior, voltemos o olhar ainda para a pesquisa realizada pelo Projeto Axé, posto que a mesma aponta um dado relevante que merece aprofundarmos um pouco mais a discussão sobre o grande quantitativo de jovens

vivendo em contexto de rua na cidade de Salvador/BA. De acordo com o estudo, estima-se que das 17.357 pessoas vivendo neste contexto no referido município, o número de jovens aí presentes perfaz um total de 2.679 sujeitos com idade entre 19 e 25.

Em concomitância com o que discorro acima, Sales (2007), ao falar sobre adolescentes infratores e suas vivências marcadas pela extrema miséria e ausência de afeto, bem como sobre jovens encarcerados no Brasil, traz dados importantes, que promovem reflexão em torno do tema. Destarte, a autora deflagra que os dados trazidos por ela são oriundos de uma pesquisa realizada no ano de 2007 pelo DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) e caracteriza também a realidade prisional brasileira. Neste ínterim, a referida autora destaca que no ano de 2007 foi contabilizado um total de 419 mil detentos, sendo que, 68% deles tinham menos de 25 anos.

Segundo Rosa & Vicenti (2010) entre os anos de 1991 e 2000 o aumento de mortes no país foi de quase 29% na população em geral, entretanto, em relação aos jovens, mais especificadamente jovens pobres e pretos, esse aumento foi de 48%. Contudo, esses dados são negligenciados no que se refere à violência a qual estes sujeitos estão expostos, pois estes números, tal como afirmado pelas autoras, são divulgados principalmente através da mídia, não para denunciar violências e violações de direitos, mas para construir perfis de periculosidade, bem como insígnias da irrecuperabilidade.

Doravante, de acordo com o mapa da violência divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos no ano de 2015, através de uma cartilha sobre a letalidade infato-juvenil, a maior causa de morte entre adolescente de 12 a 18 anos é o homicídio, sendo que, a maioria destes adolescentes é do sexo masculino e preto. Desse modo, os dados estatísticos dão subsídio, ou ainda, abre condições para a fomentação de discussões a respeito de uma determinada política de morte que ocorre no Brasil, e, mais detidamente, sobre o genocídio de jovens pretos e pobres no país.

Para dar consecução à trilha argumentativa, cabe trazer ainda os dados sobre homicídios que ocorrem no Brasil, bem como o seu aumento, com base no Mapa da violência divulgado no ano de 2016. Neste sentido, Moreira & Morganti (2019) ressaltam que, no ano referido, tal mapa destina um capítulo específico para tratar da idade das vítimas de violência e homicídio no país e destacam que, desde o primeiro ano de lançamento, em 1998, a principal vítima de mortes por este motivo ainda se mantém entre os jovens, de 15 a 29 anos de idade.

Moreira & Moragnti (2019) salientam ainda que o Mapa ajuda a perceber não só o aumento da violência entre sujeitos na faixa etária citada acima, mas também revela a

intensidade da omissão da sociedade e do poder público em relação aos jovens. Por conseguinte, as mesmas argumentam que tal omissão pode resvalar facilmente na construção de discursos e práticas de repressão e punição destes sujeitos, sujeitos que, na sua maioria, como discorre o Mapa da Violência, são pretos, pobres, vivendo em condição de extrema vulnerabilidade social e/ou em contexto de rua.

Em 2016, o Mapa da Violência registra, outrossim, que a Bahia ocupa o 16º lugar por homicídios por arma de fogo e que, a maioria das pessoas mortas desta maneira são sujeitos pretos, tal dado reafirma ainda a pesquisa realizada em 2012, ao discorrer sobre "a cor dos homicídios no Brasil". A Bahia, junto com a Paraíba e o Pará foram os Estados da federação que tiveram um maior crescimento no número de homicídios de pessoas pretas nesse mesmo período, existindo localidades no país com taxas demasiadamente elevadas de homicídios destes sujeitos, a exemplo da cidade de Simões Filho, um município baiano.

O jovem pobre, preto e que vive em contexto de rua tem uma trajetória de vida marcada por muitas destituições e violências. Estas destituições não são sem efeito e parece demarcar também àquilo que Mbembe (2018) vai chamar de necropolítica. A necropolítica, segundo o autor, baseia-se em novas formas contemporâneas de subjugação da vida, e que, portanto, como ele discorre, redimensionam e reconfiguram de maneira profunda as relações existentes entre o sacrifício, o terror e a resistência.

Sendo a necropolítica então baseada em novas formas contemporâneas de subjugação da vida, que redimensionam e reconfiguram de maneira profunda as relações existentes entre o sacrifício, o terror e a resistência, tal como pondera Mbembe (2018), os sujeitos cujas vidas são vividas na rua, experimentam um contexto no qual a exclusão, o desamparo e a violência atravessam as suas existências. Neste cenário, onde também se configura o ambiente da minha prática profissional na rua, pergunto-me continuamente sobre quanto essas vidas valem para o Estado e o quanto estão passíveis de serem imbuídas em atos de segregação e genocídios possíveis de serem praticados contra elas.

Mediante tais afirmações, deparar-se com a forma que Mbembe (2018/2020) também compreende o conceito de racismo, promove uma fotografia necessária e dura no que tange ao campo sociopolítico e de como as práticas de segregação, na atualidade, começam a ganhar contornos ainda mais intensos e fortalecidos, a exemplo do que vem ocorrendo no Brasil desde o golpe realizado no país no ano de 2016. Nesse sentido, aponta-se aqui para o fato de que falar também é resistir, promover práticas de escuta de sujeitos subjugados por esta necropolítica se faz necessário e, tornar isso um ato de pesquisa, reflexão e divulgação é

imperativo tecendo a partir deste ponto uma das principais justificativas para a realização deste estudo.

Ao partir da afirmação que escrevo acima de que falar também é resistir e que, portanto, fazer falar um sujeito subjugado por uma dada política de morte promovida pelo Estado sustenta também uma prática na rua, não é possível desvincular tal empreitada sem pensar também nas possibilidades de garantias de direitos que os sujeitos que vivem em contexto de rua podem recorrer. Neste sentido, um marco fundamental para se pensar estas garantias e políticas públicas neste âmbito, diz respeito ao decreto 7.053, lançado no ano de 2009. No decreto está posto que o sujeito que vive em contexto de rua deve ter seus direitos assegurados em diversos âmbitos, englobando, por outro lado, diversas outras políticas no país que deveriam manter a sustentação de uma assistência a esses sujeitos, acontecendo de forma intersetorial. É importante frisar tal como pondera Mbembe (2020), que a vida na contemporaneidade desenrola-se sustentada pela extrema miséria, genocídio e dor, e que destoa, portanto, daquilo que se espera do ponto de vista da política e garantia de direitos e o que de fato acontece no cotidiano das ruas.

Poucos não foram os casos acompanhados no Programa Corra pro Abraço em que os sujeitos vivendo em contexto de rua tiveram seus direitos negados, negação que atravessa não apenas um direito garantido em constituição, como também mortifica vidas, mesmo que aos poucos, tornando-as mais vulneráveis e precárias. Neste sentido, como não deixar de lembrar do sujeito que morava na rua de um bairro nobre da cidade de Salvador e foi assassinado durante a madrugada do ano de 2021? Como não trazer à tona casos de sujeitos que tomaram a rua como morada no Estado do Espírito Santo e foram assassinados de forma brutal por transeuntes que passavam pelo local e se incomodaram com a presença dos mesmos?

Quem são esses que morrem, são afastados, segregados? Existe uma política genocida do país que vem se intensificando nos últimos anos. Diante do que se assiste no âmbito brasileiro, o genocídio se apresenta de muitas formas, podendo inclusive tornar sujeitos “mortos-vivos”, tal como designa Mbembe (2020), a exemplo daqueles que vivem em contexto de rua, sendo a rua um palco importante de disputas de narrativas, onde também aí o genocídio programado dá a ver suas táticas quando, por exemplo, um órgão do Estado joga no lixo os pertences de sujeitos que neste contexto vivem. Como é possível interpretar tal cena, se não afirmando que há a realização de um processo crescente e contínuo de higienização e gentrificação do espaço público?

Diante do cenário retratado, em Salvador é possível observar nos últimos anos, a ocorrência de mudanças contínuas em territórios que abrigam um grande quantitativo de

sujeitos que vivem em contexto de rua, devido às inúmeras reformas urbanas que têm acontecido na cidade, provocando o deslocamento cada vez mais intenso destes mesmos sujeitos para as periferias, ou mesmo tendo que deslocar-se para outros territórios, e que acaba, portanto, afastando-os do centro citadino. Deslocamento que ocorre devido às intervenções do Estado, que tornam cada vez mais cotidianas práticas de segregação contra todos os indesejados, os que vivem sem endereço, que sentem fome, são os "ninguéns" que valem menos que a bala que os mata, como afirma Galeano (1995), contribuindo, sobremaneira, para o fortalecimento de um projeto político de morte de vidas que assim não são consideradas.

Ainda sobre a argumentação do parágrafo anterior, destaca-se que uma das ações mais proeminentes da prefeitura da capital baiana destina-se à colocação de grandes pedras onde os sujeitos que vivem em contexto de rua dormem, ação muito semelhante ao que ocorreu na cidade de São Paulo, quando o atual prefeito deste município cobriu com pedras a parte de baixo dos viadutos da cidade, no intuito de impedir que este fosse tido como um lugar de dormida e vivência dos referidos sujeitos. Doravante, não à toa, na gestão deste mesmo prefeito, um dos Programas mais expoentes e consolidados no trabalho com a redução de danos e com pessoas que vivem em contexto de rua, O "De Braços Abertos" [4] foi encerrado, findando uma proposta de cuidado a estas pessoas. Ao passo em que se fortaleceu sobremaneira uma proposta de tratamento, sobretudo através das comunidades terapêuticas, cuja lógica religiosa e da abstinência é o modelo de tratamento por excelência, nesta, a lógica também da segregação está implícita, posto que é preciso afastar o sujeito dos grandes centros urbanos, concentrá-los nas comunidades, segregando-os do espaço público da cidade. Por ventura, como não compreender então que estes atos do Estado não podem ser caracterizados como atos de segregação?

É possível demarcar que a presença do Estado em territórios ocupados por sujeitos que tomam a rua como morada tem se ampliado cada vez mais, ao passo em que os sujeitos têm sido cada vez mais afastados de áreas centrais dos espaços das ruas devido às inúmeras reformas realizadas no cenário urbano – tomando-se aqui como principal exemplo a cidade de Salvador, cenário de práticas do Programa Corra pro Abraço --. Estes sujeitos são afastados, segregados, cujas falas, histórias e narrativas sobre si são ouvidas cada vez menos, o desamparo que inunda esse espaço os silencia e embota a possibilidade discursiva deles

[4] O Programa de Braços Aberto foi uma ação criada pelo prefeito Fernando Haddad e tinha como principal objetivo ofertar cuidado para sujeitos que faziam uso abusivo de substância psicoativa na região conhecida como Cracolândia, na cidade de São Paulo.

falarem sobre as suas dores, sobre as suas lutas, sobre as suas vidas e, é neste entremeio, que acontece a prática profissional de uma psicóloga que, no meio da rua tenta escutar os sujeitos, apostando na revolução que o inconsciente pode produzir, quando a ele é dado espaço para se manifestar através da fala.

A partir de trama argumentativa que até aqui foi construída, formulo então os seguintes questionamentos: Quais as ressonâncias da segregação sofridas por um sujeito que vive em contexto de rua? O que faz um sujeito que neste contexto vive para lidar com os mecanismos de segregação que atravessam e/ou possam vir a atravessar a sua trajetória de vida? Como gerar condições e espaços de escutas para que estes sujeitos possam ao menos conseguir enunciar aquilo que os afeta e faz sofrer? O que fazer para resistir, destoar de um discurso e de um fazer necropolítico do Estado que tende a generalizar e petrificar certo perfil ostensivo de sujeito, cujo "ódio ao bandido" caracteriza também os sujeitos que se encontram na rua e a tomam como o seu lugar de morada? Por qual motivo segregam-se os sem casa, com vínculos familiares fragilizados ou mesmo inexistentes, muitas vezes com passagens pelo sistema prisional e que são, na sua grande maioria, usuários de substâncias psicoativas e pretos? O que provoca estranheza aí, e mais, onde a diferença não marca apenas a diferença, mas também o ódio que pode provocar práticas de segregação e atos violentos contra o dessemelhante?

As perguntas que ora apresento tentam retratar não apenas uma indignação com a naturalização dos absurdos e misérias que acontecem no mundo contemporâneo, mas também comportam as inquietações de uma pesquisadora que toma a rua como um campo de trabalho, estudo, resistência e escuta da subjetividade. As perguntas realizadas denotam, portanto, o erigir do contexto de problematização feito até aqui, um contexto atravessado por questões do campo sociopolítico e que sustenta a movimentação desta pesquisa, uma pesquisa cujo objeto de estudo volta-se para a discussão das ressonâncias da segregação sofridas pelos sujeitos que vivem em contexto de rua e a interação destes sujeitos com dispositivos de cuidado territorial a partir da psicanálise.

Entrelaçando uma conversa interdisciplinar sobre o termo segregação a partir da relação existente entre o campo da psicanálise e o sociopolítico, esta pesquisa sustentou todo seu arcabouço teórico a partir desta intersecção complexa, porém extremamente necessária e orientadora no que tange, entre outras questões, ao alcance dos objetivos para a escrita desta dissertação. Neste sentido, afirma-se também que existem estudos importantes voltados para discutir tal intersecção, propondo discussões em torno do fazer da clínica psicanalítica diante

de situações diferentes daquelas encontradas habitualmente, como é o caso do consultório particular.

Em um dos artigos encontrados nesta busca, intitulado “A clínica psicanalítica na rua diante da violência e segregação” (CALDAS & BOECHAT, 2018) é discutida a questão da posição do psicanalista frente às questões da violência e segregação. Para além desta questão, o escrito também traz reflexões sobre os efeitos da psicanálise quando se propõe a escutar a subjetividade nas brechas do tecido urbano, colocando-se ela ali também como uma potência em dar testemunho sobre os sintomas da atualidade e, das ressonâncias sentidas pelos sujeitos que têm suas vidas atravessadas por uma das marcas sociais que mais caracterizam o Brasil, qual seja: o abandono social, tal como pontua Souza (2016).

Ademais, de acordo com o que até aqui foi sendo escrito, e que amarra a costura de um dado contexto de problematização do objeto de estudo, a hipótese que marca a empreitada desta pesquisa vincula-se à aposta segundo a qual um dispositivo de cuidado territorial a partir da psicanálise, sustentado, sobretudo, pela escuta de sujeitos que vivem em contexto de rua, pode provocar efeitos que promovam formas de enfrentamento às práticas de segregação que o Estado pode realizar. Neste estado de coisas, um objetivo geral e outros objetivos específicos foram elaborados para a consecução deste trabalho e melhor desencadeamento da trama argumentativa em torno do objeto estudado.

Entrementes, o objetivo geral da pesquisa é: analisar as ressonâncias da segregação nas trajetórias de cuidado de sujeitos que vivem em contexto de rua. Todavia, como objetivos específicos, firma-se os escritos a seguir: 1- caracterizar o contexto de rua a partir da escuta da história de vida de sujeitos que nele vivem; 2- cartografar a circulação de sujeitos nos espaços na rua e nos espaços institucionais de modo a identificar os mecanismos de segregação aí presentes e por eles identificados, bem como os impasses e recursos por eles experimentados; 3- analisar as interações dos sujeitos que estão em contexto de rua com um dispositivo de cuidado territorial e o que destas interações advém como forma de enfrentamento aos mecanismos de segregação que possam vir a afetá-los.

Diante do que foi possível escutar, a partir do acompanhamento realizado a sujeitos que vivem em contexto de rua, objetiva-se dar visibilidade e publicidade às dores pelas quais estes sujeitos atravessam e/ou poderão vir a atravessar. Nesse sentido, a psicanálise pode se instaurar pela oferta possível de escuta a estes sujeitos — através de um dispositivo de cuidado territorial — criando condições para que eles possam vir a compreender o seu sofrimento ou mesmo conseguir enunciá-lo, sendo este sujeito aí também, através da

narrativa que empreende sobre aquilo que o afeta, testemunha do sintoma social de seu tempo.

2. TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA

Nesta trajetória investigativa apresentaremos, inicialmente, o Programa Corra pro Abraço, seu modo de funcionamento e perspectivas sobre as quais ele se assenta. Neste sentido, é preciso afirmar que a atuação no programa se dá essencialmente na rua, no encontro com sujeitos que nela vivem, a partir de uma equipe multidisciplinar, que ocupa os territórios da capital baiana em determinados dias da semana.

No trabalho em específico realizado em três territórios de Salvador, quais sejam: Gravatá, Pela Porco / Dois Leões e Comércio uma equipe multidisciplinar sai caminhando pelas ruas destes locais, para encontrar os sujeitos que estão em situação de extrema vulnerabilidade, oferecendo algum tipo de insumo, como água ou preservativos, bem como ofertando escuta e acolhimento. Essa equipe, denominada de extensão, existe a quase cinco anos e trabalha de forma itinerante nos bairros acima citados, pelos caminhos que a rua abriga. A *extensão* foi criada no intuito de acessar os sujeitos nas ruas em cenas de uso de substância psicoativa, geralmente à noite, pessoas que, pelo uso intenso da droga, pelas condições de extrema vulnerabilidade, não conseguem, muitas vezes, acessar as instituições, serviços de saúde, assistência, nem mesmo chegar até a sede do *Corra*[5] e, cujos vínculos familiares estão bastante fragilizados ou completamente rompidos.

Quando nos propomos a caminhar pelo território encontrando os sujeitos, ofertando uma água, um preservativo, mas, sobretudo, a partir da disposição em escutá-los, tal como se apresentam na cena de uso no território que habitam, sustentamos a aposta de que é possível iniciar um trabalho com estes sujeitos pela presença contínua, presença que permite a construção e fortalecimento de vínculos. As andanças realizadas pela equipe de extensão podem ser caracterizadas também como um método cartográfico, onde o território é pensado de maneira geográfica e existencial, levando-se em consideração o movimento dos sujeitos dentro do espaço em que vivem.

Cabe salientar que não só a criação de vínculos se configura como um dos fios condutores do trabalho, como também formas de fortalecer a instauração de um dispositivo de cuidado que possa promover, a partir do vínculo e da escuta de cada sujeito, trajetórias de acompanhamento de cuidado que podem ocorrer em diversos espaços, seja na rua, em uma instituição, na sede do Programa, em visitas familiares, dentre outros lugares. Dessa forma,

[5] O programa é muitas vezes referenciado, pela rede de profissionais de outros serviços e também pelos sujeitos que pelo programa são acompanhados, como *Corra*.

objetiva-se criar condições para a promoção de processos de cuidado pautados na autonomia dos sujeitos, de garantia de direitos, e, sobretudo, na aposta de que estes possam construir narrativas singulares sobre si e suas trajetórias de vida.

A disposição e a presença por poder escutar àquilo que o outro tem a dizer, mesmo em condição extremamente precária e vulnerável, têm efeitos importantes a exemplo de quando um sujeito fala o seu nome, pergunta algo sobre uma questão de saúde, assistência, justiça, solicita a retirada de um documento, fala de algum acontecimento cotidiano, ou mesmo apenas pergunta sobre o que é o programa. Os encontros semanais com os sujeitos, a presença no território permite promover a construção de um vínculo com eles, que, no trabalho na rua, proporciona, sobretudo, a realização de atos de reconhecimento da existência desse mesmo sujeito em uma posição desejante, ainda que esta posição claudique muitas vezes.

Sendo a aposta naquilo que deseja o sujeito o fio condutor desta prática, é que possível afirmar então a importante presença da psicanálise neste espaço, tomando-se como princípio de que é preciso validar a singularidade de cada caso, de como cada um se coloca em relação àquilo que quer e nos movimentos subjetivos que realiza. Desta forma, cabem aqui os seguintes questionamentos: Como entender modalidades de intervenção psicanalítica em um campo social e político? E, mais ainda, como construir uma pesquisa eminentemente interdisciplinar, em que a psicanálise costura toda a argumentação, mas cujo alinhavo é feito a partir de um diálogo constante com outros campos de saber?

Ao falar sobre modalidades de intervenção pela via da psicanálise, no que se refere ao âmbito da pesquisa, Rosa (2018) irá demarcar que, dentro do campo sociopolítico, tais intervenções partem do modo como é possível construir um laço com o sujeito. Nesse entremeio, a autora argumenta que o ponto de partida do atendimento neste campo deve ser o sujeito em sofrimento que interroga sobre as condições necessárias para atendê-lo do modo como ele pode se apresentar nas mais variadas situações. Essa forma de trabalho e de pesquisa foi por ela denominada como de intervenções psicanalíticas clínico-políticas, e, diante do que explica a autora sobre tais intervenções, escolheu-se nesta dissertação nomear a prática realizada no território, com sujeitos que vivem em contexto de rua, a partir da referida nomeação. Dito isso, segue então a definição destas intervenções:

> Trata-se de um campo epistemológico ético e político que leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contexto de exclusão e violência e que abre inúmeras questões. É a prática psicanalítica possível com aquelas pessoas que passam por experiências de

> sofrimento e luto – muitas vezes luto impedido ou negado – provocado por situações sociopolíticas ou econômicas insustentáveis. O ponto de partida do atendimento é o sujeito em sofrimento que nos faz interrogar sobre as condições necessárias para atendê-lo do modo que ele pode se apresentar naquele momento. Ou seja, a construção do caso com as peculiaridades do enquadre e as modalidades de intervenção partem do modo que é possível construir um laço com o sujeito, laço na modalidade do laço analítico. (ROSA, 2018, p. 31).

É importante refletir que, quando se pensa sobre o método de pesquisa em estudos de cunho psicanalítico, voltada para pontos em torno do sofrimento que acontece no âmbito sociopolítico, algumas questões devem ser levantadas para uma reflexão em relação ao que é possível de ser caracterizado como metodologia da pesquisa.

Ao discutir alguns textos freudianos e lacanianos, Rosa (2004) vai demarcar que existe sim a possibilidade de se construir, dentro dos fundamentos éticos e teóricos da psicanálise, uma investigação referente aos fenômenos sociais e que contribui, certamente, para a elucidação de processos em que ocorre uma alienação do sujeito e, cuja presença psicanalítica no campo social e político levam à possibilidade de, no laço, incluir os sujeitos de desejo.

Se uma pesquisa em psicanálise baseia-se pela escuta da subjetividade, deve-se pressupor que há uma singularidade posta em cada dizer — que é único — a respeito de toda experiência vivida. Nesse âmago existe uma transgressão e algo de necessário que a psicanálise pode ofertar na investigação dos fenômenos sociais e políticos. Por conseguinte, destaca Rosa (2004):

> A escuta psicanalítica é, desde Freud, transgressora em relação aos fundamentos da organização social; para se efetivar, implica um rompimento do laço que evita o confronto entre o conhecimento da situação social e o saber do outro como um sujeito desejante. Dessa escuta – principalmente quando o sujeito se revela como tal, como um dizer – não se sai isento: uma tomada de posição ética e política torna-se necessária. As entrevistas ou situações que o psicanalista vai encontrar supõem que escute desse lugar que rompe as barreiras de um sujeito indicado a partir de seus predicados, sujeito psicológico ou sociológico, para resgatar a experiência compartilhada com o outro, escuta como testemunho e resgate da memória. (ROSA, 2004, p. 344-345).

Assim, seja pela via das entrevistas ou qualquer outra estratégia utilizada por aquele que escuta, deve-se estar advertido que tal ato deve ser realizado rompendo-se qualquer barreira que possa atribuir a um sujeito determinados predicados e construções identitárias, muitas vezes preconceituosas e que não permitiriam escutar a singularidade posta no dizer

deste mesmo sujeito, seja em forma de testemunho ou compartilhamento de uma memória, tal como destaca Rosa (2004).

Pela via exposta acima, Figueiredo e Minerbo (2006) irão argumentar que há uma diferença existente entre o que eles irão denominar como pesquisa em psicanálise e pesquisa com o método psicanalítico. Com efeito, no primeiro caso, o objeto de estudo pode se caracterizar por processos socioculturais e/ou fenômenos psíquicos que já ocorreram e que podem ser estudados fora de uma dada situação analítica, mas que também podem abarcar uma dimensão clínica com efeitos terapêuticos. Discutem os autores:

> Chamemos de "pesquisa em psicanálise", no sentido amplo, um conjunto de atividades voltadas para a produção de conhecimento que podem manter com a psicanálise propriamente dita relações muito diferentes. Em certas circunstâncias, por exemplo, observa-se uma respeitosa distância: ora as teorias da psicanálise tornam-se "objeto" de estudos sistemáticos, ora de estudos históricos, ora de reflexões epistemológicas; outras vezes, alguns conceitos psicanalíticos são mobilizados como instrumentos para a investigação e compreensão de variados fenômenos sociais e subjetivos. (FIGUEIREDO E MINERBO, 2006, p.259).

No tocante ao que afirmam Figueiredo e Minerbo (2006), esta dissertação estrutura-se, portanto, de forma híbrida já que ela pauta-se em um diálogo entre a psicanálise e outras áreas do conhecimento, caracterizando-se, pois, como interdisciplinar e desenvolve-se em um contexto diverso daquele instituído pela psicanálise em intenção. Sobre isto, Rosa (2004) discutirá que pesquisas em psicanálise que se destinam ao estudo de fenômenos sociopolíticos, ainda que não se trate de uma pesquisa psicanalítica *stricto sensu*, nasce dos seus princípios e, cuja orientação pela escuta instaura a feitura de uma investigação no discurso a partir de um método e ética que lhes são próprios.

Ao situarmos, portanto, sobre quais são as bases a partir das quais nesta dissertação construímos uma trajetória investigativa do objeto de estudo, ressalta-se que os dados que foram coletados para a construção desta pesquisa são oriundos do que foi possível escutar dos sujeitos ao longo dos acompanhamentos itinerantes realizados com os mesmos em diversos espaços, e a partir de registros e escritos pessoais das escutas realizadas nas mais diversas situações. Os dados coletados foram transformados em texto e, posteriormente, os transformei em casos, como serão apresentados.

Os casos apresentados destacam-se pelo que pôde ser observado das facetas que o atravessam, e que denotam como na práxis, a segregação ressoa na trajetória de cuidado de pessoas que vivem em contexto de rua. Porém, delineia-se também que cada caso escolhido

conta uma história muito singular e a narrativa em torno deles passa pela experiência de acompanhamento de uma psicóloga que não apenas tentou escutar cada um dos sujeitos, como também pensar intervenções possíveis diante de uma prática que acontece em muitos cenários diferentes.

Sobre a análise dos dados, recorro ainda à Rosa e Domingues (2010) quando argumentam que neste tipo de investigação, ao invés de se trabalhar com a fala, trabalha-se com o texto escrito e, nesse sentido, o texto pode transformar, identificar e realçar marcas no discurso, posições e efeitos de sentido. Desse modo, por estarem tratando sobre pesquisa em psicanálise dos fenômenos sociais e políticos, as autoras destacam ainda que "o modo singular de enredamento no laço social é elucidativo das estratégias de controle do campo social e fornece elementos fundamentais para a compreensão do fenômeno estudado." (ROSA E DOMINGUES, 2010, p. 186-187).

Cabe ainda informar, que esta pesquisa respeitou todos os aspectos éticos, normas e diretrizes que dizem respeito aos estudos realizados com seres humanos, tal como deliberado pela resolução de nº 466/2012 e as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais constantes na Resolução de nº 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde - CNS. Por fim, destacamos também que esta investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Programa de Pós-graduação em Psicologia, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e cujo número do parecer consubstanciado pelo referido comitê é 4.890.813.

3. O CONTEXTO DE RUA E SUAS INTERFACES: UM OLHAR PARA A NECROPOLÍTICA

Tenho nos olhos quimeras
Com brilho de trinta velas
Do sexo pulam sementes
Explodindo locomotivas

Tenho os intestinos roucos
Num rosário de lombrigas
Os meus músculos são poucos
Pra essa rede de intrigas

Meus gritos afro-latidos
Implodem, rasgam, esganam
E nos meus dedos dormidos
A lua das unhas ganem
E daí? E daí? E daí?...

Meu sangue de mangue sujo
Sobe a custo, à contragosto
E tudo aquilo que fujo
Tirou prêmio, aval e posto
Entre hinos e chicanas
Entre dentes, entre dedos
No meio destas bananas
Os meus ódios e os meus medos
E daí? E daí? E dai? E daí?...

Iguarias na baixela
Vinhos finos nesse odre
E nessa dor que me pela
Só meu ódio não é podre
Tenho séculos de espera (espera)
Nas contas da minha costela (nas contas da minha costela)
Tenho nos olhos quimeras
Com brilho de trinta velas (velas)
E daí? E daí? E daí?

Milton Nascimento.

"E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagres.".

Frase dita pelo atual Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, ao se referir, à época, aos 300 mil mortos pela pandemia do coronavírus no país.

3.1 A Rua e suas questões: Território, vulnerabilidade, direito à cidade e políticas públicas

O que é viver na rua? Como é fazer do asfalto a casa, cujas atividades da vida diária se desenrolam a céu aberto? Como o sujeito que toma a rua como morada se pensa nesta condição, em que os atravessamentos são inúmeros quando dizem respeito às vulnerabilidades associadas a este espaço, ressoando, por exemplo, em práticas de segregação contra ele, já que ele marca diferenças que o Estado e a sociedade desejam eliminar? Que diferenças seriam essas? E, por qual motivo essas diferenças geram ódio capaz de impulsionar atos de violência contra aqueles que são diferentes?

Comecemos então a tentar responder às questões colocadas acima, ou ao menos refletir sobre elas, tomando como mote para a construção da discussão o termo vulnerabilidade e, mais especificamente, as sociais, condição sob a qual muitas vezes o sujeito que mora na rua pode se encontrar. Porém, é importante frisar que ser ou estar em situação de vulnerabilidade acarreta para ele não apenas o motivo pelo qual precisa acessar com maior necessidade e mais amplamente as políticas públicas, mas também, sob tal condição, ser alvo de atos de violência que contra ele o outro possa desferir, por ser ele um sujeito em uma condição vulnerável.

Ao falar sobre o conceito de vulnerabilidade, Ayres et al. (2003) vão destacar que é preciso ter cautela na sua utilização para que ele seja usado de forma autônoma e produtiva. Os autores, ao escreverem uma história conceitual do termo, ponderam que é necessário, quando se diz que alguém é vulnerável, estar atento à perspectiva de se colocar perante qualquer outro como um ser humano de igual estatuto e potencial. Diante dessa ponderação, os autores trazem para a discussão do conceito, pontos elencados por outro autor, Gorovitz (1994), quando este discute as três qualidades indissociáveis do referido conceito tomando-se como base uma perspectiva ética a respeito de uma descrição sobre o termo.

Ayres et al. (2003) sinalizam que a primeira qualidade apontada por Gorovitz (1994) volta-se para caracterizá-la como não binária, ou seja, é multidimensional, posto que se em uma dada situação é possível ao sujeito estar vulnerável a determinados agravos, em outras pode ser que ele não esteja. A segunda qualidade diz respeito ao fato de que ela não é unitária, já que todos os humanos estão sempre vulneráveis, em maior ou menor grau, a depender de cada situação. Por fim, a terceira qualidade destaca que a vulnerabilidade não é estável podendo mudar ao longo do tempo em dimensões e graus diferenciados. Portanto, enfatizam Ayres et al. (2003) os seres humanos não “são” vulneráveis, eles “estão”

vulneráveis sempre em relação a algo, em algum grau, forma, em um determinado tempo ou espaço, ou seja, a vulnerabilidade está para todos.

Ao discorrer sobre a vulnerabilidade social e população em situação de rua, Raonna (2016) fará uma leitura importante sobre o que significa dizer que alguém está vulnerável socialmente. Segundo a autora, a dinâmica cotidiana vivida pelas pessoas consideradas como vulneráveis, cria um cenário de homogeneidade, apesar da expressiva heterogeneidade característica deste cenário, principalmente quando se olha para a singularidade como cada um vivencia o território que habita. Destaca a autora:

> A indistinção das condições de vida das pessoas e dos seus locais de vivência acaba impactando as definições de vulnerabilidade social, especialmente na busca por sua mediação. Alguns índices denominados de "vulnerabilidade social" terminam concentrando indicadores sociais ligados exclusivamente às características individuais e familiares, não incluindo características territoriais. A articulação entre essas perspectivas é de fundamental importância para a compreensão desse conjunto de situações e processos decorrentes do modelo de desigualdade social subjacente ao país e que configuram o fenômeno da vulnerabilidade social. Neste sentido, a vulnerabilidade social necessita estar vinculada não somente às condições de vida das pessoas, mas também de seus territórios de vida. A articulação e não somente a junção destas condições pode ser capaz de evidenciar distâncias, desconexões, fragilidades e diferenças. (RAONNA, 2016, p. 18).

Para Raonna (2016) o termo vulnerabilidade social deve pautar-se e subsidiar-se também a partir dos territórios de vida dos sujeitos que neles vivem, e que poderá marcar, outrossim, diferenças existentes neste campo. Dessa forma, se por um lado o conceito de vulnerabilidade entra como "caracterização" do que é viver no contexto de rua, trazendo inúmeras reflexões, por outro, incluir a dimensão do território possibilita uma caracterização singular na experiência de cada sujeito com o espaço que ocupa e toma como morada.

Ao destacar o território como vivência que se dá também na dimensão subjetiva, Raonna (2016) afirma que adentrar nele pode proporcionar outras formas de conhecê-lo que não apenas pela via da vulnerabilidade. Desse modo, a autora recupera a definição que Milton Santos (2002) confere ao conceito de território e destaca que ele é um lugar ocupado, configurando-se e construindo-se pelo uso que cada um faz dele a partir de dado momento histórico. Por conseguinte, o território poderia ser compreendido não apenas como um espaço fixo, mas também um lugar em que complexas articulações em que dinâmicas econômicas e sociais são intercaladas. Dinâmicas nas quais o sujeito aí está construindo seu próprio viver cotidiano e experiências com o meio no qual circula.

Assim, é importante frisar — baseando-se em uma experiência de trabalho na rua — que a relação que o sujeito estabelece com o território em que mora, tomando a rua aqui como este espaço de morada, têm dinâmicas próprias, construídas e marcadas. Neste sentido, se por um lado há na vida vivida nas ruas uma profunda precariedade, desamparo e desigualdade, por outro, há também a abertura de possibilidades nas muitas amarrações e conexões que esse mesmo sujeito estabelece com outros sujeitos, com os profissionais dos serviços que frequentam o espaço, com comerciantes, transeuntes, com o próprio território e toda uma rede comunitária que compõe o espaço.

Como Santos (1993) destaca, o território pode ser compreendido como algo material e que se caracteriza, através dos sentidos, como uma paisagem de um local que pode ser caracterizado também através de uma perspectiva política, econômica, social, cujas categorias, objetos, pessoas, relações tracejam os pontos que formam o território, sendo ele uma totalidade social dividido em sub-espaços como regiões de um todo.

A complexidade conceitual que o autor confere ao território ajuda a subsidiar uma compreensão mais apropriada do termo, posto que no trabalho que acontece na rua, ao caminharmos pelos bairros de Salvador, é possível perceber que cada espaço possui características e dinâmicas próprias e que mudam a todo o momento. As dinâmicas são muito vivas e conservam até mesmo certo estilo e essência local, comportando aí também, por outro lado, condições para que surja o novo, o que torna possível afirmar então que o território é vivo!

Se entendermos que o território é vivo, entendemos também que a construção dele se dá por pessoas nas suas cotidianidades, atravessadas que estão por questões de diversas ordens. Sendo então, também o espaço público da cidade um lugar de morada e construção de território para sujeitos que vivem em contexto de rua, não seria demais afirmar a necessidade de políticas públicas que possibilitem a eles não apenas o direito de ocupar a cidade como também, a garantia e acesso à saúde, assistência, justiça, dentre outras prerrogativas. Por esta via, destaca-se o decreto de número 7.053, lançado no ano de 2009 e que promulga a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento.

O decreto cria condições para o lançamento da política para os sujeitos que vivem em contexto de rua e estrutura-se a partir de dois eixos, o primeiro diz respeito à verticalidade da federação, conjugando ações municipais, estaduais e federais que devem exercer uma atuação complementar para atender as demandas da população. O outro eixo vincula-se à questão da interdisciplinaridade e intersetorialidade na atuação com a população em situação de rua,

sendo fundamentais os trabalhos que devem ser feitos conjuntamente entre as pastas governamentais, adicionando-se também o papel das instituições e movimentos sociais organizados (BRASIL, 2009).

Além disso, é possível afirmar que o objetivo da política para população em situação de rua (POPRUA) é de estabelecer diretrizes e rumos que dão margem para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o acesso garantido aos direitos, acesso a oportunidades, relações e significados próprios que são produzidos pela vivência no espaço da rua. Por outro lado, tal como destacado anteriormente, essa política deve estar constantemente em diálogo com outras políticas públicas, que crie condições cada vez mais frequentes para articulações e proposições no âmbito técnico e através de marcos legais, para um atendimento que se pretende interdisciplinar e integral. (BRASIL, 2009).

A intersecção entre as várias políticas e portarias se faz necessária e assim, o Estatuto do idoso (2003) o Estatuto da criança e do adolescente - ECA (1990), a Política Nacional para a promoção da igualdade racial (2003), O I Plano nacional de política para as mulheres (2003), dentre outros marcos legais ajudam a construir um acompanhamento que deve ser intersetorial. Desse modo, pensar o trabalho com esta população convoca à realização de uma prática profissional tecnicamente instrumentalizada, pautada em ações articuladas em rede, entendendo-se por rede não apenas a socioassistencial, mas também a de saúde, a jurídica, a educacional, dentre outras.

No encadeamento desta argumentação, vale então trazer o que diz o decreto de nº 7.053/2009 a respeito dos sujeitos que vivem em contexto de rua, bem como as condições sob as quais eles vivem, construindo aí as suas trajetórias de vida, relações, trabalho, vínculos. Desse modo, segundo a portaria, esses sujeitos definem-se por estarem em:

> Um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.16).

Ao notar, portanto, uma marca que atravessa a vida de todo sujeito que vive em contexto de rua, qual seja, a pobreza extrema, a política nacional destaca a necessária garantia de direitos a estes através de estratégias que sejam realizadas nos mais diversos aspectos da vida, sendo ofertado, nesse sentido, um cuidado integral, intersetorial e articulado.

No que tange o viver na rua, Vieira & Rosa (2004) ressaltam que tal ambiência reconfigura o hábitat de cada sujeito, promovendo uma reutilização dos espaços públicos, conferindo a estes novos significados. Na rua, o que é privado, como por exemplo, comer, dormir, lavar-se é agora público, promovendo, portanto, uma inversão. Segundo as autoras, a permanência na rua e a maneira como estes sujeitos utilizam o espaço público como privado, como lugar de sobrevivência e de reprodução de suas existências criam condições para situações limites entre o poder público e a sociedade e que, de alguma forma, serviria de "justificativa" para a natureza repressiva que o Estado, ao longo da história, tem executado junto à população que vive em contexto de rua.

Salienta-se ainda a argumentação de Vieira & Rosa (2004) sobre o papel do Estado em eliminar a população em situação de rua dos espaços públicos. As autoras defendem que esta eliminação tem variado nas formas de sua realização, desse modo, esta eliminação acontece tanto através de assassinatos em massa dos coletivos de sujeitos que estão vivendo na rua, principalmente através da violência policial, bem como na segregação dos mesmos em unidades e centros de acolhimento. As autoras destacam ainda que esses centros estão sustentados por inúmeras regras disciplinares, podendo ser facilmente caracterizados como instituições totais.

Tomando como mote que aqueles que não vivem em contexto de rua não querem olhar para aqueles que nesse contexto vivem, empreendamos uma discussão então a respeito do surgimento das cidades e como elas vão sendo ocupadas, encerrando-se como um lugar público, tornando-se a rua um lugar exterior à "normalização", lugar da miséria, do sujo, do que se deve rejeitar. Por este caminho, Josephson (2008) argumenta que os espaços urbanos devem ser "lidos" não apenas através do seu caráter espacial, mas, sobretudo, como uma grande máquina que possibilita articulações de variadas formas que visam à produção. Estas produções conceberiam e uniformizariam essa máquina, organizando as habitações e certa forma de subjetividade que, na contemporaneidade, tem se tornado cada vez mais individualizada, encapsulada em seu próprio eu.

Segundo Josephson (2008) no século XVIII e XIX a casa foi se transformando em um lugar de estabilidade e transparência, tornando-se um lugar exclusivo, ganhando contornos de valor moral bastante elevado, diferentemente do que ocorre no espaço público da cidade. Além disso, o autor ressalta que a casa foi não apenas caracterizada como um lugar de morada, mas como um lugar de fixação, onde seria possível controlar e vigiar os indivíduos e a população, sendo, portanto, muito mais difícil o exercício do controle e vigilância de

sujeitos que vivem nas ruas. A casa tornou-se, pois, um lugar privilegiado, de estabilidade, elemento moral e político desenhado a partir da concepção do espaço urbano. Dirá o autor:

> Concomitante a esses acontecimentos ocorreu a moralização do espaço físico das ruas como lugar insalubre, com a desqualificação da população que nelas viviam e de seus hábitos e moradias. Os cortiços e as construções feitas de velhas tábuas e chapas não isolavam seus moradores da vista do público. Ao contrário, suas vidas transcorriam de forma mais ou menos aberta para a coletividade: as necessidades fisiológicas eram feitas na maior parte das vezes nas próprias ruas; as refeições, às vistas de quem passasse; a roupa era lavada e secada ao ar livre. Tal comportamento configurava um tipo de vida que os médicos definiam como "promíscua". (JOSEPHSON, 2008, p. 145).

A configuração dos espaços na rua objetivou ordenar e resolver as contradições relacionadas às questões sociais, políticas e econômicas da cidade em um processo que gerou a desqualificação das ruas e exclusão das populações pobres para os lugares públicos, processo que aconteceu a partir de dois mecanismos, quais sejam: a exclusão e o isolamento. Assim, a classe detentora do poder econômico e político nas cidades investiu na construção de bairros residenciais homogêneos e exclusivos em diferença aos espaços urbanos caracterizados pela sua heterogeneidade e mistura, ressalta Josephson (2008). Esse padrão destacado pelo autor estende-se para a contemporaneidade — em que a organização urbana atual da cidade aprofunda o isolamento — bem como a exclusão de classes mais pobres, podendo ser aí incluídas as pessoas que vivem em contexto de rua.

Para Josephson (2008), a cidade tornou-se um conjunto de espaços homogêneos e isolados militarmente uns dos outros, em paralelo ocorreu uma descaracterização das ruas, onde o espaço urbano se transformou em um cenário observado de longe pelos vidros das casas e dos automóveis. A lógica dos condomínios encerra esta configuração, promovendo uma nova proposta de morar integrando habitação, lazer e serviços. Assim, destaca o autor, a desqualificação dos espaços públicos funda permanentemente a valorização da privacidade e desinteresse pelo espaço público, caracterizado como um lugar perigoso e moralmente inferior.

Segundo Dunker (2015), o apelo à forma de vida no estilo do condomínio baseia-se na lógica dos antigos leprosários e hospícios, sustentados na promessa de recuperação e reconstrução da experiência perdida. Tal lógica, atualizada aí pelos condomínios, exclui tudo o que está fora dos seus muros e os que vivem fora não tem lugar, terra, nem teto. Por outro lado, os que estão dentro estão firmes em seu espaço, na posição que ocupam.

Ao falar sobre a formação dos condomínios, Dunker (2015) propõe que há algumas características nesta formação. Nessa perspectiva, existiria a possibilidade de definição sobre o que é um espaço produtivo, e um território cujo espaço é improdutivo, aquele que permanece em anomia, desta argumentação o autor informa que surge a partir daí a segregação, isto é, do fracasso em articular a diferença e a divisão. Em um segundo momento, os muros são estabelecidos, fronteiras que delimitam o que está dentro e o que está fora. Nesse entremeio, o espaço urbano da cidade é o que está fora, e delimitam-se assim muito bem os que pertencem e os que não pertencem a certo lugar privilegiado de "proteção".

Nesta lógica do dentro-fora, Josephson (2008) vai argumentar a importância dos espaços urbanos para a qualidade de vida dos habitantes e experiências acerca da cidade. O autor ressalta que resgatar a historicidade da construção das mesmas e, mais do que isso, como atualmente elas se configuram na vida urbana como um lugar também de exclusão permite recuperar, sobretudo, um olhar ético, político e estético da urbanidade. Um olhar que criaria condições para o renascimento do que é público na cidade, cujas bases estejam sustentadas na co-responsabilização e solidariedade dos sujeitos, o que possibilitaria, por sua vez, segundo o autor, no rompimento de processos que geram a segregação e isolamentos urbanos.

Ao falarmos de segregação e isolamentos urbanos é possível deslizar para uma discussão que gira em torno da ocupação do espaço público bem como sobre a questão do direito à cidade. Esse tema, que tem sido desenvolvido principalmente no âmbito do direito, mas que abarca outros campos de prática, saberes e organizações, no Brasil, se transformou em uma reivindicação recorrente e comum com demandas de grupos sociais diversificados.

O tema do direito à cidade, mesmo estando mais voltado para os debates no âmbito jurídico, ganhou maior dimensão nos últimos anos, abarcando reflexões oriundas de outros campos de saber, reflexões que colaboraram não só para o alargamento da compreensão do tema através de vertentes teóricas diferentes, como também a partir de diversos atores da sociedade que compreendem o quão é necessário o acesso ao espaço público da cidade. Desse modo, a discussão expande-se e toca-se na questão do acesso às mais diversas políticas públicas que estão vigentes no Brasil, principalmente para uma dada parcela da população que mais amplamente é atingida por práticas de exclusão e segregação e que mais amplamente também tomam o público como espaço de morada. (CAFRUNE, 2016).

O que se verifica na atualidade — e mais especificamente no que tange à realidade do Brasil — é que as cidades permanecem incapazes de ofertar aos seus cidadãos condições equitativas de oportunidades, sendo que a maioria deles se mantém privados de ter suas

necessidades básicas atendidas em virtude de determinadas características, tais como culturais, sociais, de gênero, idade, raça. Com efeito, é preciso afirmar que o conceito de direito à cidade no Brasil acaba incorporando outras dimensões da vida a serem garantidas, a exemplo do direito a viver em um território regular, como é o caso dos sujeitos que vivem em contexto de rua e a possibilidade de acesso a serviços públicos de qualidade, podendo participar dos processos de decisão política que a envolve, já que a cidade se caracteriza por comportar, também, os bens e direitos disponíveis na sociedade contemporânea (CAFRUNE, 2016).

Pelo que se afirma acima se questiona então como é possível aos sujeitos que vivem em contexto de rua afirmar seus direitos? Quais espaços e instituições eles conseguem acessar? E, com todas as particularidades que esta questão apresenta, como eles podem alcançar as políticas públicas de diversos âmbitos, tais como às relacionadas ao sistema socioassistencial, de justiça, moradia, lazer, saúde, dentre outras, quando assim for necessário?

Diante do que se afirma acima, retornemos ao que propõe a Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) que traça como perspectiva um atendimento integral e garantia de acesso desta população às políticas e serviços de vários setores, a exemplo daqueles vinculados à saúde, tal como os que estão delimitados na portaria referente à Rede de Atenção Psicossocial, a RAPS (2008) e na Política Nacional para Usuários de Álcool e outras Drogas (2003)[6]. Estes marcos legais têm criado condições para o fortalecimento de estratégias de assistência em saúde para a população em situação de rua, cujas bases de construção técnica, política e ética sustentam-se sob uma perspectiva do que foi sendo desenvolvido ao longo dos anos, no que se refere a um cuidado antimanicomial, territorial, e cuja decisão dos sujeitos a respeito da sua própria saúde são postas em primeiro lugar.

É necessário ressaltar que a perspectiva de cuidado apontada pauta-se, todavia, na constituição e amadurecimento político, ético e técnico propostos pelo Sistema único de Saúde (SUS)[7]. Este sistema, que foi se fortalecendo ao longo dos anos, apesar de claudicar em muitos momentos, principalmente no período mais recente da história política brasileira,

---

[6] A Política Nacional para usuários de álcool e outras drogas foi lançada no ano de 2003 e estabelece as diretrizes para o atendimento de sujeitos que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, sendo este uso considerado, portanto, uma questão de saúde.

[7] O Sistema Único de Saúde (SUS) instaura-se no Brasil após muitas lutas travadas por vários atores e setores da sociedade, principalmente através de sujeitos envolvidos na Reforma Sanitária Brasileira. Neste entremeio, o SUS então surge, sendo a sua existência garantida através de duas leis, quais sejam, a 8.080 e a 8.142, ambas de 1990 e que tratam, respectivamente, dos princípios e diretrizes do SUS, bem como da necessária participação social para a construção permanente e fortalecimento deste sistema.

está sedimentado no objetivo de ofertar saúde no Brasil de forma universal, integral, gratuita e de qualidade — dentre outras prerrogativas de garantia de acesso a este direito fundamental que é a saúde, garantia proposta em constituição datada do ano de 1988[8], cuja principal característica acontece pela via da valorização da vida e de acesso à cidadania —. Entretanto, apesar do fortalecimento garantido pelo SUS para a criação da RAPS e da política de álcool e outras drogas, rede e política que se configuram como um dos sustentáculos ao atendimento da população em situação de rua, no que tange ao setor saúde, ainda é possível afirmar que esta população é bastante desassistida.

Aqui, faz-se necessário destacar que a RAPS (2008) amplia o atendimento referente às questões decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, além de fortalecer o que propõe a política para esta questão. Para além desse ponto, o artigo 5º da portaria destaca como — no âmbito da saúde — a população em situação de rua pode ser assistida no que tange às várias questões que pode incidir sobre ela. Destarte, a portaria assegurará ainda a constituição da rede pela atenção básica de saúde, comportando nela a equipe de consultório na rua. O referido artigo engloba, por outro lado, outros dispositivos de cuidado que compõem a rede de saúde, a exemplo do componente de atenção residencial de caráter transitório, centros de convivência, atenção hospitalar e estratégias de desinstitucionalização através dos serviços residenciais terapêuticos da reabilitação psicossocial e os centros de atenção psicossocial, o CAPS[9].

Assim, o cuidado à saúde integral dos sujeitos que vivem em contexto de rua está garantido por lei. Contudo, no emaranhado das redes de saúde e psicossociais, a exemplo da rede de Salvador, verifica-se muitas vezes um total desconhecimento dos direitos destes sujeitos por parte dos profissionais. Essa realidade tem como efeito primordial a ampla desassistência dos mesmos — no que diz respeito ao acesso às políticas destinadas a eles —. Os efeitos podem ser destacados não só pela desassistência provocada pela impossibilidade de acesso aos serviços de saúde, através de um circuito incessante de encaminhamentos entre eles, a exemplo da UPA[10], do hospital, e até mesmo do CAPS. Os efeitos também podem ser

---

[8] A constituição de 1988 é conhecida como a constituição cidadã e trata, dentre outras coisas, a exemplo dos artigos que se enumeram de 196 a 200, de alguns direitos fundamentais do cidadão, a exemplo do que se configura o campo da saúde.

[9] Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são unidades especializadas em saúde mental para tratamento e reinserção social de pessoas com transtorno mental grave e persistente.

[10] As Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as portas de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de atenção às urgências.

percebidos quando os sujeitos falam sobre como deslocar-se até uma instituição de saúde, para poder ser cuidado, não significa, efetivamente, que eles sejam atendidos.

Segundo a RAPS e normativas legais, deve ser dada atenção especial às pessoas com sofrimento psíquico relacionado ao uso recorrente de álcool e outras drogas, cujo acesso e localização devem ser facilitados em relação aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS I, II, III e AD) (BRASIL, 2009). Desse modo, é importante fazer o relevo neste ponto da referida política, devido ao fato de que uma grande parte dos sujeitos que vivem em contexto de rua faz uso problemático de substância psicoativa, cuja ressonância deste uso destaca um imenso sofrimento psíquico. Tal afirmação é feita com base não só em uma experiência profissional — como psicóloga do Programa *Corra pro Abraço* — mas também em pesquisas realizadas em relação a estes sujeitos, cujos números ratificam o que se afirma.

Discutindo sobre o uso de substância psicoativa entre sujeitos que vivem em contexto de rua, Merhy (2012) argumenta que a pobreza extrema encapsula e demarca um imaginário social a respeito destes sujeitos como "anormais do desejo", já que, como qualquer outro, estes também estão em busca de novos experimentos. É claro que, nos casos dos sujeitos que vivem em contexto de rua, muitas vezes não se trata apenas de um experimento, mas também da possibilidade de suplantar a fome extrema, de se manter acordado e em alerta para enfrentar as vicissitudes e adversidades que abrigam as ruas.

É preciso ressaltar que, como destaca Merhy (2012), a sociedade aparta qualquer discussão em torno da legalização nesse campo, construindo um lugar de não humano para os sujeitos que fazem um uso problemático de substância psicoativa e vivem na rua, nas margens dos espaços societários autorizados. Construindo, ao mesmo tempo, mecanismos para que o uso de drogas seja crime, a priori.

Para Merhy (2012), as ações fascistas realizadas contra os coletivos formados pelos usuários de substâncias psicoativas nas ruas e praças referem-se aos tratamentos que se destinam a solidificar posturas uniformizantes e homogeneizantes, tratamentos que não consideram a singularidade de cada caso, a exemplo dos tratamentos pela via da religiosidade e, sobretudo, da abstinência para todos, tal como propõem as comunidades terapêuticas. Sobre isto, afirma o referido autor:

> Apontando para a internação compulsória em comunidades terapêuticas e não novas conexões existenciais e vínculos produtores de novos desejos de viver. A interdição do desejo é o grande eixo, procurando neutralizar as ofertas opostas de se operar pela produção de mais desejo e assim, mais conexões de vida, única forma que entendo com chance de construir um agir solidário com aqueles que vivem as consequências do uso abusivo de certas

> drogas. Talvez porque essa produza mais singularidades e mais desejos, mais diferenças que enriquecem as sociedades em termos da diversidade do viver e da partilha. Fenômenos não suportáveis pelos modos capitalísticos vividos nas sociedades globalizadas como as atuais. (MERHY, 2012, p. 16).

Ao falar sobre o contexto de rua que demarca uma pobreza extrema, Merry (2012) destaca que os sujeitos que vivem nos espaços da rua, tal como salientado acima, são caracterizados como "anormais do desejo", sujeitos que fazem uso problemático de substância psicoativa e que são mais amplamente atravessados por práticas normalizadoras do uso. Estes sujeitos, segundo o autor, não são vistos pela singularidade que apresentam no uso que faz da substância, mas, enclausurados, criminalizados e, por fim, segregados através de um roldão que os assemelha através daquilo que atravessa as suas trajetórias de vida, ou seja, o abandono e a exclusão social.

Pela ótica descrita no parágrafo anterior, há também um encapsulamento dentro de uma mesma lógica que os captura através de um imaginário social, a partir de um lugar de uso problemático de substância que destaca não as suas singularidades, mas perfis de periculosidade e que tracejam também um "ódio ao bandido", ódio ao diferente, ódio àquilo e/ou àquele a quem não se identifica como semelhante e que leva, portanto, à realização de práticas de segregação. Voltemo-nos então, na próxima seção, para o tema da segregação, entrelaçando-o também às questões da desigualdade social e do racismo para que, por último, possamos mais amplamente discutir as relações existentes entre a segregação e a necropolítica.

3.2 Desigualdade social, racismo e segregação: O que atravessa o asfalto e as vidas que nele vivem

Diante da discussão realizada na seção anterior, como não afirmar que existem práticas de segregação cometidas pela sociedade, pelo Estado, através dos aparelhos institucionais que o constituem, contra os sujeitos que vivem em contexto de rua? Como estes sujeitos podem, diante do outro que o segrega, encontrar novas formas de se posicionar? O que pode advir da criação de um dispositivo de cuidado na rua que se propõe a escutar esses sujeitos, com narrativas que também relatam muitas negativas de acesso aos direitos fundamentais e garantidos em leis?

Ao falarmos de práticas de segregação, é indispensável que possamos nos ater a algumas questões que atravessam este tema, a exemplo da questão da desigualdade social no

Brasil e os efeitos importantes que esta desigualdade gera para as condições de vida de grande parte da população do país. Por outro lado, é transversal também a este debate a discussão sobre o racismo, já que as estatísticas de pesquisas realizadas sobre a população em situação de rua — a exemplo da que consta na Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) — revelam que a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior em relação à proporção de brancos. Nesse sentido, nos debruçamos nesta subseção a discorrer de forma breve sobre a questão da desigualdade social, o racismo e a segregação, dado que, na última seção deste capítulo iremos discutir este último tema entrelaçando tal debate com a perspectiva da necropolítica.

Sigamos então com a nossa trama argumentativa e adentremos, brevemente, na questão da desigualdade social, a partir das reflexões propostas por Souza (2016) quando, ao falar sobre tal questão discorre também sobre quem são os usuários de crack no Brasil. O autor traz dados importantes para sustentação do debate que empreende, subsidiando seus argumentos a partir de uma pesquisa realizada no ano de 2014 pela Fundação Oswaldo Cruz com financiamento do SENAD/MG[11]. Este estudo traz dados importantes sobre o uso da referida substância psicoativa no país e destaca que a prevalência de uso regular de crack nas capitais brasileiras era de 0,8% da população adulta no ano de realização da pesquisa.

Os dados trazidos a respeito dos sujeitos que fazem uso de crack e que estão em contexto de rua na pesquisa apresentada por Souza (2016) demarcam pontos relevantes para se pensar políticas públicas voltadas para estes sujeitos. Doravante, os dados revelaram que no total das pessoas que participaram da pesquisa, 80% dos usuários de crack eram homens, com faixa etária entre 20 a 30 anos, sendo que, de dez usuários da referida substância, oito eram negros (pretos somados a pardos), já tinham vivido ou ainda viviam em contexto de rua, e quase a metade já havia passado pelo sistema prisional.

Segundo Souza (2016) o usuário de crack faz parte daquilo que ele denomina como “ralé brasileira” e que ele designará como um termo que compõe uma categoria metafórica de cunho teórico, visando se referir a sujeitos desprovidos não só de capital econômico como também e, sobretudo, sem acesso às condições sociais, morais e culturais. O autor demarca, dentre outras questões, que este termo é utilizado por ele “não para insultar quem já é humilhado, mas, sim, para denunciar a iniquidade do abandono social já secular que é o principal traço social singular brasileiro.”. (SOUZA, 2016, p. 35).

[11] SENAD/MG: Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do estado de Minas Gerais.

A partir da pesquisa citada, Souza (2016) tenta explorar a questão da desigualdade e exclusão social em interface com o sujeito usuário de crack e que vive em contexto de rua. O autor delineia alguns pontos necessários ao debate, afirmando o quanto esses usuários vivem em extrema vulnerabilidade social, denotando a marca mais fundamental da constituição do Brasil: o abandono social.

Pela via exposta acima, Souza (2016) realiza um trajeto das origens de como o traço do abandono social se constitui ao longo dos séculos, demarcando e, ao mesmo tempo, identificando quem são as pessoas abandonadas, ou seja, as pessoas negras no Brasil. Desse modo, ele argumenta que a junção dos processos de urbanização e industrialização brasileiros ao processo de abolição das pessoas escravizadas — que não tiveram nenhum tipo de ajuda do Estado, após séculos de escravização — teve como consequência a formação de uma classe "desclassificada" no país e que, sem nenhuma oferta ou reparação durante décadas, viu-se, sobremaneira, sem capacidade de incorporar conhecimento e planejar seu futuro.

Assim, a desigualdade social, segundo Souza (2016), foi sendo constituída ao longo dos séculos no Brasil, posto que, grande parte da população brasileira, tal como aponta ele, sofre os efeitos desta desigualdade. Essa parcela da população, pelo autor nomeada como "ralé brasileira", enfrenta também questões relacionadas ao racismo, demanda que se coloca como ponto de análise importante nesta dissertação, principalmente ao discutirmos o tema da segregação e os mecanismos que a engendram.

Ao falar sobre o racismo, Sales & Herzog (2018) discutiram que ele é um fenômeno social complexo e que não possui, portanto, uma definição única, seja no campo social ou mesmo no campo da psicanálise. Seguindo as argumentações de Munanga (2004), as autoras irão afirmar que o racismo engendra teorias, crenças e práticas capazes de estabelecer hierarquia entre os indivíduos que passam a ser classificados através da existência de raças biológicas. Porém, destacam as autoras, apesar de o conceito de raça biológica não ser mais sustentável, ele ainda está presente no imaginário da população, fomentando processos de discriminação, exclusão e segregação a certos grupos populacionais.

Além dos processos de exclusão e segregação que o fenômeno do racismo acarreta Sales & Herzog (2018) ressaltam também que para pensar o racismo como um fenômeno social complexo, é necessário destacar que ele não se apresenta de maneira uniforme nas mais diversas épocas, contextos e lugares, e que no Brasil três características são as que mais delineiam este fenômeno, quais sejam: a ausência de legitimação no que tange o Estado; um racismo firmemente ligado aos aspectos físicos e, por fim, uma apresentação do racismo posto de forma dissimulada, implícita, que pode ser caracterizado como "cordial".

No tocante ao tema do racismo, Almeida (2018) distingue três concepções dele, quais sejam: a individualista, a institucional e a estrutural. O autor vai delinear que as construções teóricas em torno da questão do racismo deslancharam ao se teorizar sobre o racismo institucional, visto que, nessa perspectiva, o racismo não se constituiria aí como um comportamento individual, mas tratado através da compreensão do funcionamento das instituições. Entrementes, ele destaca também que o racismo institucional atuaria em uma dinâmica que perpassa por dar, ainda que de maneira indireta, desvantagens e privilégios a partir da raça.

Do que se afirma acima, ao fazer uma distinção importante sobre os três tipos de racismo que podem existir, Almeida (2018) refere que o racismo estrutural dará contornos ainda mais proeminentes a respeito das discussões sobre o tema, pois se define essencialmente como uma discriminação racial que está enraizada na sociedade. Nesse sentido, o racismo representaria um processo histórico no qual as condições de desvantagens para um determinado grupo e privilégios para outro, com características étnico-raciais especificas, são reproduzidas no campo econômico, cultural, político, social e também nas relações do dia-dia. Doravante, o autor define que o racismo deve ser reconhecido como uma forma sistemática de discriminação em que o argumento da raça fundamenta atos de discriminação, podendo, portanto, se "manifestar por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam" (ALMEIDA, 2018. pg. 25).

Na interface entre as questões oriundas do racismo e a influência deste ato na subjetividade de mulheres negras e homens negros, Souza (1983) escreverá um livro emblemático e que pode ser posto, talvez, como um dos primeiros escritos sobre racismo e psicanálise no Brasil. Nesse sentido, a referida psicanalista irá discorrer sobre como o tornar-se negro no país é um processo que passa por questões subjetivas importantes, inclusive pela própria constituição psíquica do sujeito, retomando aí os conceitos de Eu ideal, ideal do Eu e narcisismo, destaca ela:

> O negro que elege o branco como Ideal do Eu engendra em si mesmo uma ferida narcísica, grave e dilacerante, que, como ação de cura, demanda ao negro a construção de um outro Ideal de Eu. Um novo Ideal de Eu que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva a história. Um Ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da história. (SOUZA, 1983, p. 44).

Mais adiante, continua a autora:

> A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. (SOUZA, 1983, p. 77).

Ao trazer à baila a discussão como o tornar-se negro no Brasil passa por um processo subjetivo de sofrimento, posto que a construção da identidade negra sustenta-se, sobretudo, por uma tarefa política, Souza (1983), arriscasse-se a dizer aqui, convoca a psicanálise à responsabilidade que lhe cabe em diversificar e ampliar o debate sobre os efeitos nefastos das práticas de racismo para a constituição psíquica dos sujeitos que são alvos de tal discriminação. Com efeito, esta psicanalista abre uma seara de discussão necessária para o diálogo entre o campo social, político e as questões da subjetividade, discussão que se revelou mais profícua, somente muitos anos depois.

No encalço da discussão proposta por Souza (1983), Kon (2017), discorrendo sobre o racismo e a psicanálise no Brasil, destaca que a psicanálise não deve se abster de falar sobre o assunto e seus efeitos. Sobre isso, o autor aponta as relações intrínsecas que existem entre o campo social e a subjetividade, e ressalta que o Brasil é um país traumatizado que jamais conseguiu ajustar as contas com suas dores terríveis e obscuras da colonização e da escravatura. Assim, ao falar do diálogo entre a psicanálise e o racismo no país, ele argumenta de maneira enfática a urgência em se debater, na esfera psicanalítica, as questões que aí podem estar relacionadas e destaca, outrossim, que:

> Sensibilizar e dar visibilidade à crueldade do racismo à brasileira, esse "crime perfeito", nas palavras de Kanbegele Munanga, é alguma coisa, mas, certamente, não é o suficiente. Penso que é mais do que hora de avançarmos em direção a uma psicanálise brasileira, que teria o dever de desenterrar, de tirar de sob os escombros do recalcamento e da denegação, as marcas que instituíram nossa nação, facultando a narrativa das agruras específicas e singulares dessa história sempre atual, abrindo espaço para a reflexão e a metabolização das dores infligidas reiteradamente pela colonização, escravidão e exploração de nosso povo, desacomodando-nos do lugar de vítimas e de algozes, restituindo nossa potência ativa e integridade, valorizando toda e qualquer história pessoal em sua diversidade. (KON, 2017, p.28).

Pontuando a responsabilidade da psicanálise em relação à potência que tem em dar visibilidade e proporcionar reflexões sobre o tema do racismo, ao passo que permite metabolizar as dores infligidas por processos históricos desumanizantes, a exemplo da

colonização, da escravidão e exploração do povo negro no Brasil, Kon (2017) convoca os psicanalistas a refletir que tais ações deveriam atravessar a prática clínica, não sendo mais admissível, destaca ele, a indiferença em relação a isso. Neste entremeio, a partir do que afirma o autor sobre a urgência em se narrar as agruras sempre atuais do racismo no Brasil, é que se reafirma aqui a necessidade ética, política e clínica da psicanálise em presentificar-se no mundo através, por exemplo, do cotidiano das ruas, um cotidiano extremamente atravessado por questões relacionadas ao racismo, à desigualdade social e à segregação.

Na relação que pode haver entre a psicanálise e o racismo, Sales (2019) vai destacar que o mais perceptível nas pesquisas em torno desta interação diz respeito à dificuldade do ser humano na lida com o outro. Nesse sentido, o mote dos processos de discriminação estaria voltado não para a dificuldade em conviver com as diferenças radicais, mas diz respeito aos traços de diferença que remetem ao próprio sujeito e, informa ela, tal concepção estaria aportada no entendimento freudiano (1919/1996; 1929/1996) sobre o "narcisismo das pequenas diferenças" e do "estranho familiar". Por conseguinte, a autora ressalta que a compreensão sobre o racismo pela via da psicanálise também pode ser encontrada nos postulados de Lacan (1967), quando este fala sobre a segregação, pensando o racismo como uma forma de manifestação do ódio e inveja na maneira como o outro goza.

Sobre a questão da segregação, Sales (2019) discutirá — com base nos argumentos de Lacan — que o fortalecimento do discurso de discriminação ancora-se, sobretudo, no discurso científico, quando o autor afirma em 1967 que os processos de segregação, bem como o aumento deles, seria uma consequência do desenvolvimento tecnológico e científico. Respaldada em psicanalistas como Koltai (2008) e Miller (1985-1986), Sales (2019) pontua ainda que o discurso científico tende à universalização e pressupõe uma suposta igualdade, contudo, quanto mais esta perspectiva avança, mais o sujeito insiste em ser diferente daquilo que se espera dele, mais insiste em se singularizar, principalmente através das formas de gozo que encontra na vida.

Ao ignorar um discurso universalizante, o estrangeiro, aquele considerado como estranho, manifestará sempre o diferente. Provocando, portanto, ódio e práticas de segregação que contra ele possam ser cometidas. Nesse emaranhado, o estrangeiro seria aquele que rompe com uma forma de gozo que se quer igual, que se quer universal e insiste na diferença, insiste em manter viva a ideia da singularidade. Por esta via, coloco ainda como questão: Quem são estes estranhos que, na contemporaneidade, podemos nomear de figuras de segregação (FONTENELLE et al., 2008), pois são heterogêneos na forma de gozo, na forma

que estão na vida e que, portanto, são elegíveis para serem os “inimigos”? Seriam os estranhos os sujeitos que ocupam as ruas e que fazem dela um lugar de morada?

Diante das questões ora empreendidas, abrimos a possibilidade para iniciarmos uma argumentação sobre o tema da segregação que será realizada na próxima seção e cujo encadeamento das reflexões se fará a partir de uma perspectiva da filosofia, mais especificamente com Mbembe (2016/2018), ao discorrer sobre as questões da inimizade no âmbito não apenas filosófico, mas também político.

3.3 Entre o racismo e a segregação: Um olhar sobre a necropolítica

Neste escrito, compreende-se que a segregação deixa entrever suas principais características na contemporaneidade através daquilo que Mbembe (2018/2020) chamará de necropolítica, uma política de morte que segrega em larga escala e que classifica as vidas em matáveis ou não matáveis. Mas, quem seriam os sujeitos passíveis de serem mortos? Por qual motivo eles morreriam? Por qual motivo eles são segregados?

As perguntas são inúmeras, mas, certamente é possível traçar um fio condutor que possa aqui trazer uma contribuição a estas questões que na atualidade e principalmente no Brasil desde os anos de 2019, figura como um lugar onde o genocídio, a violência e o ódio ao diferente ganharam dimensões exacerbadas.

Talvez o que de mais contemporâneo possa demonstrar a força da inimizade seja àquilo que Mbembe (2018; 2020) discorre a respeito da reconfiguração dos poderes de vida e morte das populações. Diferentemente do que Foucault (1988; 2010) propunha sobre as táticas do biopoder em que a vida dos sujeitos é gerenciada através de determinadas estratégias disciplinares, sustentada por determinadas instituições e discursos do campo social, médico e pedagógico, Mbembe (2018; 2020), ao contrário, propõe não mais um gerenciamento da vida, mas um esfacelamento em massa dela, uma necropolítica.

Segundo Mbembe (2018) as críticas em torno da definição do político através de uma relação bélica, ou que a racionalidade da vida estaria submetida à morte do outro, bem como a de que a soberania diria respeito à vontade e a capacidade do soberano em matar para viver, devem ser postas à baila da discussão. Para compreender estas questões, mas principalmente o que propõe o referido autor sobre o tema do racismo, recorrer-se-á à explanação que o mesmo faz em relação ao sistema de *plantation.* Este sistema, segundo ele, destaca uma forma de subjugação da vida, mascarada como um enodamento político de morte

acerca da vida do outro em que, dizimá-lo pela diferença, pela via da raça, não passa necessariamente pelo discurso biológico.

Mbembe (2018) afirma que as relações entre a vida e a morte, a política, a crueldade e os símbolos do abuso se embaralham no sistema de *plantation.* Este sistema será definido pelo autor como o lugar onde a humanidade do escravo está como sombra personificada, sendo condição da escravidão resultante de três perdas, são elas: a perda de um lar, perda dos direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Desta forma, essas três perdas resultam em uma dominação absoluta sobre o outro e uma morte social, fora da humanidade, sendo, além disso — do ponto de vista político-jurídico — um sistema no qual, definitivamente, o escravo pertenceria ao senhor. Porém, serão nas colônias e no regime de apartheid que Mbembe (2018) identifica a forma mais peculiar de uma dominação absoluta sobre o outro e uma morte social. Dirá ele:

> A característica mais original dessa formação de terror é a concatenação entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio. A raça é, mais uma vez, crucial para esse encadeamento. De fato, é, sobretudo, nesses casos que a seleção das raças, a proibição dos casamentos mistos, e a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram testados pela primeira vez no mundo colonial. Aqui vemos a primeira síntese entre massacre e burocracia, essa encarnação da racionalidade ocidental. (...) O que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos “selvagens” aos povos “civilizados” da Europa (MBEMBE, 2018, p. 31-32).

De acordo com Mbembe (2018), no pensamento filosófico moderno, a colônia é o lugar onde a soberania exerce um poder à margem da lei, onde a “paz” não seria encontrada, pois a “guerra” não teria fim. As colônias são o lugar onde a desordem e a guerra coexistem, sendo o espaço por excelência onde os controles e as garantias propostas pela ordem judicial estariam suspensas e a zona da violência supostamente estaria operando a serviço da civilização, já que a colônia é um estado de exceção. Destarte, o soberano exerceria o seu direito de matar a qualquer momento e de qualquer maneira, uma vez que na guerra colonial não há normas legais e institucionais reguladoras, posto que o terror que se instaura pauta-se em um imaginário colonialista de terras selvagens e morte que criam efeito de verdade.

Ao discorrer sobre biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte, Mbembe (2018) deixa entrever que algo no mundo contemporâneo mudou e o discurso da norma na política de soberania deve ser analisado de forma muito cuidadosa. Ressalta ainda que lhe chama a atenção formas de soberania nas quais o que está em jogo é a destruição

material de corpos humanos e populações. O autor sugere que na atualidade, experiências de destruição humana em massa criam condições possíveis de uma leitura diferente daquela proposta por Foucault (1988; 2008; 2010) a respeito da soberania.

Em Mbembe (2018), pensar as colônias na modernidade tardia traz também a possibilidade de pensar sobre o conceito de soberania, atentando-se como o poder de morte opera. Nesse sentido, ele irá delinear que neste caso, o soberano exerce o seu poder escolhendo quem pode ser descartado e quem não pode. E esse poder não se dá através da permissão para viver ou para agenciar uma vida.

O poder de matar ganha, portanto, contornos e novas possibilidades de existir a partir das novas tecnologias de destruição, proporcionando um massacre ainda maior das populações e corpos. A guerra não seria travada entre Estados soberanos, mas por aqueles que detêm também artefatos tecnológicos de destruição em massa e os que não os têm, cujos alvos são as populações desarmadas. E assim, a morte, o terror e a experiência de viver permanentemente na dor, se instauram. Por essa via, destaca Mbembe (2018), olhar para a perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial da modernidade, possibilitaria olhar também para como a morte e a liberdade se entrelaçam, sendo o terror a característica preponderante que se encontra no sistema escravagista e na ocupação das colônias, onde a experiência específica de ausência de liberdade sustenta essa lógica.

A leitura da política como um trabalho de morte será apresentada por Mbembe (2018) a partir da ideia de que a soberania seria expressa, sobretudo, pelo direito de matar. Com efeito, a noção de necropolítica e necropoder torna-se viável para explicar formas de subjugação da vida, onde as tecnologias avançaram e são utilizadas como meio possível de destruição em massa, com a “criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”” (MBEMBE, 2018).

Hilário (2016), ao discorrer sobre a argumentação de Foucault (1988) sobre o biopoder, destaca que este se tornou um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo e que garantiu, de forma contundente, a inserção e controle dos corpos no aparelho de produção do Estado. Segundo Hilário (2016), quando Foucault (1988) afirma que o homem é um animal moderno, em que, pela via da política sua vida de ser vivente põe-se em questão, o que seria então desta vida se existisse a possibilidade de dispensa dela como elemento necessário à manutenção das máquinas produtivas do Estado? E se o sistema político instituído pelo biopoder, de produção de vida em larga escala, não fosse mais essencial?

Com efeito, Hilário (2016) discorre que entre os séculos XVI e XX acendeu-se e consolidou-se o capitalismo no mundo, tendo como principal característica a assimilação de grandes massas humanas em grandes fábricas na produção de mercadorias. Contudo, destaca ele, com a ocorrência de grandes transformações técnicas no modo de produção do capitalismo, o sistema passa a precisar cada vez menos da força de trabalho já na segunda metade do século XX. Atribui-se a esse fato uma desvalorização da força de trabalho, o crescente desemprego estrutural, as periferias das cidades também crescem em número de habitantes, assim como as prisões em número de encarcerados e, sobretudo, aumenta o número de mortes entre os mais pobres, sendo estes aniquilados, especialmente, pela força policial.

De acordo com Hilário (2016), na atualidade, não parece ocorrer no sistema capitalista nem expulsão, nem assimilação, já que o sistema passa a se desfazer em larga escala das massas humanas. Nesse sentido, na segunda metade do século XX, o capitalismo teria entrado em uma crise mundial, sendo que a sua principal fonte — o trabalho — tornou-se também dispensável mediante o crescimento da maquinaria tecnológica e do aumento da composição orgânica do capital como efeito da crise, destaca o autor. Optou-se por fazer funcionar uma complicada produção do valor à custa da barbárie dos laços sociais entre os homens. Sobre esta mudança, mas principalmente sobre os efeitos oriundos das mudanças ocorridas no sistema capitalista, Hilário (2016) afirma que, em termos políticos, isso poderia ser compreendido como a passagem da biopolítica para uma necropolítica (2018; 2020). Sobre isso, afirma o autor:

> Não mais, então, uma política voltada para a produção da vida – ainda que adequada à forma social, é verdade – e sim uma política cujo objetivo é a aniquilação em larga escala. Aqui a tendência para o “trabalho morto” na produção de valor encontra o “trabalho de morte” da política. Os indivíduos começam a sobrar diante da forma social atual, pois já não são mais rentáveis, não são mais requisitados a dispensarem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo. Muito pelo contrário, são expulsos e jogados no mercado informal e precário, nas margens da cidade, etc. (HILÁRIO, 2016, p. 203).

Segundo Hilário (2016), Mbembe (2018) traz uma contribuição necessária para se pensar o genocídio que acontece nas periferias do capitalismo, a exemplo do que ocorre nas periferias do Brasil. Nesse ínterim, o desfazimento do Estado de bem-estar social, que já era precário, vem ocorrendo em passos largos através da barbárie em que os direitos individuais e

coletivos desaparecem em meio à exclusão, violência e autoritarismo. Desse modo, ainda de acordo com Hilário (2016), a necropolítica ajudaria a compreender uma política de morte realizada pelos aparatos policiais no Brasil, constituindo-se, pois, como o cenário atual da periferia brasileira, onde ocorre de forma contínua genocídio em massa, práticas de violência e segregação.

Diante do que se afirma e argumenta até aqui faz-se necessário pensar por onde e como poderia ser identificado algum tipo de vínculo humano, muito mais pelo que une do que pelo que separa os indivíduos, inerente e irredutível à vida em uma pretensa comunidade de irmãos, para retomar Freud (1913) no que se refere à origem da civilização. Entretanto, questiona-se se seria possível a um ser humano reconhecer a vulnerabilidade e finitude que é comum a todos, mesmo diante do emaranhado de mortes que a contemporaneidade faz ver, por via de uma política já descrita por Mbembe (2018).

Para Mbembe (2018; 2020), a contemporaneidade vive a época da necropolítica, em que fazer viver para determinados fins já não importa. Agora, os assassinatos em massa, a escolha das vidas matáveis se constrói e, por conseguinte, se destrói, com uma velocidade nunca antes imaginada. Destarte, aquele que é “escolhido” para morrer é também semelhante, mas reconhece-se apenas no outro a vulnerabilidade e a finitude que a todos igualam, e, a partir daí, já que ele é o diferente, não há identificação, deve-se segregá-lo.

Na atualidade, as técnicas utilizadas pela biopolítica para fazer viver ou deixar morrer, se reconfiguraram a cada momento, e, portanto, os métodos de uma dada política que age sobre os poderes de vida e morte nas populações estão mais fortificados, assustadoramente ágeis e refinados com a ajuda de determinadas tecnologias. Em Mbembe (2020), a violência encontrada nas colônias permanece latente nas metrópoles, sendo que, o trabalho das democracias é embotar ao nível máximo o saber desta presença, tornando impossível qualquer questionamento acerca dela e seus fundamentos. O que se teme na democracia, dirá o historiador, é que a violência latente no interior das metrópoles, vivida de forma crua e permanente nas colônias, venha à tona, ameaçando a ideia de ordem política construída pelas grandes metrópoles democráticas.

Para manter uma violência latente no interior das metrópoles, as formas de apropriação violenta de recursos ganharam em complexidade, surgindo vinculações entre as forças armadas, o judiciário, o político e o mundo do crime. Estabelecendo-se uma relação de igual capacidade de matar e ser morto, a característica funcional do terror é acentuando e abre brechas para a destruição de qualquer vínculo social que não seja o de inimizade. Para Mbembe (2020), será possível, através desse vínculo, tornar viável a ideia de que o poder só

pode ser obtido e exercido às custas da vida do outro, sendo a contemporaneidade, mais do que pela diferença, marcada pela exclusão e extermínio. Demarca o autor sobre a atualidade:

> Ela se pauta pelo que não se agrega, pelo que de modo nenhum se reúne, pelo que não se está disposto a compartilhar. A proposta de igualdade universal, que não faz muito tempo ainda permite contestar consideráveis injustiças, foi gradualmente substituída pela projeção, não raro violeta, de um "mundo sem" – o "mundo do grande despojo", o mundo dos mulçumanos que estorvam a cidade, dos negros e outros estrangeiros que devem ser deportados, dos terroristas (ou supostos terroristas) que são torturados por conta própria ou por procuração, dos judeus, de quem se lamentam que tenham sido tantos a escapar das camaras de gás, dos migrantes que chegam que chegam de todos os lugares, dos refugiados e de todos os náufragos, esses esfarrapados cujos corpos tanto se assemelham a pilhas de lixo, do processamento em massa dessa criança humana, com seu ranço, seu fedor e sua podridão (MBEMBE, 2020, p. 70).

O que Mbembe (2020) questiona é se não seria possível pensar outra política de mundo que não seja pautada necessariamente na diferença, mas em uma ideia do que há em comum. Porquanto, a era atual define-se pela separação, pelos movimentos de ódio ao próximo e pela hostilidade, uma guerra se estabelece contra o inimigo a quem se segrega. Sobre isto, o autor pondera que o princípio da segregação está na origem do empreendimento da colônia, no qual o trabalho permanente de diferenciação decorria do fato de que os colonizadores sentiam-se angustiados com a possibilidade de aniquilação.

Um movimento de ódio e hostilidade, ao atuarem em conjunto, demarcou no final do século XX o crescimento de formas significativas de violência que podem e devem ser infligida aos fracos, aos que são inimigos e intrusos, favorecendo, por outro lado, o surgimento e a consolidação de uma forma de Estado de segurança e vigilância. Esse Estado só consegue sustentar-se por um estado de insegurança, sendo a vida cotidiana o cenário por excelência das práticas de um estado de segurança/insegurança, impossibilitando, uma parada das hostilidades uns contra os outros, pressupondo a existência de um inimigo irredutível, portanto, segregável (MBEMBE, 2020).

Apoiada nas discussões de Mbembe (2018) sobre o racismo e a necropolítica, Herzog (2019) afirma que o indivíduo que deve ser eliminado é alguém que não vale a pena, não tem valor. A autora discute que o racismo é o motor do princípio necropolítico, pois existe aí uma destruição organizada, que, segundo ela, vigora em ação a partir de um processo pelo qual a simulação permanente do estado de exceção justifica a "guerra contra o terror". Esta guerra se caracteriza por ser indefinida, cruel, promovendo erradicação, tortura, onde a justiça é exercida por incontáveis represálias e revanches.

Ao falar sobre preconceito e intolerância, Herzog (2019) define a época atual como sendo a do “imperialismo da violência”, onde a humanidade do outro é roubada e nada vale, sendo possível ocorrer segregação e eliminação daquele contra quem se pratica segregação. Retomando as discussões empreendidas por Freud (1918), Herzog chega ao “narcisismo das pequenas diferenças” e destaca que será nas pequenas diferenças entre os sujeitos, a despeito da semelhança em todo resto, que se estruturam os sentimentos de estranheza e hostilidade entre eles. Na atualidade, se subtrai do sujeito sua singularidade, sendo ele tecido na massa.

Herzog (2019) pontua que ao retomar o termo “narcisismo das pequenas diferenças”, Freud (1929) constrói uma discussão também sobre as pulsões sexuais e as pulsões de agressividade. Nessas últimas, é possível verificar sua descarga justamente quando o sujeito sente-se ameaçado no seu narcisismo e nas pequenas diferenças que percebe no outro. Assim, a exclusão do outro ocorre e nas formações grupais é possível verificar uma união e a diluição em torno destas pequenas diferenças, sendo para fora do grupo exteriorizada a agressividade. A autora demarca que, na atualidade, as diferenças mais salutares e que expressam práticas de intolerância e segregação, são aquelas voltadas para questões da sexualidade, raça, religião, gênero, classe e que reforçam uma identidade, deixando-se esvair aí a dimensão da alteridade e da vulnerabilidade que a todos alcançam.

Doravante, Herzog (2019) afirma que em Butler (2019) o reconhecimento da alteridade do outro se dá a partir do reconhecimento desta alteridade em si e da própria vulnerabilidade. Por conseguinte, não basta apenas reconhecer a diferença — já que se corre o risco de que esta diferença desemboque no ódio e na hostilidade para com o outro — mas, diz respeito a enxergar a diferença em si mesmo, na medida em que, quando se é intolerante com o outro, se é consigo mesmo. Por esse caminho, Butler (2019) dialoga com Mbembe (2020) quando o historiador delineia e questiona se o reconhecimento da vulnerabilidade que há no humano pode fundar uma relação com os outros que seja pautada no reconhecimento recíproco da finitude e vulnerabilidade que são comuns a todos.

Com efeito, a despeito do que pontua Butler (2019) e também sinaliza Mbembe (2020) sobre o reconhecimento da vulnerabilidade no outro e em si, o que se observa é que, na contemporaneidade, este outro, a quem hostilidades e ódio são infligidos, são os “mortos-vivos” anunciados por esse último. Esses mortos são todos aqueles que aqui no Brasil também se encontram subjugados a um poder de morte que se dá de forma muito sutil e que, através da aparelhagem do Estado, provoca a criação de “mundos de morte”, a exemplo daqueles que vivem em contexto de rua. Um contexto em que se faz ver a insurgência da

segregação e, por conseguinte, do desamparo, seja ele de ordem social ou discursivo no qual se encontra um sujeito imerso nesse contexto, como se verá adiante.

No esteio dos argumentos que até aqui foram escandidos a respeito do tema da segregação e do racismo, pelas vias do que, sobretudo Mbembe propõe, bem como as ressonâncias do ato de segregar na contemporaneidade, que dar-se a ver na esteira da necropolítica, voltemo-nos agora para iniciar uma discussão sobre como é possível demarcar uma compreensão a respeito do tema da segregação com base nos postulados psicanalíticos. Para além desta questão, iremos construir uma reflexão sobre as ressonâncias da segregação no laço social e como o ato de reconhecer a existência do outro em meio a cenários sociopolíticos de miséria, desamparo e exclusão social, tal como se apresenta o contexto de rua, pode ter efeitos importantes para os sujeitos que neste contexto vivem.

4. SEGREGAÇÃO, DESAMPARO E LAÇO SOCIAL: PERSPECTIVAS PSICANALÍTICAS.

Os ninguéns, os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos.
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Eduardo Galeano.

Talvez, mais do que da diferença, o nosso tempo seja, sobretudo, o da fantasia da separação e até do extermínio.

Achille Mbembe.

4.1 A segregação em Freud: Bordejando o termo através de alguns conceitos

Ao falar em segregação, é preciso destacar que o referido termo, nos postulados teóricos da psicanálise, não está estabelecido como um conceito, mas é possível se pensar em uma noção dele. Desse modo, é viável fazer um traçado nas obras de Freud e Lacan, bem como em autores da contemporaneidade em que o tema está entrelaçado a outros conceitos mais amplamente trabalhados pela psicanálise e que propõem uma ideia do que é segregação na perspectiva psicanalítica.

Freud (1913), no texto “Totem e Tabu”, descreve um mito primitivo das origens do laço social da humanidade. Partindo desse escrito, o autor dirá que no início havia um pai tirano e soberano, o pai da horda primitiva, que tinha poder e gozo irrestrito, sendo-lhe facultada ainda a possibilidade de estar com todas as mulheres e impedir que seus filhos assim o fizessem, ele era o pai temido e respeitado. Contudo, os filhos se revoltaram contra ele matando-o em seguida. Após matarem o pai, os filhos constroem uma comunidade de irmãos, sendo que agora o poder deveria ser exercido por todos da comunidade, e nenhum

deles deveria ser maior em exercício de poder do que o outro, sob a pena de ser morto tal qual o pai fora.

A partir do mito primitivo, Freud (1913) concebeu a origem da culpa em torno de um pai a quem os filhos deviam submissão. Este ordenamento, por onde é possível também chegar ao conceito do complexo de Édipo e supereu, propõe que na figura do totem, que pelos filhos da horda primitiva foi criado, o assassinato do pai fosse sempre lembrado, bem como a lei de que nenhum dos irmãos da comunidade poderia ter um gozo irrestrito. Porém, tal assassinato terá efeitos importantes para os filhos, no que tange ao surgimento da culpa por terem sido eles os assassinos do pai, sobre isso, Birman (2006) pontua:

> (...) o ato criminoso não passou em brancas nuvens para os irmãos, que se culpabilizaram bastante por isso. Forjaram então um totem, representando a figura do pai morto, a quem reverenciavam e que se transformou na marca de sua filiação. Essa culpa originária seria transmitida, contudo, pela memória coletiva inconsciente. Enunciou o discurso freudiano, assim, a presença de um fantasma originário, que estaria sempre presente nas gerações posteriores, fundante que seria do complexo de Édipo e do supereu. Isto porque, cada infante repetiria, agora no registro do fantasma, o mesmo desejo de morte do pai que os seus antepassados realizaram em ato na constituição da ordem humana (BIRMAN, 2006, p. 66).

O laço fraternal encontra-se no centro do argumento freudiano a respeito da constituição da sociedade a partir da horda primitiva, aponta Birman (2006). O autor argumenta que o assassinato do pai da horda ressalta que os filhos se uniram na fraqueza e precariedade e enfrentaram um pai tirano e soberano, fato que demonstrou que ao se reconhecerem precários, perceberam-se também iguais. O pai seguiu-se representado por um totem, originando uma tradição fraternal e, por conseguinte, a sociedade humana conseguiu instituir a lei da interdição do incesto e do assassinato.

Assim, de acordo com Birman (2006), a partir da leitura que realiza de Freud (1913) para a instalação de uma ordem fraternal e de uma associação social, é fundamental que os diversos agentes de uma sociedade se reconheçam todos precários. Nesse reconhecimento, haveria igualdade e, portanto, fraternidade. Contudo, o que Freud (1929) e mais tarde Birman (2006) retoma nos seus escritos é que a agressividade é o fator que escapa de uma dada ordem fraternal, sendo também ela, a agressividade, originária dessa ordem nascida após a morte do pai soberano, pai que será lembrado sempre de forma simbólica e imaginária pelos filhos através de um totem.

Da fraternidade surge então a civilização e, ato contínuo, os seus efeitos. Estes efeitos, Freud (1929) discute de forma específica, denotando que existiria um mal-estar causado pela vida civilizada, promotora de sofrimento, e que, segundo ele, seria mais amplamente advindo através justamente do laço social estabelecido entre os homens. Nesse sentido, Freud (1929) é categórico em dizer que o relacionamento entre eles é a maior fonte de sofrimento que um ser humano pode experimentar.

Segundo Freud (1929), o relacionamento com os outros homens não é apenas fonte de sofrimento, mas também fonte de agressão e hostilidade, sendo que a vida em civilização não retirou deles tais inclinações, mas, ao contrário, a repeliu fazendo-os renunciar a isso em prol de um gozo irrestrito. Portanto, se a civilização é fundada a partir de um assassinato, na comunhão e fraternidade entre os membros, por outro lado, ela também se sustenta pela renuncia pulsional destes de realizarem tudo aquilo que desejam, forçando-os a viver em um vínculo fraterno, mas que, pela própria constituição subjetiva — tal como aponta Freud (1929) — o homem faz do seu irmão também seu rival, vivendo em uma constante ambivalência de sentimentos. Destaca o autor:

> A existência da inclinação para a agressão, que podemos detectar em nós mesmos e supor com justiça que ela está presente nos outros, constitui o fator que perturba nossos relacionamentos com o nosso próximo e força a civilização a um tão elevado dispêndio (de energia). [...] A civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para as pulsões agressivas dos homens e manter suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas. Daí, portanto, o emprego de métodos destinados a incitar as pessoas a identificações e relacionamentos amorosos inibidos em sua finalidade, daí a restrição à vida sexual e daí, também, o mandamento ideal de amar ao próximo como a si mesmo, mandamento que é realmente justificado pelo fato de nada mais ir tão fortemente contra a natureza original do homem (FREUD, 1929, p. 117).

Entrementes, a ambivalência de sentimentos a qual Freud (1929) se refere e que, interposta no relacionamento entre os homens estabelece vínculos de amor e ódio uns com os outros, ameniza-se, portanto, nas relações amorosas em que, com base nas identificações, tais relacionamentos conseguem ser inibidos em sua finalidade, já que, como se verá adiante (FREUD, 1921; FERRARI & PEREIRA, 2016), o processo de identificação criará condições de possibilidades para duas saídas possíveis: ligar-se ao semelhante e, distanciar-se e/ou mesmo excluir o diferente.

Ao falarem sobre a ambivalência de sentimentos entre os sujeitos, tal como proposto por Freud (1929), Pereira e Ferrari (2016) retomarão a máxima bíblica lembrada pelo autor e

destacam, outrossim, que neste escrito ele deixa clara a impossibilidade do mandamento "amarás ao próximo como a ti mesmo", no que concerne ao conjunto da humanidade. Desse modo, o limite do "amar ao próximo como a ti mesmo" baseia-se no fato de que a identificação ao semelhante sustenta-se pela exclusão do diferente, não pode haver amor entre os irmãos, sem que haja também rejeição aos estrangeiros.

O que escapa, ao longo dos anos e de formas diferenciadas, é o efeito oriundo do relacionamento entre os irmãos, qual seja: a agressividade, rememorada em atos de rivalidade uns contra os outros, ganhando performances, novas nuances, atos de violência que se transformam ao longo do tempo e que, revelados através de marcadores históricos, delineiam-se mais amplamente através da passagem da idade média para a moderna, bem como da passagem da idade moderna para a contemporaneidade.

Em paralelo, transformou-se também a forma como o pai da horda foi sendo sustentado, de saída sempre de forma simbólica e imaginária pela sociedade de irmãos, mas que, segundo Birman (2006) haveria uma dessacralização deste pai, ou seja, o mesmo deixa de ser um Deus venerado e temido para um pai falho, ponto de virada que cria condições para que, segundo o autor, Freud (1929) possa realizar uma leitura psicanalítica do mal-estar que se institui na civilização já na era moderna.

A agressividade tratada por Freud (1929) e recuperada por Birman (2006), será por este último, em outro momento, discutida a partir da categoria do furor, principalmente no que se refere ao Brasil contemporâneo e a violência nas suas diferentes modalidades. Por conseguinte, o autor oferecerá uma interpretação imbuída no registro da economia psíquica do narcisismo e no registro do ideal, sendo tais pontos centrais para a leitura que ele propõe a respeito do tema. Afirma ele:

> (...) na medida em que os imperativos do ideal do eu não podem se manter em pauta para o sujeito em função de certas impossibilidades delineadas no espaço social e no campo político, o sujeito realiza então uma regressão decisiva para o registro do eu ideal, onde ele se institui efetivamente como sendo o seu próprio ideal. Em consequência disso, o furor como pura violência se desencadeia de maneira ruidosa, como forma limite de sustentação de si. (...) Evidentemente, a inscrição do furor no registro do sujeito dá-se no campo do narcisismo das pequenas diferenças, tal como Freud considerou para interpretar a impossibilidade produzida na modernidade, pelas quais os indivíduos, os segmentos sociais e as classes sociais não podem suportar e reconhecer a diferença do outro (BIRMAN, 2020, p. 18).

A leitura promovida por Birman (2020) a respeito da impossibilidade do Ideal do Eu manter-se em pauta devido a certas condições sociais e políticas e, portanto, resvalar em uma regressão importante para o Eu Ideal, traz para a discussão o quão necessária é a passagem do Eu ideal para o Ideal do Eu no que diz respeito à constituição psíquica do sujeito.

Por outro lado, Birman (2020) discorre que o "narcisismo das pequenas diferenças" poderia ser o operador psíquico que fundamentaria e desencadearia a explosão do furor, na medida em que o Eu ideal se coloca de forma imponente frente ao outro, pois não consegue reconhecer a diferença deste outro, seja em relação às questões de ordem social, política, religiosa, étnica, de gênero, enfim. Em paralelo a isso, ocorreria a regressão do Ideal do Eu para o Eu ideal, cabendo nesse ponto qualquer coisa que não passa por mediações simbólicas que possam barrar e/ou regular o furor.

Ainda a respeito da constituição do Eu em Freud e em Lacan, Cristófaro et al. (2018) destacaram a importância da introjeção do Ideal do Eu para o sujeito como um ser vivente na sociedade. Destarte, os autores afirmam que é possível apontar uma associação entre o declínio do Édipo em relação ao que a criança idealiza se tornar — já que ela foi privada de ser o falo imaginário da mãe —. Tal como aponta Freud (1923) o ideal do Eu seria o herdeiro do complexo de Édipo, em que o Eu origina-se do nascimento deste ideal, dominando, portanto, este complexo. Por conseguinte, é fundamental que a criança enfrente a falta passando a identificar-se ao pai, mesmo sendo ele, no momento, um rival do desejo que sente pela mãe. Contudo, será justamente esta identificação que promoverá a existência de um Ideal do Eu.

Nos termos freudianos, com a introjeção do ideal do Eu, a subjetividade da criança conservaria uma relação com o objeto introjetado estando ao mesmo tempo presente no interior do sujeito e também nas relações sociais. O ideal do Eu comportaria uma relação, ou seja, como se houvesse dois sujeitos no interior da vida psíquica, haveria então uma alteridade e assim, a criança se tornaria seu próprio pai. Contudo, um pai enquanto ideal do Eu, sendo, portanto, este tornar-se pai que lhe possibilitaria estar em uma dada sociedade com valores predefinidos, a "paternidade" lhe concederia ser um sujeito no social (CRISTÓFARO ET AL., 2018).

A constituição do Eu, discutida nos parágrafos anteriores, implica também em afirmar que ela não se faz sem o outro, ou seja, é preciso haver alteridade; alteridade que deve ser entendida como uma faceta necessária inerente ao narcisismo. Contudo, a presença do outro tem como consequência tensões em relação àquilo que se determina como sendo Eu e não Eu. Tal tensão está posta na vida em sociedade, contudo, ela pode não ser tolerada e o

sujeito pode cometer atos violentos contra o outro, com base na intolerância e por não suportar a diferença. Nesse sentido, Cristófaro et al. (2018) afirmam que em Lacan o Eu poderá se manter estável se o outro, suporte imaginário da constituição do Eu, não lhe apareça como diferença radical, sendo que os fenômenos de agressividade seria uma forma de eliminar a diferença no outro. Assim, o ataque ao diferente é decorrente de uma agressividade latente mobilizada pela sensação de ameaça à estabilidade da identidade.

De acordo com Cristófaro et al. (2018), os teóricos sociais tentaram compreender o nazismo, por exemplo, à luz das teorias psicanalíticas e, das categorias do narcisismo, visto que, os caminhos propostos por Freud (1918) a respeito do "narcisismo das pequenas diferenças" possibilitou entender os horrores genocidas causados pelo nazismo através da intolerância à diferença, em que o fenômeno da violência passou a fazer eleições de inimigos públicos a serem perseguidos e eliminados. O que o nazismo, através de uma política totalitária e de exceção acarretou foi um exemplo do que viria a ser talvez a imagem mais terrível da sociedade atual, sendo o narcisismo, portanto, uma via pela qual seria possível compreender o que esta sociedade pode vir a realizar.

Ao falarmos sobre o "narcisismo das pequenas diferenças" — termo utilizado por Freud —, cabe primeiro um retorno ao texto metapsicológico dele sobre o narcisismo, onde ele afirma que os sentimentos narcísicos são efeitos da preservação do Eu, que se protege de uma possível alteração, e instaura, por efeito, um Eu que é diferente do outro. Nesse texto, Freud (1914) demarca a existência de dois tipos de narcisismo: um primário e outro secundário fará uma discussão inicial em torno da distinção entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais, diferenciação no ano de 1920, no artigo *Além do Princípio do Prazer*, quando então Freud (1920) estabelece uma nova dualidade entre as pulsões de vida e morte.

Segundo Pereira & Ferrari (2016), está presente em Freud um polo importante ao conceito de identificação: o narcisismo, colocado como ponto de oposição ao reconhecimento da diferença. Sendo o narcisismo constitutivo da constituição psíquica, ele tem por função preservar a unidade do Eu, porém, levado ao extremo, ele desencadearia processos de segregação e racismo. Para fortalecer esse argumento, salienta-se também que Gomes et al. (2018), a partir do traçado de Freud em relação às questões da identificação e dos grupos, ressaltam que a diferença se colocaria em oposição ao narcisismo e que isso constituiria aquilo que Freud denominou como "narcisismo das pequenas diferenças". Sobre esse ponto, Freud afirma no texto "O Tabu da Virgindade":

> Com expressões que diferem pouco na terminologia empregada pela psicanálise, Crawley assinala que cada indivíduo se separa dos demais por um "taboo of personal isolation", e que justamente em suas pequenas diferenças, não obstante sua semelhança em todo o resto se fundamentam os sentimentos de estranheza e hostilidade entre eles. Seria sedutor ceder a esta ideia e derivar desse narcisismo das pequenas diferenças a hostilidade que em todos os vínculos humanos vemos batalhar com êxito contra os sentimentos solidários e degolar o mandamento de amar o próximo (FREUD, 1918; 1990, p. 193).

Ainda segundo Gomes et al. (2018) o "narcisismo das pequenas diferenças" irá desaparecer, segundo as discussões freudianas (1921/1990), na massa, na formação dos grupos e, posteriormente, retornar de outra forma, na oposição a outros grupos ou sujeitos. Nesse sentido, demarcam os autores, para que haja massa é necessário que haja também a localização da diferença no outro. Dito de outra forma, haverá coesão grupal entre os semelhantes e exclusão do grupo do diferente, esse objeto externo será, portanto, odiado e submetido às práticas de segregação.

Segundo Birman (2020), o não suportar a diferença do outro vem se constituindo na modernidade avançada a partir dos anos de 1920, ganhando contornos importantes na atualidade de forma radical. Desse modo, o reconhecimento da diferença do outro naquilo que lhe é humano e diferente silencia-se e assim, radicaliza-se também em ato a partir do "narcisismo das pequenas diferenças".

Rosa et al. (2018) reiteram que a face mortífera do ódio é baseada na crença de que a divisão do sujeito é efeito da ação maldosa do outro, que o ameaça em sua integridade. A presença do outro sinaliza a divisão do sujeito e com isto ele não quer se haver, assim, o ódio promoveria a suspensão dessa divisão, permitindo que o sujeito se autorize a não ser barrado em seu narcisismo. Para fazer fortalecido este argumento, cabe ressaltar que Birman (2020) também destaca que o ódio canalizado através de práticas de violência exacerbada sobre o corpo do outro cria possibilidades para um contexto psíquico em que o supereu entraria em um estado de suspensão em conjunto com a suspensão também do sujeito, e assim, não havendo censuras, o ódio teria espaço para canalizar-se em direção ao outro, ao diferente.

O ódio implica na degradação do laço com o outro, seria ele uma paixão que retroalimenta certa lógica paranoica em que para se preservar, o outro deve ser neutralizado, destruído. O outro se confunde com o inimigo que é ameaçador e, por isso, deve ser eliminado. Nesse sentido, argumentam Rosa et al. (2018), esse outro gerador de ameaça é o morador de rua, os "fora da lei" que tem seus corpos atacados ininterruptamente, e que, sobretudo, "a verdade desses sujeitos é desqualificada por práticas discursivas que os

segregam como loucos, atrasados, bandidos, doentes, estranhos – nomes da exclusão.”. (ROSA ET AL., 2018, p. 20).

Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* Freud (1921) destaca que os sentimentos hostis que se manifestam a partir de aspectos de diferenciação, certa aversão primária entre os seres humanos, só poderão ser suspensos quando houver uma ligação libidinal. Ou seja, uma identificação entre os membros de um grupo que permitiria limitar o narcisismo, possibilitando que seja suportável a diferença que há no outro. Destarte, para que um grupo exista, é fundamental que seja localizada a diferença nos outros que não pertencem ao grupo, exclui-se o diferente, o estranho, tomado pelo Eu como um objeto externo, odiado e, portanto, chegando-se ao extremo da intolerância ao diferente, o merecedor de atos e práticas de segregação.

Aqueles a quem sujeitos de um mesmo grupo segregam é um estranho, um outro que não é reconhecido como igual, com quem não há identificação. Contudo, mais uma vez é importante voltar a Freud (1919; 1990) quando este afirma que estranho é todo aquele que é amedrontador, causa medo e horror, mas é também familiar, ressaltando, outrossim, que “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e muito familiar.” (FREUD, 1919; 1990, p. 238). Nesse texto, ele tenta dar contornos ao que na história de constituição psíquica de cada sujeito um dia lhe foi familiar e que, pelo processo do recalque, se tornou estranho a ele.

O estranho teria uma função importante na manutenção do grupo e fortalecimento da identidade criada, pois é necessário que algum elemento externo exista para não permitir a desagregação dele. Esse elemento precisa ser odiado por todos, tido como inimigo, portanto, precisa ser segregado. O grupo irá se formar pelas identificações e, qualquer diferença trazida pelo outro, fora do grupo, é tida como um risco à coesão grupal. Nesse ínterim, surgem então algumas questões: como e por quais motivos os sujeitos de um grupo se identificam, mas, sobretudo, o que viria a ser — segundo o pressuposto teórico psicanalítico — o processo da identificação?

Seguindo as perguntas propostas no parágrafo anterior, pode-se afirmar que a identificação será caracterizada por Freud (1921) como um mecanismo que sustenta os laços sociais, sendo a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa e desempenhando um papel importante na história primitiva do complexo de Édipo, ela pode ser, segundo ele, articulada em três perspectivas, são elas:

> (...) primeiro a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; segundo de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio da introjeção do objeto no ego; e, terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de pulsão sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem-sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço. (FREUD, 1921/1990, p. 117).

Ao falar sobre esses três processos possíveis de identificação, Freud (1921) discute que em relação a um grupo, a natureza da identificação se dará através de um laço mútuo existente entre os membros desse mesmo grupo e que se baseia em uma importante qualidade emocional comum, qual seja, o laço com o líder do grupo. Deslanchando nas argumentações sobre a identificação, o autor ainda afirmou que é possível dizer que a formação libidinal dos grupos — grupos que têm um líder — constitui-se por "certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do eu e, consequentemente, se identificaram uns com os outros em seu eu." (FREUD, 1921/1990, p. 126).

Ainda sobre os três processos de identificação, Pereira & Ferrari (2016) delineiam que o primeiro diz respeito ao mito do pai da horda que, a partir da incorporação do corpo mítico funda o laço social através da comunidade de irmãos. Já o segundo, em Lacan, seria compreendido através do traço, que em Freud (1921; 1990) estaria posto como uma identificação parcial, pois apenas um traço seria tomado de empréstimo da pessoa, traço que é objeto dela. E, por fim, a terceira identificação seria àquela sob a qual estão suscetíveis os sujeitos que fazem parte de um grupo, visto que ela se basearia através de uma qualidade emocional comum.

Em 2007, Ferrari trouxe uma discussão importante sobre a segregação e a violência, cuja base argumentativa centrava-se também no conceito de identificação. Sobre isso a autora vai promover um debate segundo o qual a violência está intimamente ligada aos processos de segregação. Por vias da leitura de outros autores, Ferrari (2007) chega a esta afirmação e denota que nos processos identificatórios haveria uma fraternidade que se estabelece através de certos traços entre os "bons" e os "maus", os "brancos" e os "negros", os "ricos" e os "pobres", assegurando certa tranquilidade à comunidade, estabelecido à custa do "ódio ao bandido", por meio de uma guerra permanente ao estrangeiro, inimigo do grupo estabelecido.

O outro é a figura do mal radical, justificando-se, apenas pela sua existência, o ódio contra ele, sustentáculo de toda radicalidade, práticas de segregação e, portanto, gerando inimizade, o que deslocaria em profundidade a ideia do mito de origem do totem e tabu, ou

mesmo, mostrando as duas faces por onde se inicia a sociedade de irmãos, ou ainda, fraternidade / rivalidade, ou mesmo amizade / inimizade.

Sendo a fraternidade origem da segregação, segundo Lacan (1969-1970), nos detenhamos agora então a discutir sobre como este autor compreenderá o termo, apontando para a possibilidade de entendê-lo através de duas perspectivas, tal como aponta Askoforé (2009): a segregação enquanto causa e enquanto efeito.

4.2 A segregação em Lacan: Sua origem e seus efeitos

Ao falar sobre a fraternidade, Lacan (1969-1970) retoma o mito da horda primitiva, proposto por Freud (1913), para discorrer sobre a fundação da sociedade. Para Lacan, a energia que os homens empregam para serem irmãos prova bem que não o são, e pontua que a única origem da fraternidade humana seria a segregação, destaca ele:

> Só conheço uma única origem da fraternidade – falo da humana, sempre o húmus --, é a segregação. Estamos evidentemente em uma época em que a segregação, erght! Não há mais segregação em lugar nenhum, é inaudito quando se lê os jornais. Simplesmente, na sociedade – não quero chamá-la de humana, porque reservo meus termos, presto atenção ao que digo, constato como não sou um homem de esquerda – na sociedade, tudo o que existe se baseia na segregação, e a fraternidade em primeiro lugar. (LACAN, 1969-1970, p. 120-121).

Pensar então que a fraternidade daria origem à segregação pode ser obsevado, tal como propõe Askoforé (2009), a partir de uma causa, contudo, o autor delineia, ao discorrer sobre o tema da segregação no ensino de Lacan, que o termo pode ser encerrado e confundido com as noções de discriminação e exclusão, sendo tendenciosamente compreendido através de categorias sociológicas ou políticas. Ele então chama a atenção para o fato de que, na psicanálise, o termo segregação, a partir das discussões de Lacan, pode ser diferenciado de acordo com dois pontos, ou seja: a segregação como princípio, tal como pontuado no início deste parágrafo, e aí a causa estaria centrada na noção de fraternidade e, os efeitos acarretados pela segregação.

Situando que em Lacan a segregação ganha um valor de noção e não de um conceito propriamente desenvolvido por ele, Áskoforé (2009) reitera que o termo ganhará contornos no entrecruzamento de três vieses, quais sejam: o laço social e o político, a instituição analítica e o passe. Nesse entrecruzamento e, nos momentos em que Lacan (1967; 1970)

discutiu sobre o referido tema, a segregação compreendida pela via de um efeito será fomentada pelo discurso da ciência, diferentemente da noção estrutural que Lacan concebe à segregação como estando ela no princípio de toda fraternidade.

A leitura que Askoforé (2009) faz do texto lacaniano informa que o psicanalista recorrerá à biologia para afirmar que existe uma diversidade, uma dessemelhança entre os seres viventes e que por isso nada pode provar a irmandade, mesmo a nível cromossômico, já que podem existir muitas diferenças entre dois irmãos consanguíneos. Contudo, os irmãos são filhos de um assassinato cometido ao pai da horda, porquanto, a fraternidade nascida aí só acontece pela exclusão a qual são submetidos, a exclusão do gozo irrestrito pelo pai, cuja mãe para eles também é interdita, restando-lhes a possibilidade de exercer o desejo com as mulheres que não foram do pai.

Assim, Askaforé (2009) esclarece que todo o processo que se dá na horda primitiva, que funda a fraternidade, pauta-se em uma dupla referência, ao significante-mestre, S1, e ao gozo, articulando-se segundo um triplo processo, qual seja: separar, isolar, concentrar. Portanto, dirá o autor, não se trata de um efeito ou consequência de um discurso, mas o princípio por onde os discursos se estruturam no laço entre os humanos.

Para falar da segregação enquanto um efeito Askoforé (2009) destaca que dois textos são necessários para compreender no ensino de Lacan o termo segregação a partir desta perspectiva, quais sejam: “Preposição de 09 de outubro de 1967” (1967) e o “Pequeno Discurso de Jacques Lacan aos Psiquiatras” (1967). No primeiro texto, Lacan trata do assunto a partir da discussão em torno da instituição analítica, já no segundo, o autor expõe uma articulação entre o discurso da ciência e das práticas e fenômenos de segregação. Nesta discussão, o mesmo dirá que o ponto de início de uma prática segregativa, a exemplo da que ocorre no hospital psiquiátrico como o isolamento dos loucos, se subsidiará pelo advento da ciência moderna e do sujeito científico, que a esta ciência é correlato. Pela via do sujeito da ciência, Lacan (1967) indicará algumas incidências e, dentre elas, estaria a emergência de uma prática nova, a prática da segregação.

O fenômeno da segregação, seu caráter organizador e planificado pode ser mais bem compreendido a partir de alguns pontos da história, a exemplo dos campos de extermínio nazistas ou, mais recentemente, como pontua Askoforé (2009), o apartheid sul-africano. Este autor destaca também que existiram duas razões pelas quais a lógica da ciência moderna promoveria um engendramento, uma sustentação e uma orientação das práticas de segregação. Então, se por um lado a universalização da ciência constituirá os isolados, as concentrações e os grupos humanos que sofrerão os efeitos da segregação, por outro, pela

lógica da ciência, os objetos de seu estudo precisam ser analisados e conhecidos, portanto, dissecados, separados, reduzidos, classificados, tal como irá acontecer com a objetivação dos sujeitos falantes.

A ciência moderna promove universalização, que localiza o sujeito científico em oposição ao sujeito da psicanálise, já que este se constitui através da singularidade. Esta universalização pauta-se, sobretudo, na concentração de massas humanas cujos sujeitos são atravessados pelo discurso científico, concentração agenciada pelo capitalismo e que tende a tudo homogeneizar.

A homogeneização promovida pelo capitalismo traria efeitos importantes no que diz respeito aos modos de gozo de cada sujeito. Destarte, Melcher (2018) destaca que o capitalismo venderia a promessa de que todos com poder de compra teriam acesso ao gozo, sendo ele o mesmo para todos. Contudo, demarca o autor, de saída essa "venda" já estaria fracassada, posto que o gozo é o que escapa à contabilidade, pois resiste.

O capitalismo impulsionou práticas de segregação através de duas vertentes, uma que diz respeito ao advento do capitalismo como modo de produção e que, ao longo dos séculos, tornou-se hegemônica a partir da transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato. Por outro lado, haveria um processo no capitalismo contemporâneo que seria a massificação do consumo, a tentativa de se homogeneizar os modos de gozar que se sustentaria a partir da produção e do consumo exacerbado de mercadorias (MELCHER, 2018).

Com efeito, Melcher (2018) argumenta que quando Lacan (1967) pronuncia uma intricada relação entre a ciência e o capitalismo deixa entrever que esta relação, que foi se aproximando cada vez mais ao longo dos séculos, fortaleceu-se pelos próprios fundamentos da ciência que trabalha pela via da quantificação e classificação. Classificação que torna também os sujeitos objetos contáveis e, portanto, homogeneizados, quantificados, meras cifras. Nesse sentido, a aliança entre o capitalismo e a ciência ataca diretamente a diferença, diferença que na perspectiva da psicanálise é central para a constituição do Eu e à vida psíquica do sujeito. Por conseguinte, cabe ainda ressaltar que eliminar as diferenças, promovendo homogeneização, produz segregação, e assim, diante de tal massificação, onde teria espaço para o que é singular?

Pereira & Ferrari (2016) ao discutirem que a noção de segregação em Lacan está marcada pelo laço social no discurso, destacam que na atualidade a cultura marcada por práticas de segregação sustenta-se pela demarcação universalizante que o capitalismo e o

discurso da ciência engendram na contemporaneidade, promovendo o engodo segundo o qual todos teriam o mesmo acesso ao gozo, ressaltam os autores:

> Lacan postula que a origem da fraternidade é a segregação. Não há coletivo ou laço social sem segregação, sem exclusão, pois não existe um gozo social unificado, há várias modalidades de gozo, que são escolhidas por cada cultura. O que faz nossa cultura ser marcada pela segregação é o fato de o discurso do capitalista e o discurso da ciência tenderem a universalizar, através do engodo, que todos têm o mesmo acesso ao gozo, consequência do discurso científico sobre o campo social. (PEREIRA & FERRARI, 2016, p. 208).

Tal como pontuam Pereira & Ferrari (2016) sobre os efeitos universalizantes que a ciência e o discurso capitalista promovem, Melcher (2018) também dirá que a universalização produzida pela ciência na cultura e a predominância do mercado promoverá um endurecimento das práticas de segregação, tendo como causa e efeito uma alteração nos modos de gozo do sujeito. Todavia, o autor argumenta que a não adesão de um modo de gozo que difira de uma dada homogeneização seria tão intolerável a ponto de, por exemplo, para sanar tal situação, práticas de segregação sejam postas como via possível de extirpar o diferente.

Tomando como mote neste estudo os sujeitos que vivem em contexto de rua, é possível caracterizá-los pelas marcas que apresentam de diferenças e rupturas, como “figuras de segregação”, uma forma identitária que se constituiria no e pelo discurso tal como propõe Fontenelle et al. (2018) a partir das ideias de Pestre (2016). Por conseguinte, toda modalidade de subjetividade que se coloca como dificuldade e diferença ao funcionamento da lógica em civilização corresponderia, portanto, a uma figura de segregação, sendo ela parte de um grupo que está fora dos territórios que são comuns a todos. Destacam os autores:

> Assim o toxicômano, o autista, o imigrante, o homossexual, e, ainda, o louco, são algumas dessas figuras de nosso tempo, personagens tomados como problemáticos, seja por não se adequarem à lógica das normas do sistema, seja por se recusarem a tomar parte do jogo social implicado pela pertença à sociedade enquanto indivíduo. Daí a ideia de pensar a segregação como uma problemática social e clínica. (FONTENELE, 2018. p. 499).

A lógica da segregação diz respeito a um viver como o outro, mas não com o outro. Existe uma repartição espacial nas estratégias de práticas de segregação que visam retirar do espaço que é comum à convivência as chamadas figuras de segregação e que, dentro de um mesmo grupo específico acabam por converterem-se em um grupo de segregados, sendo

iguais uns aos outros. Desta feita, as diferenças são abolidas por duas vias, seja retirando os diferentes que pertencem ao grupo dos segregados da convivência do núcleo social dos ditos comuns, e, por outro lado, a criação de espaços de segregação onde as figuras segregadas têm as suas diferenças também abolidas (FONTENELLE ET AL., 2018).

A identificação, quando ameaçada de desaparecer, acentua no sujeito o "narcisismo das pequenas diferenças" (FREUD, 1913), localizando as pequenas diferenças que há no outro em relação a si, e, portanto, dirigindo-se a ele através de práticas de segregação, a exemplo de atos violentos, práticas intensificadas na contemporaneidade pela relação intrincada que há entre o capitalismo e a ciência. Contudo, vale ainda ressaltar que Melcher (2018) afirma que a intenção não deve ser a de promover a eliminação da segregação, pois ela é inerente ao laço social. Explica Melcher (2018):

> Saber que a segregação é inerente ao laço social não significa uma defesa da segregação, mas levar em consideração que nunca se pode eliminar plenamente a segregação das relações humanas. O importante é não alimentar o engodo da segregação. Qual o equívoco da segregação? Acreditar que posso resguardar meu modo de gozo ao atacar o do outro. Meu modo de gozo não possui garantia alguma, tendo sempre uma dimensão singular e contingente em jogo, algo não absorvível pela identidade ou por qualquer modelo "para todos" que busque enquadrar os modos de gozo. (MELCHER, 2018, p. 60-61).

Soler (1998) também argumenta, com base nas discussões empreendidas por Lacan (1967), que a segregação é um efeito da universalização promovida pelo discurso capitalista ligado, sobremaneira, à ciência. Esta universalização terá efeitos importantes, tal como exemplifica a autora, nos contrastes que se apresentam no Brasil em relação às questões que dizem respeito ao campo social, político e econômico. O tema da segregação liga-se preponderantemente aos ideais universalizantes introduzidos pelo discurso da ciência, e que, como cita Soler (1998): "É uma tese simples, forte: segregação, efeito de, consequência de universalização".

Sendo então o termo segregação vinculado ao discurso capitalista, Soler (1998) vai pontuar que o efeito dessa vinculação se faz reverberar em contrastes, em paradigmas dentro do campo social, que deixam denotar, segundo a autora, em uma pretensa inclusão e, portanto, se ele está baseado em uma universalização, terá como efeito preponderante a exclusão de muitos da possibilidade de usufruir das benesses trazidas pela globalização e pelo capitalismo. Esses efeitos de contrastes e paradigmas, argumenta ela, são possíveis de serem

percebidos no grande aumento de pessoas desempregadas, bem como nos bolsões da fome no Nordeste, no caso brasileiro, como tão bem destaca a autora:

> Mas ao lado das façanhas financeiras – que se apresentam como uma promessa de realização para todos que aderirem às regras do jogo da globalização – há o anúncio humilhante do número de desempregados em função da crise no setor automobilístico, a explosão dos bolsões da fome, como é o caso do Nordeste brasileiro, o aumento do número de homeless nos Estados Unidos. Esses são apenas alguns dos contrastes que podemos criar como sendo paradigmáticos da segregação, no interior de uma época reificada em torno do imperativo universalizante do mercado. Diante desta exposição de contrastes, uma pergunta se impõe: como é possível que a utopia universalizante – e, quem sabe, unissex (SOLER, 1995) – dos mercados auto-regulados e a produção de miséria e de segregação caminhem lado a lado? (SOLER, 1998, p. 59).

Para Soler (1998), sendo violenta ou pacífica, imposta ou voluntária, a segregação definirá o laço social característico do funcionamento do capitalismo atualmente, podendo ser ela compreendida a partir dos efeitos que o discurso possui no laço. Tratando-se então dos efeitos que a segregação pode ter no laço social, voltemos nosso olhar para o que diz Lacan (1970) a respeito da teoria dos quatro discursos, para compreender melhor a posição dos sujeitos que vivem em contexto de rua no laço social e interpostos que estão nos efeitos provocados pela segregação.

Ao teorizar sobre como o discurso é tecido e estruturado, Lacan (1970) propõe que ele pode ser designado através de quatro formas possíveis -- mais tarde Lacan falará do discurso do capitalista -- de laço entre os sujeitos, são eles: o discurso do mestre, do analista, da histérica e do universitário, sendo eles, na interpretação de Lacan, os modos possíveis de relacionamento entre os homens.

Sendo os discursos um modo de uso da linguagem, que se estrutura através dos laços sociais fundando-se na estrutura significante, ele se produz, portanto, através da articulação da cadeia significante. Será a partir do discurso do mestre que outras estruturas discursivas poderão ser obtidas, já que a cadeia simbólica não poderá ser desarrumada, a exceção do discurso capitalista, cada uma das estruturas do discurso é diferente da outra pela posição que o termo ocupa, são esses discursos que sustentam o mundo através dos laços sociais que se estabelecem entre os sujeitos (LACAN, 1970; COELHO, 2006). Pontua Lacan (1970):

> Há estruturas -- não poderíamos designá-las de outro modo – para caracterizar o que se pode extrair daquele em forma de sobre o qual me permiti, ano passado, enfatizar um emprego particular – quer dizer, o que se

> passa em virtude da relação fundamental, aquela que define como sendo a de um significante com um outro significante. Donde resulta a emergência disso que chamamos sujeito – em virtude do significante que, no caso, funciona como representando esse sujeito junto a um outro significante. (LACAN, 1970, p. 11).

Segundo Rosa (2018) a questão do laço social na psicanálise está amplamente relacionada às questões que giram em torno do sofrimento advindo do campo sociopolítico e, olhar para forma como o sujeito está posicionado no laço permite perceber, outrossim, o quanto ele está desamparado neste campo, desamparo que também apaga a força discursiva dos sujeitos aí submetidos. Nesta perspectiva, a autora ressalta que os laços sociais dizem respeito à constituição do homem e da civilização, constituição que inaugura a entrada deste na linguagem e na cultura. Desse modo, sendo então laços discursivos, eles se materializam nos modos de relação em um determinado tempo e lugar, laços que se fazem no campo discursivo de cada época.

Diante do exposto, Rosa (2018) salienta que os discursos que circulam num dado tempo, demarcam também as formas de pertencimento de cada sujeito, e que, consequentemente, atribui a cada um deles valores, lugares e posições no laço. Os discursos equiparam-se, ressalta a autora, ao campo simbólico da cultura e da linguagem, o que promove a naturalização de determinados discursos orquestrados pelas malhas do poder e evita, por outro lado, dar visibilidade aos embates sociais e políticos presentes. Estas invisibilidades, geradas no e pelo laço social, recaem sobre o sujeito, tendo como ressonância a individualização de seus impasses, podendo gerar a patologização ou a criminalização das saídas encontradas pelos sujeitos destes impasses.

Assim, como criar condições para, ao nos colocarmos à disposição para escutar um sujeito na rua, subverter uma dada lógica discursiva sob a qual este sujeito está submetido, possibilitando que ele encontre recursos para criar narrativas sobre si, deslizando, mesmo que minimamente, de certo desamparo e apagamento discursivo que os fenômenos do campo sociopolítico podem provocar? Diante de tal questão, nos voltemos então para discorrer sobre o tema do desamparo e como o sujeito aí pode se movimentar, claudicando que está em recursos subjetivos para poder ao menos narrar algo sobre si, sobre aquilo que o afeta e faz sofrer, ou ao menos conseguir falar sobre acontecimentos do seu cotidiano, podendo ele ocupar então o lugar não apenas de uma figura de segregação, como também de testemunha de um tempo vivido (ROSA, 2018).

4.2 Desamparo e laço social: Entre a subjetividade e o campo sociopolítico

Quando nos dispomos a escutar, no meio do asfalto, o sofrimento de alguém que vive em contexto de rua, suas narrativas, suas dores, suas perdas, questões que lhe atravessam e que podem advir, sobretudo, do campo sociopolítico, acreditamos que se trata também de reconhecê-lo enquanto sujeito de desejo, baseando-se, por esta via, a aposta de que daí pode advir efeitos subjetivos importantes.

Então, se no primeiro capítulo dedicamo-nos a trilhar um percurso de compreensão sobre o contexto da rua e suas interfaces, neste segundo capítulo a construção argumentativa sustenta-se pela via da explanação e discussão do termo segregação por vias psicanalíticas, alinhavando uma tentativa de esboçar qual a potência subversiva do inconsciente e o que pode o sujeito, mesmo diante do real que o assusta, frente ao desamparo.

Movimentada subjetivamente pela experiência profissional de escuta a sujeitos que vivem em contexto de rua, fui me questionando como eles, que deixam entrever nas suas falas a forma como vivem nos espaços públicos e os efeitos advindos disso, encontram e/ou poderiam encontrar algum recurso subjetivo possível para lidar com o que lhes afetam, imersos que estão em uma condição de precariedade e desamparo, seja de ordem social ou discursiva (BULTER, 2014; 2018; FREUD, 1926; ROSA, 2018).

O esforço se destina a tentar realizar uma discussão sobre o conceito de desamparo, dada a aposta realizada constantemente de que, mesmo diante dos piores sofrimentos, o sujeito pode, minimamente — quando a ele também é ofertado algum “espaço” possível para falar de si — realizar algum movimento, reinvenção, nomeação daquilo que o afeta, tornando assim o real que o assusta, suportável.

É necessário pontuar também que a intenção não é romantizar o estar na rua, nem mesmo afirmar que cabe apenas à psicanálise a tarefa, ou mesmo que seja outorgado a ela um lugar para sanar todas as questões de um sujeito que vive nesse contexto, não se trata disso e não é este o argumento que se defende nesta dissertação. Todavia se intenciona discutir qual a responsabilidade da psicanálise e a potência transformativa que ela pode fazer ressoar na rua, com sujeitos que nela vivem, ao se presentificar no mundo, quando se propõe a escutar um sujeito que tem a sua vida atravessada por questões do âmbito sociopolítico da existência. Por esta via, cabe trazer, em concordância com Rosa (2018), o que diz a autora a respeito da responsabilidade da psicanálise frente aos contextos sociopolíticos:

> Não cabe à psicanálise a pretensão de esgotar, isoladamente, os fenômenos que investiga, mas lhe cabe esclarecer uma parcela (possivelmente fundamental) de seus aspectos. Trata-se de sua contribuição ao estudo do social e do político, sem a pretensão de substituir as análises desses outros campos de saber. Cabe à psicanálise incidir sobre aquilo que escapa aos outros campos. Cabe-lhe investigar a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais. (ROSA, 2018, p. 27).

Concordando então com Rosa (2018) sobre o que cabe à psicanálise nas práticas sociais — ou seja, investigar a dimensão inconsciente presente nelas —, será realizado a partir daqui uma discussão em torno do conceito já referido acima, o desamparo. Neste ínterim, voltemos o olhar para as discussões que Freud (1926; 1929) empreende a respeito do termo, ao afirmar que o desamparo seria uma condição de estruturação fundamental para a constituição do sujeito. Nesta dissertação, irei me deter apenas em dois textos de Freud que acreditamos tratar de maneira mais específica sobre o assunto, quais sejam: "Inibição, Sintoma e Angústia" (1926) e, "O Mal-Estar na Civilização" (1929).

Em "Inibição Sintoma e Angústia" (1926), Freud diz que esta última é uma reação a uma situação de perigo, cabendo ao Eu a responsabilidade de evitar que ocorra a irrupção dela. Ao longo de algumas partes desse texto, Freud desenvolverá o argumento segundo o qual a primeira sensação de angústia sentida pelo ser humano é decorrente da situação do nascimento, pois nesta experiência acontece a primeira separação do bebê da sua mãe, destacando que:

> Se a estrutura e a origem da angústia forem conforme o descrito, a pergunta que se segue é: qual a função da angústia e em que ocasiões se reproduz? A resposta parece óbvia e convincente: a angústia surgiu originalmente como uma reação a um estado de perigo e é reproduzida sempre que um estado dessa espécie se repete. (FREUD, 1926, p. 133).

Mediante a citação que trago acima, segundo a qual a angústia surgirá toda vez que uma situação de perigo se anunciar, Freud (1926) chega à seguinte pergunta: mas, afinal de contas, como poderia ser caracterizada uma situação de perigo? E, como resposta à pergunta que realiza, responde que, ao longo da vida, o sujeito responderá com a angústia sempre que um estado que seja semelhante ao evento do nascimento possa vir a ocorrer, pois, segundo ele, a "angústia é um produto do desamparo mental da criança, o qual é um símile natural do seu desamparo biológico." (FREUD, 1926, p. 136).

O perigo do desamparo psíquico acontece quando o sujeito é afetado com o produto do desamparo, ou seja, a angústia. Neste ínterim, o autor destaca que as situações de perigo que podem provocá-la não são as mesmas durante toda a vida, e consequentemente, as

situações anteriores tendem a perder a sua força e podem deixar de existir enquanto possível situação geradora de angústia.

Nesse estado de coisas, Freud (1926) salienta que logo após aquilo que se caracteriza como a primeira situação de perigo, ou seja, o nascimento, o período da perda do objeto, nos anos da primeira infância, quando a criança se vê na dependência de outro, se caracterizará também como uma situação perigosa. Em seguida, o perigo seria desencadeado pela castração, que se remete à fase fálica; e, por fim, o perigo se anunciaria através do medo do supereu durante o período de latência. Sobre este último, o autor afirma que a "despersonalização do agente parental", o que constituía a fonte de onde provinha o perigo, será substituído pelo poder do supereu. O perigo então se torna menos definido e a "angústia de castração se desenvolve em angústia moral — angústia social —, não sendo agora tão fácil saber o que é a angústia." (FREUD, 1926, p. 140).

Assim, fazendo ecos ao que discorro no parágrafo anterior, é preciso demarcar que não se trata de invalidação da situação de perigo anterior pela a posterior, já que, com o desenvolvimento do eu, cada situação perigosa que outrora gerava angústia no sujeito, em uma fase posterior na vida, pelo desenvolvimento do próprio eu, não deve ter a mesma força de gerar tal afeto. Por outro lado, todas as situações de perigo descritas anteriormente podem existir lado a lado, entrando em ação ao mesmo tempo, fazendo com que o eu reaja de maneira não esperada com a angústia num período posterior, não correspondendo, portanto, ao que é supostamente apropriado (FREUD, 1926).

A partir do desenvolvimento do eu, o sujeito deveria encontrar recursos para satisfazer as próprias necessidades, dando "limites ao seu aparelho mental diante de uma possível dominação de estímulos" (FREUD, 1926, p. 142). Contudo, para o autor, não é assim que acontece na grande maioria das vezes na vida de um sujeito. Assim, é possível falar que é disso, sobretudo, de que se trata em relação também ao sofrimento psíquico, o sofrimento do sujeito na neurose com aquilo que lhe ameaça, com aquilo que lhe afeta, com aquilo que, configurando-se como uma situação de perigo, lhe ponha em uma situação de desamparo psíquico, e que pode provocar a vivência da angústia.

No texto *"Inibição, Sintoma e Angústia"* Freud (1926) avança nos seus estudos sobre a teoria da angústia e reitera que, ao contrário do que pensava anteriormente, não é o recalque que causa a angústia, mas a angústia que causa o recalque. É claro que Freud (1926) não chega a esta inversão de maneira tão simples e também não faz dessa inversão teorias excludentes, mas complementares, sendo também nesse texto que ele compreende o conceito de angústia entrelaçada ao desamparo como condição fundamental de constituição do sujeito.

Freud (1926) afirmou que em primeiro lugar é preciso assentar a ideia de que a angústia é algo que se sente, um estado afetivo e que a análise dos estados de angústia revelaram-lhe que existe um caráter específico de desprazer, ato de descarga e percepções desses atos. Posteriormente, reitera: "No homem, o nascimento proporciona uma experiência prototípica desse tipo, e ficamos inclinados, portanto, a considerar os estados de ansiedade como uma reprodução do trauma do nascimento." (FREUD, 1926, p. 132).

Na segunda teoria da angústia Freud (1926) aponta que ela engendra o recalque. Ela se coloca como primária a uma situação traumática, em que o eu ocupa um lugar central, ele não apenas perceberá a angústia como a produzirá em um movimento de defesa contra uma situação traumática, consagrando-se a angústia como um sinal, no intuito de livrar-se de tal situação. Por conseguinte, durante a década de 1930 Freud (1932-1933) enunciou que a angústia serve a um propósito, o propósito da auto-preservação, sendo substituída, posteriormente, pela formação de um sintoma:

> (...) Parece que a angústia, na medida em que constitui um estado afetivo, é a reprodução de um evento antigo que representou uma ameaça de perigo; a angústia serve ao propósito de auto-preservação e é sinal de um novo perigo; surge da libido que se tornou de algum modo não utilizável, e também surge durante o período de recalque, é substituída pela formação de um sintoma, é, digamos assim, psiquicamente vinculada. (FREUD, 1932-1933, p. 88).

É importante salientar também que Freud (1926), ao analisar as diferenças entre a dor, a angústia e o luto aponta que o primeiro índice da angústia que o eu demonstra é a perda da percepção do objeto, não se tratando da perda real do objeto, que provocaria a dor, pois esta é "a reação à perda de objeto, enquanto a ansiedade é a reação ao perigo que essa perda acarreta e, por um deslocamento ulterior, uma reação ao perigo da perda do próprio objeto." (FREUD, 1926, p. 165).

Já Lacan (1962-1963), no início do Seminário X, declara que a angústia é um afeto que não engana. Contrário a Freud, que aponta o afeto como recalcado, o autor afirma que o afeto pode ser encontrado deslocado, invertido, mas não recalcado, sendo recalcados mesmo os significantes que o amarram.

Entrementes, ao discorrer sobre a teoria da angústia, Lacan (1962-1963) partirá da concepção de que a falta da presença/ausência do objeto *a*, constituindo a falta no sujeito, apontando para a possibilidade de uma posição desejante no mundo, demarcará o aparecimento da angústia. Sobre isso, Leite (2011) diz que o autor, ao afirmar a presença de um objeto na angústia, não considera que este seja conhecido, discorrendo que a emergência

do objeto *a* aponta para "o desaparecimento do objeto amado, conhecido, constituído imaginariamente pelo investimento da libido do desejo" (LEITE, 2011, p. 71). Por conseguinte, seguindo o traçado da obra freudiana, mais especificamente o texto "Inibição, Sintoma e Angústia" (1926) e "O Mal-Estar na Civilização" (1929), afirma-se aqui que o desamparo psíquico acontece em seu nível máximo quando o sujeito, mediante uma situação de perigo, é tomado por uma grande angústia e, afetado por ela, não sabe que saída subjetiva pode encontrar para dar conta daquilo que lhe inunda.

A situação apontada acima, alerta Freud (1926), deveria acontecer mais precisamente no nascimento, sendo redefinida a cada nova experiência de possível perigo pelo qual o sujeito possa a vir a enfrentar, até que, seja possível a ele não se sentir mais tão desamparado. Desta maneira, Menezes (2008) destaca que o desamparo, para Freud, seria uma condição geral para o funcionamento na vida psíquica do sujeito, em que a "condição na ausência de ajuda" se configuraria como uma possibilidade efetiva da vida psíquica.

Segundo Menezes (2008), a angústia e o desamparo são coisas distintas, porém indissociáveis, posto que, enquanto a primeira é um sinal que vem do eu, o segundo é aquilo que faz emergir esse sinal, apresentando-se como um transbordamento com o qual o sujeito não consegue lidar. Mas, é justamente aí que o sujeito tem que se situar, pois o desamparo é fundador da condição do sujeito no mundo e que pode lhe outorgar, portanto, recursos subjetivos para lidar com o que lhe faz sofrer, com o que lhe afeta, com o que lhe angustia. Nesse ponto, Lacan (2016; 2005) assumirá, mais precisamente nos *Seminários VI: O Desejo e sua Interpretação* e o *Seminário X: A Angústia*, uma posição radical em torno da sua teorização sobre o assunto, ao sustentar que o fim de uma análise significa que o sujeito pôde se deparar com seu próprio desamparo.

Então, neste ponto da argumentação, é possível afirmar que o desamparo psíquico, se por um lado é aquilo com o qual o sujeito tem muita dificuldade de lidar, pois se depara com o real irrepresentável (BETTS, 2014), por outro lado, ele é também aquilo que dará condições ao sujeito de ganhar em recurso simbólico a cada vez que ele estiver imerso em uma situação de desamparo. Neste ínterim, perguntamo-nos de que forma condições sociais extremamente precárias são capazes também de promover a imersão dos sujeitos neste tipo de situação, a exemplo do que pode ocorrer a um sujeito que vive em contexto de rua. Para tanto, voltamos o olhar para o texto de Freud (1929) "O Mal-Estar na Civilização", quando, ao longo de sua argumentação, ele constrói uma relação, ou ainda, uma ancoragem do conceito de desamparo ao campo da civilização.

Freud (1929) afirma que o mal-estar causado pela cultura diz respeito a uma renúncia pulsional como condição para que ao sujeito seja facultada a possibilidade de viver em uma civilização. Sobre isso, Menezes (2008) argumenta que, diante das exigências da pulsão para satisfazer-se e as restrições impostas a essa realização — restrições advindas da civilização — instaura-se aí um conflito, uma impossibilidade, um mal-estar. E isto que é impossível de solucionar-se é o que constitui a condição subjetiva do humano, sendo o desamparo a base dessa condição. Destaca Menezes (2008):

> Desta maneira, como dissemos, a noção de desamparo constitui a finitude do sujeito para Freud, e a expressão mal-estar foi a que ele utilizou para se referir a esse destino trágico do sujeito para a psicanálise. Desde O Mal-Estar na Civilização (1930), Freud deixa claro que, para viver, as pessoas criam possibilidades efetivas no enfrentamento da condição fundamental do desamparo. Sob esse prisma, não há cura possível para o desamparo humano, pois frente a ele, o sujeito precisa constantemente, reinventar novos destinos para o seu desamparo e tornar sua existência possível. Essa é a direção da cura na clínica psicanalítica. (MENEZES, 2008, p. 91).

O desamparo é constitutivo da própria subjetividade, demarca Menezes (2008). Subjetividade que se constitui mediante a vivência do sujeito em uma civilização, e que, por isso mesmo, está submetido à condição de lidar, ao longo da sua existência, com algum tipo de sofrimento ou de infelicidade provocada pela civilização.

Nesse âmbito, Betts (2014) destaca que quando o sujeito é atingido por alguma fonte de sofrimento advinda do laço social, seja a violência, a perda, ele se confronta com o seu desamparo psíquico primordial, e, a depender do anteparo, da ancoragem, do recurso subjetivo que tenha ou não ao seu dispor, tentará lidar com aquilo que lhe chega como situação de perigo das formas mais diversas possíveis. Ainda sobre essa questão, Menezes (2008) ressalta que o desamparo e as formas de saídas subjetivas dele serão atravessadas de acordo com as modalidades de subjetivação de cada época, indissociáveis, portanto, das transformações e configurações do campo social.

Ao discorrer sobre o mal-estar advindo do campo social, ou ainda da civilização, Freud (1929) afirma que a infelicidade chega aos sujeitos a partir de três fontes, quais sejam: do próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução; do mundo externo, as forças da natureza; e do relacionamento com os outros homens, sendo este último, tal como destacado por ele, o mais penoso. A partir de tais proposições, surge então as questões: que saída subjetiva é possível que um sujeito que vive em contexto de rua encontre, quando relata os sofrimentos advindos pelo não reconhecimento do Outro da sua existência, não só enquanto

um sujeito de desejo, mas também como um cidadão de direito? O que pode este sujeito aí diante das segregações sofridas ao tentar circular pelos aparelhos do estado, serviços e instituições? Qual o anteparo e recursos subjetivos que este sujeito pode encontrar para lidar com tais situações e que podem colocá-lo em uma condição de desamparo?

Diante das questões realizadas no parágrafo anterior, recorremos à Rosa (2018) quando esta argumenta que as diferenças e a desigualdade de forças e posição no campo sociopolítico podem provocar efeitos que criam condições para que, dentro da pertença social dos parâmetros dominantes, alguns sujeitos estejam aí submetidos. Nesse entremeio, seria observada a naturalização do desamparo social que apagaria, portanto, a força discursiva sob a qual alguns sujeitos estão imerso, a exemplo de uma grande parte daqueles que vivem em contexto de rua.

O desamparo discursivo seria produzido quando o discurso social e político, que tem como objetivo manter ou expandir seu poder ficam mascarados no discurso do Outro, a linguagem operaria aí através do enredamento do sujeito nesta trama, ora pela via da constituição psíquica ora pela destituição subjetiva, discute Rosa (2018). Essa constituição acontece no encontro com o campo sociopolítico, que se caracteriza também pelo fazer das diferenças, que justificam não só o governar, como também o oprimir e explorar, nas modalidades de violência. Reitera Rosa (2018) sobre o desamparo discursivo:

> O conceito de desamparo discursivo é retomado para articular o sujeito a modalidades de discurso social e político que promovem o seu desamparo. Quando há desqualificação de seu discurso, soma-se ao desamparo social do sujeito, o desamparo discursivo; ou seja, ele é inteiramente culpabilizado por sua condição social plurideterminada. Sem endereçamento possível ao Outro, o sujeito silencia, sendo lançado ao não senso e à dificuldade de reconhecer, ele mesmo, seu sofrimento, sua verdade, seu lugar no laço social e no discurso. Essa condição desarticula o sujeito de sua ficção fantasmática, afeta seu narcisismo e o remete à angústia ante o desamparo que perpetua a condição traumática. (ROSA, 2018, p. 47).

Com efeito, imbuída da ideia de que o campo social e político desencadeia desamparo social e discursivo para alguns segmentos da população, Rosa (2018) argumenta que há uma posição ética e política da psicanálise e que a ela cabe fazer algo — como já exposto anteriormente nesta dissertação —, ou seja, investigar as dimensões inconscientes presentes nas práticas sociais através do que ela pode ofertar a partir do seu campo de saber e prática. A autora fala que diante da face sociopolítica do sofrimento é necessário trabalhar no sentido de reposicionar o sujeito em relação aos seus discursos, seu luto, voz, dissolver

identidades, recuperar memórias, destacando ainda que, realizar tais práticas pela via da psicanálise permite que ele esteja não mais como vítima ou algoz, mas como sujeito, testemunha do seu tempo.

No que se refere, portanto, à presença da psicanálise no campo sociopolítico, Broide (2020), ao falar sobre possibilidades de criar espaços de escuta em situações sociais críticas que promovam a singularização dos sujeitos, vai argumentar que um relato, uma narrativa e mesmo o compartilhamento de uma experiência pode se transformar em uma teorização viva de um campo, cuja criação dos espaços de fala e do testemunho serão os meios pelos quais isto pode vir a acontecer. Para o autor, o testemunho é uma prática de linguagem em processo que se opõe à pura teoria; é produção de um ato de fala, em que a descrição de uma cena social, um contexto histórico e a realidade psíquica se misturam à realidade dos fatos. Nesse sentido, o ato de testemunhar interessa, portanto, à prática psicanalítica, visto que a singularidade do sujeito pode emergir na dimensão pública dos fatos, dos acontecimentos históricos, da dimensão sociopolítica, e que leva às dimensões subjetivas da ordem do insondável.

Destaca-se aqui que a função do testemunho ganha uma notoriedade não apenas de uma via possível de subjetivação, ou mesmo um dizer de um sofrimento vivido por um sujeito que pode testemunhá-lo através de sua narrativa, mas também ganha relevo pela importância política e ética que pode ter ao relatar uma época, sendo o sujeito que assim o faz também testemunha social de seu tempo.

Segundo Moreira & Morganti (2014) a função do testemunho fortalece as relações de alteridade, pois o reconhecimento do outro e a outorga de voz àquele que testemunha é indispensável no processo de reconstruir memórias. Memórias como experiências vividas e caracterizadas como seleção dos sentidos que os sujeitos aí implicados constroem, retrato da luta entre o recordar e o esquecer, sendo a memória a trajetória por excelência que leva o sujeito a ser reconhecido não só subjetivamente, como também do ponto de vista histórico. Nesse sentido, é possível dar lugar e ouvir a memória daqueles que estão à margem, excluídos, segregados da história. Pela via daquilo que narram de si, memórias e experiências, os sujeitos que estão em contexto de rua podem também produzir a função de testemunho, marcando uma condição de sobrevivência diante do desamparo radical, marcar uma forma de existência e, por outro lado, mesmo que minimamente, subjetivar as experiências vividas.

Como ouvir testemunhos, relatos, experiências no meio da rua? Como instaurar espaços de escuta, pela via da psicanálise, para sujeitos que tomam o espaço público como

morada, atravessados que estão por todo tipo de questões, inclusive àquelas relacionadas ao campo sociopolítico? Tais perguntas permitem-nos adentrarmos no próximo capítulo, quando nele discutiremos a aposta realizada de forma cotidiana nos efeitos que um dispositivo de cuidado territorial, atravessado pela psicanálise, pode provocar. Seguimos então para ele.

5. SOBRE UM DISPOSITIVO DE CUIDADO TERRITORIAL: PSICANÁLISE E RECONHECIMENTO

> [...] o desejo do homem encontra seu sentido no desejo do outro, não tanto porque o outro detenha as chaves do objeto desejado, mas porque seu primeiro objeto [do desejo do homem] é ser reconhecido pelo homem.
>
> Jacques Lacan.

> Pedir por reconhecimento, ou oferecê-lo, é precisamente não pedir reconhecimento pelo que já somos. É solicitar um devir, instigar uma transformação, fazer um apelo ao futuro sempre em relação ao Outro. É também apostar na própria existência de si, na luta pelo reconhecimento.
>
> Judith Butler.

3.1 Dispositivo, cuidado e território: Introduzindo os conceitos

Nesta dissertação, e mais especificamente neste capítulo, intenta-se promover uma discussão sobre as interações dos sujeitos que vivem em contexto de rua com o que aqui denominamos como dispositivo de cuidado territorial. Sendo assim, a aposta recai sobre as (re) construções e reinvenções subjetivas que estes sujeitos podem realizar em torno da própria trajetória de vida, quando a eles são abertos "espaços" de escuta, promoção de acompanhamento dos mesmos pela cidade, nas instituições e/ou mesmo na rua, firmando-se também, por outro lado, atos de reconhecimento deste sujeito na posição de desejo, cuja perspectiva se dá pela via da psicanálise.

Ao falar sobre dispositivo de cuidado, a advertência recai sobre quais são os efeitos e ressonâncias que esta "instauração" pode provocar, dada a sua dimensão articuladora e conectiva. Nesse sentido, objetiva-se, agora melhor situados conceitualmente, a discutir formas outras de escutar os sujeitos que não apenas dentro de uma sala com quatro paredes.

Com efeito, lancemo-nos agora em direção à informar por onde passa a escolha dos termos utilizados para falar em dispositivo territorial de cuidado, começando pela palavra dispositivo. Por esta via, a escolha deste termo atravessa, sobretudo, uma consagrada utilização dele dentro do campo da saúde mental e atenção psicossocial no Brasil. Destarte, a

partir da Reforma Psiquiátrica Brasileira, novos modelos de prática passaram a ser construídos no país, práticas que deveriam desenvolver-se essencialmente no território, com o sujeito em liberdade, posto que, o modelo antes da reforma tratava os ditos “loucos” internando-os, isolando-os e encerrando-os dentro dos hospitais psiquiátricos.

Sobre a diferença de modelos de práticas em relação ao campo da saúde mental, antes e após a Reforma Psiquiátrica brasileira, Amarante (2007) declara que é preciso pensar a atuação nesse campo não a partir de um sistema fechado, mas sim como um processo social complexo. Por conseguinte, o autor argumenta que ao falar em processo, a ideia é pensar em movimento, em algo que permanentemente se transforma e que, em um eterno caminho possibilita a criação de novas situações, surgimento de novos elementos e pontos a serem enfrentados e trabalhados. Discute Amarante, sobre isso:

> Novos elementos, novas situações, pressupõem que existam novos atores sociais, com novos – e certamente conflitantes – interesses, ideologias, visões de mundo, concepções teóricas, religiosas, éticas, étnicas... Enfim, um processo social complexo se constitui enquanto entrelaçamento de dimensões simultâneas, que ora se alimentam, ora são conflitantes; que produzem pulsações, paradoxos, contradições, consensos, tensões. (AMARANTE, 2007, p. 63).

O campo da saúde mental e atenção psicossocial passam então a serem desenhados, tal como propõe Amarante (2007), como um processo, um movimento que permite novas interações, conectividades, tensões, surgimento de situações novas, que começa a acontecer fora da intuição psiquiátrica, portanto, no território, cuja condição essencial para a realização da prática é o sujeito em liberdade.

Assim, as experiências realizadas no Brasil, a exemplo da clínica peripatética (LANCETTI, 2014), das abordagens psicossociais, discutidas mais amplamente por Vasconcelos (2009), as pontuações sobre a invenção e reinvenção da prática do consultório na rua (NERI, 2019), a clínica em movimento, assim nomeada e experimentada mais especificamente por Lobosque (2002), denotam a importância do conceito de território para um trabalho que acontece na rua. Concomitante a isso, se ressalta a importância que tem a escuta dos sujeitos no lugar onde eles vivem, entendendo que este lugar também está incluído na sua dinâmica subjetiva.

Falemos então sobre o conceito de território. Iniciemos com a caracterização que Milton Santos confere a ele, sendo este conceito atravessador de toda a obra do citado geógrafo. Nesse sentido, Santos (1993) compreende o território não apenas como um

fundamento do Estado Nação, como um lugar físico, mas também como um conjunto de objetos e ações, um espaço humano e habitado, configurando-se e se reconfigurando a partir do acolhimento de novos recortes, pessoas que transformam e se transformam com o próprio lugar, pois está conectado por uma rede.

Neste ínterim, Fuini (2015) asseverou que o próprio Milton Santos, ao longo de sua obra, faz renovações ao conceito de território indo da concepção deste termo enquanto político-estatal para a de território usado, cuja base está em uma dinâmica socioespacial em que o território será caracterizado por ele como dinâmico. Essa dinamicidade se dá pela via das relações existentes nele, nos sujeitos que constroem e desconstroem o território a partir das experiências nele vividas e, portanto, tornando-o, não apenas estático, mas em permanente construção e reinvenção, sem perder, contudo, as marcas também que o definem.

Doravante, discutir cuidado em território convoca a nos debruçarmos e debater sobre o conceito de cuidado e a qual perspectiva me refiro quando enuncio que realizo práticas em território com sujeitos que vivem em contexto de rua. Nesse sentido, faz-se necessário retornar, mais uma vez, ao campo da saúde mental e atenção psicossocial, quando Caponi et al. (2016) afirmam que no início da década de 1990 a utilização e ocupação do termo cuidado agrega um amplo espaço, promovendo assim uma nova leitura de práticas nesse âmbito. Esses autores discutem que a Reforma psiquiátrica brasileira possibilitou a estruturação de uma rede de cuidados a nível substitutivo ao hospital psiquiátrico. Nesse contexto, as práticas deveriam ocorrer de forma territorial e intersetorial, devendo elas estarem distanciadas da medicalização dos sofrimentos cotidianos. Sobre um novo modelo de cuidado, destacam os autores:

> Podemos afirmar que o Cuidado está inserido no campo da Saúde Mental no Brasil enquanto uma prática social. Poderá assumir duas configurações para operar nesse campo, não apenas distintas, como antagônicas. O Cuidado em Saúde Mental poderá se opor ao processo de medicalização da Saúde Mental e dos sofrimentos psíquicos cotidianos, desde que se constitua enquanto uma prática social que permita o resgate da subjetividade humana e da potência da vida sequestrada pelas modalidades contemporâneas de biopoder. De outro modo, o Cuidado poderá reforçar os mecanismos de medicalização e despolitização da vida, enquanto integrante do conjunto de estratégias disciplinares. (CAPONI, ET AL., 2016, p.).

Além de voltarmos à nossa discussão sobre o termo cuidado a partir do que propõem Caponi et al. (20016), também sustentamos e assentamos nossa compreensão e reflexão a respeito de uma prática de cuidado que acontece no território, a partir do que argumenta Figueiredo (2011) quando constrói uma teoria geral sobre isso. O autor resgata, inicialmente

a partir da filosofia, que o campo do cuidado diz respeito a todas as ocupações e preocupações recíprocas onde a dependência e interdependência no âmbito individual são tidas como “fatos da existência”, apresentando-se o que é mais singelo da condição humana. Argumenta Figueiredo (2011):

> Toma-se assim a existência como abertura ao mundo regido por ocupações e preocupações de cuidados recíprocos, e delineia-se a partir daí uma dimensão ética do cuidado que implica o habitar e compartilhar (recebendo e transmitindo) o mundo humano. (...). Destas premissas surge a possibilidade de focalizar as interfaces da psicanálise com as demais práticas – fenômenos e processos – sócio-culturais que são práticas integradas (e integradoras) de cura em sentido ampliado (e não apenas médico / remediativo). (FIGUEIREDO, 2011, p. 13).

Figueiredo (2011) propõe uma teoria geral do cuidado, estabelecendo uma articulação entre as práticas de cuidado e a inserção da psicanálise, tomando para isso alguns exemplos relacionados à área da saúde e as práticas ligadas a este campo. Nesse sentido, tomamos aqui como premissa a ideia do autor de que cuidado diz respeito a toda a abrangência de ocupação e preocupação recíproca em que a dependência e interdependência individuais são postas como “fatos da existência”, apresentando-se como o mais próprio da condição humana. O homem não existe sem cuidados recebidos e oferecidos, sendo a existência tomada por um mundo regido por ocupações e preocupações neste âmbito. Assim, delineia-se a partir disto uma dimensão ética de cuidado que traz, por conseguinte, a ideia do receber e transmitir o mundo humano.

Ao discorrer sobre cuidado e saúde, Figueiredo (2011) ressalta que a psicanálise pode se instaurar entre as práticas de cuidado e sustentar diferenças que se referem aos dispositivos de cuidado que toda prática institui, sendo que, no caso da psicanálise, essa diferença seria marcada pela situação analisante, ou seja, poder escutar a singularidade. Por este caminho, o autor propõe a articulação da psicanálise com outras disciplinas e intervenções, como por exemplo, no campo da saúde e do trabalho, prevendo que a psicanálise pode ofertar junto às populações desfavorecidas e marginalizadas cenários nos quais o ato de preocupar-se e ocupar-se do outro se daria na oferta de escutar aquilo que esse outro tem a dizer de si, da forma como ele pode se apresentar e onde ele estiver.

Segundo Figueiredo (2007), a teoria e a clínica psicanalítica podem servir de base para uma concepção de uma teoria geral do cuidado, podendo ser operada por diversos profissionais de saúde, posto que as diversas faces do cuidar podem ser construídas em relação àquilo que o cuidador faz como presença implicada, acolhendo, reconhecendo e

interpelando. Além disso, o cuidador também pode assumir uma postura e presença mais reservada, ou seja, manter-se disponível sem intromissões, dar espaço, tempo e esperar o movimento do outro que é cuidado na sua singularidade. O autor salienta que os saberes e práticas da psicanálise podem ajudar a compreender o que está envolvido no cuidado a partir de uma interpretação metapsicológica, podendo ser capaz de identificar seus mecanismos e dinâmicas profundas, sendo revertido em benefício para a psicanálise que proporciona um contexto geral para uma prática terapêutica, sem ignorar o que há de singular no sujeito.

A aposta então é de que, advertidos dos efeitos de um dispositivo, a instauração dele como perspectiva de cuidado poderia desembocar, também, em um ato de reconhecimento da existência dos sujeitos, tomando o conceito de cuidado aqui na acepção que Figueiredo (2011) lhe confere, ou seja, o ato de ocupar-se e preocupar-se com o outro, ato singelo da condição humana e uma prática de reconhecimento da alteridade.

A partir do que foi discutido até aqui se afirma que aventar quais seriam as estratégias de cuidado a partir de um dispositivo que se ramifica no território pauta-se na possibilidade de um trabalho com sujeitos que vivem em contexto de rua a partir de um encontro que provoque não assujeitamento, mas reflexões em torno de quais são os dispositivos que o amarram e capturam. As ramificações do cuidado podem acontecer das mais diversas formas, seja através do acompanhamento do mesmo em alguma instituição, no caminhar pela cidade, e, sobretudo, na escuta possível de ser ofertada caso ele queira falar, caso queira construir narrativas sobre si, produzindo subjetividade, linhas de fuga onde a psicanálise ganharia um papel importante.

Os questionamentos feitos ao longo dessa argumentação nos ajudam a situar como é possível haver alguma insurgência do sujeito que vive em contexto de rua diante de um campo social e político que o captura dentro de uma vida pautada no desamparo social e discursivo, cuja precariedade é imensa, sem reconhecimento da sua existência de qualquer ordem. Neste ínterim, afirma-se então que o sujeito está enredado em formações discursivas que compõem dispositivos que o amarram em determinadas malhas de poder do campo sociopolítico, a partir de determinadas conexões, bifurcações, linhas de um mapa que se constrói e reconstrói constantemente e que apagam a força discursiva que esse sujeito pode enunciar sobre si mesmo. Sendo o dispositivo um confluente com linhas que amarram o sujeito de forma a enredá-lo, olhemos então mais detidamente agora para o que diz Foucault (1979) sobre o conceito de dispositivo, bem como o que propõe Deleuze (1996) sobre o referido termo.

Entrementes, se em um primeiro momento é possível compreender a ideia de dispositivo a partir da dimensão do controle, tal como propõe Foucault (1979), Deleuze (1996), ao retomá-lo — a partir da leitura das obras mais tardias do mesmo — propõe que um dispositivo também pode ser criador de possibilidades para o aparecimento de algo novo, que promova subjetivação e não mais apenas controle e assujeitamento.

Com base no exposto, Revel (2005) vai afirmar que o termo dispositivo aparece na obra de Foucault a partir da década de 1970, para designar, inicialmente, os materiais do poder, quais sejam: as estratégias, técnicas, as formas de assujeitamento que o poder utiliza. A partir do momento em que Foucault se ocupa da questão do poder, começa a articular e discutir sobre os mecanismos de dominação e engendra, portanto, a noção de dispositivo. Segundo a autora, em Foucault, a noção de dispositivo carrega uma natureza heterogênea, tratando-se de discursos, práticas e instituições; daí provém as nomeações que ele confere aos dispositivos.

Sendo o poder, o saber e a subjetivação pontos nodais sob os quais se articulam os dispositivos, segundo o que discute Foucault, o objetivo estruturar-se-á, sobretudo, através de uma perspectiva biopolítica, ressalta-se então o controle dos corpos e das populações, sendo a função do dispositivo o de uma prevalência, um ponto de onde outras ramificações se originariam, invadindo outros pontos e se tornando presente de forma vasta. Desse modo, o dispositivo nasceria, segundo Foucault (1979), a partir da predominância de um objetivo estratégico, englobando posteriormente dois processos. São eles:

> (...) um processo de sobredeterminação funcional, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, processo de perpétuo preenchimento estratégico. (FOUCAULT, 1979, p. 245).

Para Deleuze (1996), um dispositivo é um conjunto multilinear composto por linhas de natureza diferenciadas. A partir da leitura de Foucault sobre dispositivos, o filósofo afirma que instâncias como o saber, o poder e a subjetividade são cadeias de variáveis que se destacam umas das outras, sendo pela via da crise a descoberta de novas dimensões, novas linhas. Estas linhas podem ser sedimentadas, como também fissuradas; essas são fraturadas e, o processo de desenredar as linhas ocasionaria a possibilidade de construção de um mapa, de uma cartografia capaz de desbravar o desconhecido. Um trabalho de terreno e, afirmemos aqui, um trabalho de conhecimento de território.

Se é possível afirmar que há uma historicidade nos dispositivos — uma origem — Deleuze (1996) pontua, ainda inspirado nas discussões de Foucault, que tal historicidade está nos regimes de enunciado. Estes originariam linhas de enunciação, que por sua vez distribuiriam variáveis. Outro ponto sobre o qual Deleuze (1996) se debruça diz respeito à compreensão do dispositivo comportar linhas de força que se produz em toda relação de um ponto a outro, passando por todos os lugares de um dispositivo, sendo invisível, indivisível, enredada a outras, ao mesmo tempo, em paralelo, não se enredando.

Nesse entremeio, Deleuze (1996) destaca que as produções de subjetividade escapam dos saberes e poderes de um dispositivo, produções que marcariam possibilidades de reinvenção e que, ao se infiltrar em outros dispositivos, poderão de outras formas fazer surgir algo novo. Essa linha de fuga, que escapa a outras linhas, é um processo de individuação, que se refere a grupos ou pessoas, escapando tanto de saberes constituídos, quanto de forças estabelecidas. Nesse sentido, podemos afirmar que é possível apostar que, ainda que o sujeito esteja imerso em um dado dispositivo que pode capturá-lo em suas linhas, haveria alguma outra possibilidade de insurgência de algo novo que possa escapar desta captura.

Tomando como ponto de partida o que nomeamos dispositivo territorial de cuidado àquilo que fazemos na rua ao oferecer uma escuta a um sujeito que neste contexto vive, perguntamo-nos então como construir uma ideia deste dispositivo não apenas como via de captura e enredamento dos sujeitos, mas como um ponto de origem de onde partem linhas, ramificações, uma estrutura quase cartográfica? Estrutura cartográfica em que o sujeito, mais do que ajustar-se e enredar-se neste mapa, possa criar linhas de fuga, produzindo subjetividade em um processo, tal como propõe Deleuze (1996), de individuação?

A partir do que insinuamos acima, pensar um dispositivo de cuidado promove a necessária advertência de que é preciso também refletir de qual cuidado se fala para não ser ele também mais um dispositivo de captura do sujeito em formas disciplinares de existência, sendo, portanto, por esta via, o lugar de importância que conferimos à psicanálise em um trabalho que se faz na rua. A psicanálise nos alerta permanentemente de que há um sujeito de desejo, há singularidade e há, capturemos então o argumento, possibilidades de produções de subjetividade, linhas de fuga que podem promover algo novo e, se a aposta advém daí, então como pensarmos a criação de um dispositivo de cuidado que, na contramão de homogeneizar, disciplinar, capturar, possa promover mudanças, diferenças, escapes para a criação de algo novo?

Ao nos movimentarmos a partir da pergunta realizada no parágrafo anterior, concordamos com Weinmann (2006) quando este afirma que o dispositivo pode ser um solo para a subjetivação. O autor vai afirmar que se Foucault, em um primeiro momento, afirmou que a constituição histórica de um sujeito atrela-se a um assujeitamento dos dispositivos de poder e saber, em outro momento, o filósofo problematiza a trama constitutiva do dispositivo, que desemboca na possibilidade de subjetivação como uma prática de liberdade. Essa prática, que pode ser operada nas bordas de um dispositivo, possibilita focar as lentes do estudo justamente no momento em que é possível perceber o movimento de sujeição/subjetivação pelo qual o sujeito passa dentro de um emaranhado de linhas e ramificações que compõem o dispositivo.

Nessa perspectiva, tomemos a discussão empreendida por Weinmann (2006) ao falar sobre o dispositivo, trazendo uma divisão de como Foucault pensa a constituição dos sujeitos modernos a partir de três modos objetivos, sendo que, o último deles está relacionado à possibilidade de pensar um sujeito a partir da criação de práticas de si. Práticas através das quais o próprio sujeito tomará a si mesmo como objeto de poder e saber, construindo uma experiência a respeito dele próprio. Nesse sentido, o autor demarca que a dimensão de si próprio pode ser continuamente recuperada e penetrada em novos saberes e poderes, reconfigurando também os próprios dispositivos. Destarte, destaca Weinmann (2006):

> Deleuze aponta que é próprio à subjetivação resistir à sujeição e que ela não deixa de relançar a relação consigo redobrando-se, desdobrando-se, metamorfoseando-se. Neste sentido, cartografar um dispositivo consiste em instalar-se sobre as suas linhas e delinear os processos mediante os quais se define o que somos (linhas de estratificação) e estamos deixando de ser o que somos em devir (linhas de atualização) isto é, àquilo que estamos nos tornando. (WEINMAN, 2006, p. 21).

Por esse caminho pode-se afirmar que criar algo novo é possível a partir da aposta em processos de subjetivação e, sendo a subjetivação, tal como propõe Weinmann (2006), uma prega nas linhas de forças hegemônicas, é também uma dobradura nos regimes de saber e poder que atravessam os dispositivos. Mas como pensar um dispositivo através de linhas de enunciação no território? Quais seriam estas linhas? E onde o sujeito pode ser capturado para, se no primeiro momento estar incluído nele, em um segundo momento, quando forem criadas condições de possibilidade para produção de subjetividades -- produção que pode ser promovida pela escuta do singular -- criar algo novo, uma linha de fuga, uma prega no dispositivo, promovendo subjetivação?

As respostas às perguntas postas acima se encaminham muito mais na perspectiva de uma reflexão, discussão de possibilidades e afirmação de práticas que se querem fundamentadas em atos de reconhecimento na existência do sujeito, podendo este mesmo sujeito reconhecer a si mesmo nesse lugar, subjetivar as experiências vividas, enunciar desejos e até mesmo práticas de resistência a tudo o que possa lhe capturar e apagar a sua condição de sujeito de desejo.

Com efeito, deseja-se marcar nesta dissertação que é preciso estar permanentemente advertidos que um trabalho que se realiza na rua, a partir da criação de um novo dispositivo, com todas as suas linhas de força e tudo àquilo que ele comporta, pode enredar facilmente o sujeito a uma determinada maneira de estar no mundo; seja pela via da tutela, pela via da retirada da rua, ou mesmo fazê-lo cumprir as normas de uma determinada instituição, promovendo práticas de sujeição. Entretanto, a aposta que se faz é de que um dispositivo de cuidado territorial — como é o "Corra" — possa afetar, movimentar o sujeito a partir do encontro com ele na rua e que, abrindo espaço para escutar a sua singularidade, sobretudo a partir da psicanálise, possa também criar condições para que este mesmo sujeito produza linhas de subjetivação que o faça criar algo novo, fazendo resistência, como lhe for possível, frente a toda forma de poder que possa capturá-lo.

Assim, compreendemos e afirmamos aqui então que o ato de cuidar no território, a partir da perspectiva da psicanálise, produz efeitos importantes no que diz respeito a processos de subjetivação, processos que se referem a sujeitos que muitas vezes estão enredados nas maquinarias do poder. Neste estado de coisas, a defesa aqui se sustenta pela aposta de que, a criação de outro dispositivo que promova mais do que amarrações às linhas pelas quais um dispositivo se constrói, o questionamento sobre elas e espaços de escapes e resistências subjetivas a determinadas situações, se faz necessário.

Pelo que se argumenta, destacamos, portanto, que a psicanálise nesta criação tem um lugar de importância, e, como psicóloga atuando na rua, orientando minha escuta pela teoria psicanalítica, ratifico também aqui o que podemos chamar de psicanálise em extensão tornando-a presente no cotidiano da cidade, nos caminhos da rua. Por conseguinte, dediquemos-nos agora a discutir sobre uma psicanálise que se estende pelo mundo e implicada, principalmente, com questões de âmbito social e político.

3.2 Por uma psicanálise em extensão e implicada

Pensar a prática psicanalítica como uma das vias possíveis para a construção de um dispositivo de cuidado nos remete invariavelmente à psicanálise em extensão que desde Lacan (1967) denota a necessária presença da psicanálise no mundo, por aquilo que ela comporta de diferença, como uma experiência, afirma Lacan, original. Essa possibilidade de uma psicanálise em extensão, imbuída de uma ampliação da presença da prática psicanalítica de forma mais acessível para mais sujeitos, figurava como uma preocupação de Freud (1918-1919) que percebeu, àquela época, a enormidade de miséria neurótica existente no mundo e dos importantes efeitos que teria a ampliação da psicanálise enquanto prática na sociedade, podendo ser ela uma forma de minorar esta miséria.

É interessante notar que Freud (1918-1919) visualizava a necessidade de uma ampliação da prática psicanalítica e que todo sujeito, independente das condições sociais e econômicas na qual se encontrava, tinha o direito de tratar o seu sofrimento neurótico, que ele tacitamente percebia como um sofrimento que afetava a todos. Neste ínterim, Freud (1918-1919) apostava na criação de clínicas e instituições que poderiam oferecer um tratamento psicanalítico gratuito, em que o Estado seria responsável por garantir esta possibilidade.

Freud (1918-1919) almejava, não para o momento em que vivia, mas em um tempo futuro, que a psicanálise pudesse ser ofertada a todo àquele que quisesse e necessitasse de um tratamento pela via da psicanálise, e que, independente da sua condição social, pudesse ter seu acompanhamento garantido. Segundo ele, a aposta deveria ser sempre a de que todos estavam sujeitos a sofrer das misérias neuróticas e, portanto, o Estado deveria encontrar os elementos, os caminhos para tornar isto realidade. Defendia Freud:

> Defrontar-nos-emos então com a tarefa de adaptar a nossa técnica à novas condições. Não tenho dúvidas de que a validade das nossas hipóteses psicológicas causará boa impressão também sobre as pessoas pouco instruídas, mas precisaremos buscar as formas mais simples e mais facilmente inteligíveis de expressar as nossas doutrinas teóricas. Provavelmente descobriremos que os pobres estão ainda menos prontos para partilhar as suas neuroses, do que os ricos, porque a vida dura que os espera após a recuperação, não lhes oferece atrativos e a doença dá-lhes um direito a mais de ajuda social. (FREUD, 1918-1919, p. 181).

E, continua o citado autor:

> No entanto, qualquer que seja a forma que essa psicoterapia para o povo venha assumir, quaisquer que sejam os elementos dos quais se componha, os seus ingredientes mais efetivos e mais importantes continuarão a ser, certamente, aqueles tomados à psicanálise estrita e não tendenciosa. (FREUD, 1918-1919, p. 181).

Situada então na previsão e, quase convocação de Freud no que diz respeito à possibilidade de expansão da psicanálise para todos os sujeitos que queiram falar dos seus sofrimentos e misérias neuróticas, a presença da psicanálise na rua reafirma então este caminho. Presença que pode promover produções subjetivas e invenções de algo novo, ratificando aqui a nossa aposta e argumento segundo o qual aquilo que fazemos na rua, ao escutar os sujeitos que neste contexto vivem, acompanhando-os em um itinerário de cuidado, é também psicanálise em extensão, presentificada no mundo. E, fazendo referência a um termo usado por Rosa (2018), uma psicanálise implicada com o seu tempo:

> Entendemos que a prática que articula sujeito e enlaçamento sociopolítico lança-nos na *psicanálise implicada*, ou seja, nem psicanálise dita em extensão ou psicanálise aplicada fora da clínica, mas aquela constituída pela escuta dos sujeitos situados precariamente no campo social, que permite teorizações sobre os modos como são capturados e enredados pela maquinaria do poder. Ela leva em conta os efeitos do desamparo discursivo e constrói táticas clínicas que remetem tanto à sua posição desejante no laço com o outro, como às modalidades de resistência aos processos de alienação social. (ROSA, 2018).

Caminhando por uma perspectiva de nomeação de uma psicanálise implicada, Rosa (2018) ressalta que os discursos alienantes, as modalidades de violência e toda forma de miséria produzida pelo campo social e político também terão interferência na maneira como os sujeitos — incluídos aqueles que vivem em contexto de rua — subjetivam suas experiências diante do desamparo social e discurso que os atravessam. Nesse sentido, a autora propõe a metodologia de trabalho clínico nomeada por ela de intervenções psicanalíticas clínico-políticas.

Essas intervenções – já descritas anteriormente nesta dissertação -- se baseiam nas especificidades apresentadas pelos sujeitos, bem como na singularidade das demandas por eles colocadas em contextos nos quais a violência, a exclusão e o desamparo estão amplamente presentes. Para Rosa (2018), a psicanálise implicada é uma prática possível junto a todos àqueles que vivenciam experiências marcadamente de trauma e luto provocados por situações do campo social, político e econômico. A autora considera ainda que as intervenções psicanalíticas têm como objetivo criar condições para alterações nos campos simbólico e imaginário no que diz respeito às questões de ordem subjetiva, política e social. Sobre isso, demarca ela:

> Restituir um campo mínimo de significantes que possam circular, referidos ao campo do Outro, permite ao sujeito localizar-se e poder dar valor e sentido à sua experiência, articulando um apelo que o retira do silenciamento. Está em jogo não somente a reconstituição narcísica de sua imagem, mas também a recomposição do lugar a partir do qual se vê amável para o Outro (ideal do eu), reafirmando uma posição que lhe permita localizar-se no mundo e estabelecer laços sociais, inclusive os analíticos. (ROSA, 2015, p.).

De acordo com o que aponta Rosa (2015), se vê amável pelo Outro como via possível de localizar-se no mundo, estabelecendo laços sociais, também pode ser referido aí em ser reconhecido pelo outro. Este lugar de reconhecimento sugere lugar de existência onde o sujeito pode se movimentar, por isto, como não afirmar que o ato de escutar alguém, principalmente nas condições de miséria e exclusão nas quais um sujeito que vive em contexto de rua se encontra, não pode conferir a ele reconhecimento? Reconhecimento que pode advir no momento em que este mesmo sujeito dirige a quem o escuta o compartilhamento das suas experiências, vivências na rua, produzindo aí não apenas subjetividade como também exercendo a função de testemunha, podendo contar as histórias de um tempo para alguém que se põe a ouvi-las.

As práticas psicanalíticas em extensão, a implicação da psicanálise em contextos de extremo desamparo social, a exemplo das metodologias utilizadas por Rosa (2015; 2018) para escutar sujeitos em situações de trauma e luto, traz à lembrança outras práticas psicanalíticas que são realizadas em espaços públicos pelas ruas do Brasil. Por conseguinte, experiências como a de Broide (2018; 2020) também são importantes de serem postas no encadeamento desta trama argumentativa, na medida em que ressalta um movimento de poder criar formas de escutar os sujeitos onde quer que eles estejam, pressupondo que, sobretudo, há inconsciente, e havendo inconsciente, é possível fazê-lo “falar”, é possível ofertar escuta para quem sofre.

Segundo Broide (2020), ao discorrer sobre a oferta de escuta pela via da psicanálise, em diversos âmbitos, a exemplo da rua, campo de vasta experiência do autor, deve-se entender por dispositivo clínico psicanalítico o trabalho que possibilita a circulação da palavra como via de singularização dos sujeitos, onde o atendimento deve acontecer onde a vida está, cuja ética do trabalho baseia-se nesta perspectiva. O autor também traz à baila da discussão que as políticas públicas podem desempenhar uma “condição-suporte”, quando se pensa a oferta de escuta como possibilidade de singularização dos sujeitos.

Referindo-se à singularização dos sujeitos, Broide (2020) não o faz sem pontuar que estas discussões estão no âmbito do trabalho que acontece nas situações sociais críticas. O trabalho nessas situações é por ele caracterizado como um cenário em que a morte e a violência são iminentes, há uma gama de situações difusas, há uma grande quantidade de urgências que se colocam de forma simultânea. O autor consegue descrever bem o cotidiano do trabalho nessas situações e destaca que os trabalhadores colocam muitas vezes seu próprio corpo no atendimento, com escassez de recursos metodológicos que possam ajudar na condução dos casos e de situações extremamente graves.

O cotidiano do trabalho dirigido aos excluídos defronta-se com condições de imensa precariedade e desamparo social. Desta feita, ressalta Broide (2020), é necessário pensar o desenvolvimento de ações consistentes que não estejam associadas às práticas reprodutoras de exclusão, que possam efetivar alternativas de saídas da situação de sofrimento e vulnerabilidade a qual muitos sujeitos estão expostos.

Ao falar sobre o trabalho de profissionais nas situações sociais críticas, Broide (2020) afirma que é preciso também que esse profissional possa realizar um trabalho que muitas vezes demanda dele uma interlocução com outros setores, a exemplo da saúde, da assistência e da justiça. Por essa via, é interessante que todo aquele que esteja inserido nessa situação possa conhecer em profundidade as questões relativas ao SUS, ao SUAS, às leis e diretrizes também que regem o acesso à sujeitos que têm, desde sempre, seus direitos constitucionais negados. Além disso, o autor argumenta que é preciso questionar-se continuamente como acessar as periferias, os territórios, intermediando a prática entre instituições e o sujeito que se encontra em tais situações.

A configuração de uma prática de escuta orientada pela psicanálise em situações sociais críticas, onde há uma convocação permanente do profissional para articular com outros profissionais e setores do âmbito da saúde, assistência e justiça, faz lembrar também das ponderações que Lobosque (2003) faz a respeito de uma clínica que se faz em movimento. A autora demarca, ao falar sobre os atendimentos que acontecem no âmbito dos serviços substitutivos, que eles acontecem mesmo que ocorram interferências de várias ordens, demandas que são muitas vezes inabordáveis e que abrem espaço para a pergunta: O que fazer neste contexto? Ressalta ela que, por exemplo, ligar para um familiar de um assistido, negociar com a escola de outro, separar uma briga ou mesmo acompanhar um sujeito a algum lugar, dizem respeito a uma clínica centrada no sujeito e que tem como prerrogativa principal incluir e não colocar para fora, mantendo-se em ligação sempre direta

com os espaços de trânsito do sujeito, de circulação e ocupação que ele faz do território, da cidade e da própria vida.

É interessante pontuar que Broide (2020) ao discorrer sobre uma escuta com orientação psicanalítica em situações sociais críticas, se baseia em um método de trabalho que ele chamará de ancoragem, que não é um conceito propriamente, mas uma metodologia que leva em consideração a relação transferencial entre um técnico e a pessoa que ele atende, com base em uma escuta qualificada, cujo compromisso ético e o rigor clínico devem se manter sempre presentes. Sobre esta metodologia de trabalho, reflete ele:

> Esse atendimento adquire uma especificidade em relação ao trabalho realizado no consultório, pois é necessário operar na urgência social dominada pelo desamparo, pela violência, pelo caos e, muitas vezes, pela morte iminente. Podemos dizer que esta metodologia de trabalho busca sempre, seja onde for, por meio de uma escuta clínica, os fios que amarram o sujeito à vida. É a escuta que nos permite mapear estes fios que se embrenham pelo território físico e psíquico. Vamos puxá-los, amarrá-los, articulá-los na rede do desejo através de atendimentos na comunidade, na instituição, na família, e com o nosso atendido. (BROIDE, 2020, p. 30).

A metodologia das ancoragens implica no trabalho atravessado por um projeto terapêutico singular em que as instituições, pessoas e familiares aos quais os sujeitos têm acesso possam estar incluídos. Sendo que, a escuta nesse âmbito pode acontecer no acompanhamento destes sujeitos nas instituições (seja de saúde, assistência ou justiça), nas visitas domiciliares, em caminhadas pelo território, o que está posto como fundamental é pensar qual a ancoragem do sujeito no mundo. Pensar a escuta dos sujeitos onde a vida acontece, e o autor traz como exemplo àquele que vive em contexto de rua, permite também que estejamos atentos na criação de possibilidades para que o sujeito fale daquilo que deseja e, não desemboquemos o atendimento ofertado pela via da tutela, da disciplina, da obediência, mas da fala, onde se ouvirá questões que giram em torno do desamparo, da morte e da violência.

Afirma-se aqui, portanto, que poder pensar junto com o sujeito que vive em contexto de rua caminhos terapêuticos, itinerários pelos territórios, acompanhamentos em instituições — no que tange à oferta de um cuidado que se faz na rua —, permite a abertura para poder escutar o que ele tem a dizer sobre si, tentando firmar um lugar de reconhecimento. E assim configura-se a prática do psicólogo no Programa Corra pro Abraço, uma prática que acontece com a instauração de um dispositivo de cuidado territorial e que se propõe a, mesmo em meio às urgências, desistências e tantas outras demandas diversas, manter presente como fio

condutor para a construção do acompanhamento o sujeito e sua experiência, o sujeito e sua narrativa, o sujeito e seu testemunho.

Com efeito, destaca-se ainda que o atendimento possível de ser ofertado na rua, com um sujeito que vive em condições de enorme precariedade e desamparo, muitas vezes não comporta a existência de uma psicanálise cujos parâmetros sejam muito fixos, a exemplo do tempo de sessões, dentre outras recomendações necessárias à prática psicanalítica em consultório. Nesse caso, o consultório é a rua e a escuta dos sujeitos acontece com vários profissionais, cada um em um determinado momento, tempo este que é delimitado pelo sujeito. Neste ínterim, este sujeito pode querer falar algo em cinco minutos, andando pelo território, fazendo uso de alguma substância psicoativa, comendo algo que ganhou na rua, e nas situações mais diversas possíveis.

Há produções de práticas públicas onde a psicanálise pode estar presente. Presente e tecendo efeitos importantes naquilo que lhe cabe, fomentando possibilidades de transformações no âmbito subjetivo e, sobretudo, realizando atos de reconhecimento da existência do sujeito em meio ao desamparo e miséria social. Nesse sentido, toquemos então na questão do reconhecimento, ponto necessário quando nos dispomos a escutar histórias de sujeitos que vivem na rua.

4.3 Sobre o ato de reconhecer o outro na rua: Algumas considerações

Esta seção dedicar-se-á a construir uma discussão de como os sujeitos que vivem em contexto de rua, que têm suas trajetórias de acompanhamento atravessadas por práticas de segregação da sociedade e do Estado, — e aqui me refiro mais especificamente quando os mesmos começam a acessar mais amplamente os serviços e instituições deste mesmo Estado — podem encontrar formas, recursos para lidar com tais práticas que os afetam subjetivamente.

Diante do que afirmo acima, me deparei com a questão do reconhecimento, retomando principalmente a pergunta que Lacan (1962-1963) põe no trilhamento teórico que faz sobre o desejo — a respeito da importância que tem o reconhecimento do sujeito pelo Outro —, principalmente no que tange à constituição psíquica de cada um. Neste ínterim, quando o sujeito questiona que lugar ele ocupa no desejo do Outro, invariavelmente nos deparamos com a questão do reconhecimento e, invariavelmente também, suscita a aposta na potência que tem o reconhecimento para sujeitos que vivem em condições extremas de desamparo e precariedade.

Mas, o que é ser reconhecido pelo outro? Por quais vias o reconhecimento da precariedade que em princípio toda vida comporta, como afirma Butler (2014), pode gerar outras formas de laço social?

Safatle (2020), ao escrever sobre a psicanálise e a política, tomando a primeira como via possível de emancipação e transformação do mundo, cuja leitura central acontece pelos postulados lacanianos, afirma que os quatro conceitos fundamentais da política, na perspectiva psicanalítica, seriam a identificação, o gozo, a transferência e o ato. Contudo, o autor demarca que o reconhecimento também deve ser incluído nesta série, posto que, a partir de Lacan, é possível dizer que as formas de sofrimento psíquico podem ser compreendidas através de inúmeras modalidades de um déficit de reconhecimento, afirmando, dentre outras coisas que: "para Lacan, a especificidade do sofrimento psíquico vem do fato de ele mobilizar sintomas, inibições, angústias e reações corporais para expressar impossibilidades sociais de reconhecimento." (SAFATLE, 2020, p. 14).

Para Safatle (2020), diferentemente do que alguns autores propõem a respeito do termo reconhecimento, Lacan propõe uma discussão sobre o termo sem a produção de identidades e baseado na teoria do desejo, cuja base encontrar-se-ia em Freud e Hegel. Seguindo este traçado teórico, trago como referência uma discussão empreendida por Leite (2011) sobre a angústia na psicanálise, ao afirmar que em Lacan a angústia surgirá quando, em um determinado momento ou situação, sejam impossibilitadas as respostas às questões: *"O que o Outro quer de mim? O que eu sou para o Outro? Momento de desorientação em que falha o traço identificatório, exigindo do sujeito uma reinscrição do seu desejo"* (LEITE, 2011, p. 73).

A partir do que se afirma acima, é preciso destacar que o momento marcado pelo reconhecimento do *infans* da sua imagem no espelho é, para Lacan (1949), um instante importante, pois será a partir dele que se sustentarão os pilares da constituição do eu, antes mesmo que este bebê adquira a linguagem. Em Freud (1923) o eu tem função de síntese ao englobar em si várias funções, entre elas estaria a organização das instâncias psíquicas a ele vinculadas, sendo caracterizado, sobretudo, como um eu corporal, ele "não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície" (FREUD, 1923/1990, p. 39). Em Lacan (1949), o estágio do espelho permitirá ao *infans* constituir o seu eu a partir da percepção de sua unidade corporal, através do reconhecimento que o Outro faz a partir da existência e valor da imagem especular desses *infans.* (LACAN, 1949/1998; KAUFMANN, 1996).

Se então promover reconhecimento outorga a um ser que nasce a possibilidade de se inscrever no circuito do desejo constituindo-se psiquicamente, é preciso que tenha um Outro que ratifique esta inscrição. É claro que, ao longo da vida, a busca pelo reconhecimento se dará de forma quase contínua cujas perguntas: “O que o outro quer de mim?” e: “Que lugar eu ocupo no desejo do outro?” estarão quase sempre presentes ao longo de toda a existência do sujeito e que pode ser também muitas vezes frustrada, promovendo angústia e desamparo.

Com efeito, a questão que se coloca e movimenta também esta dissertação, é como sujeitos que vivem em contexto de rua, cujas vidas estão atravessadas por uma condição extremamente precária, imersos em um desamparo social e também discursivo, estão inscritos na “lógica” de desejo do Outro. Por conseguinte, cabe a pergunta, que lugar esses sujeitos ocupam na sociedade, por quem eles são reconhecidos como sujeitos de desejo e se estes mesmos sujeitos têm, ao menos do Estado, a garantia do reconhecimento dos seus direitos de cidadãos.

Gondar (2012), ao fazer uma leitura da obra de Ferenczi a respeito da posição deste analista como pensador político, perceberá uma semelhança nas ideias defendidas por este e pelas ideias propostas por Butler (2006) ao sugerir uma nova forma de politização que se daria não mais fundamentada através do pai ou do Estado, mas na precariedade inerente à toda a vida. Essa precariedade estaria pautada também em relação à possibilidade da perda e do luto e que, na concepção da referida autora, ligaria todos os seres humanos.

Seguindo o traçado teórico proposto por ambos os autores, Gondar (2012) afirma que seria possível pensar em um laço social construído a partir da ideia de reconhecimento da precariedade e da perda. Partindo deste caminho, o autor argumenta, com base no que propõe Butler (2006), que a violência só existe como forma de tentativa de negar a precariedade de si e a do outro. O reconhecimento de que todos são vulneráveis poderia provocar como efeito transformações na forma como os grupos e os povos podem rearticular a forma de convivência política, podendo ser ela, talvez, mais justa.

Em uma argumentação entre a ideia de precariedade e reconhecimento, Gondar (2012) discute que Butler (2006) defende que reconhecer a precariedade de alguém não passa pelo reconhecimento da identidade, mas passa pela possibilidade de garantia de que esse alguém possa vir a se tornar algo que ele queira ser e nem mesmo saiba ainda o que é, sendo a vulnerabilidade, portanto, ideia de potência e não de vitimização. Por essa via, o autor destaca que “para que tal reconhecimento se dê é preciso que se compreenda como um sujeito se constitui, em que aspectos ele se apresenta desamparado e necessitado de um outro.”. (GONDAR, 2012, p. 207).

O tema do reconhecimento, brevemente referido no segundo capítulo a respeito dos postulados de Mbembe (2018) sobre a questão da necropolítica, também é tratado por Butler (2014; 2019) quando a autora fala da precariedade e discorre sobre quais vidas são passíveis de luto e, quais não são.

Em Freud (1917), um processo de luto é desencadeado a partir da perda de um objeto que ocupa um lugar de investimento psíquico para um sujeito, esta perda convoca o sujeito então para a realização de um trabalho subjetivo importante, pois ele precisará desinvestir a libido outrora investida no objeto perdido, e investir em outros objetos do mundo. Contudo, ressalta Freud (1917), este é um processo doloroso, que leva tempo para se concluir, mas que após a sua finalização, o eu ficará livre novamente para novos relançamentos e investimentos de libido, ganhando também em recursos simbólicos. É interessante notar, todavia, que todo este processo descrito por ele só se iniciará se o objeto perdido ocupar algum lugar na dinâmica psíquica de alguém, caso não, não haverá processo de luto.

Do que se afirma acima, e agora retomando Butler (2014), torna-se necessária à pergunta por ela empreendida de quais vidas são passíveis de luto e quais não são, visto que, a partir daí, é possível construir também uma discussão no campo social e político no que diz respeito a todas as inúmeras vidas que são perdidas cotidianamente não só no mundo, como também no Brasil, e, muitas vezes perdidas através daquilo que Mbembe (2018) denominou como necropolítica. Mortes em larga escala de sujeitos cujas vidas são consideradas como não tendo nenhum valor, a exemplo das muitas vidas perdidas de sujeitos que vivem em contexto de rua.

Segundo Butler (2014), o fato de ser passível de luto diz respeito à condição do surgimento e manutenção de uma vida, e assim, afirmar que uma vida foi vivida é pressupor que ela é passível de luto, ou seja, foi reconhecida como tal. Demarca ela:

> Em seu lugar, “há uma vida que nunca terá sido vivida”, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida. A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a apreensão da vida precária. A condição de ser enlutado precede e torna possível a apreensão de ser vivo como algo que vive, exposto a não vida desde o início. (BUTLER, 2014, p. 33).

É claro que, nos seus escritos, Butler (2014) trata principalmente do luto público, e será justamente a partir disto que é possível criar condições para a questão: quem vai enlutar-se por um sujeito que vive em contexto de rua? Como e quem reconhece este sujeito? Há

reconhecimento? E mais, na hipótese de que este sujeito não encontre reconhecimento no outro, é possível dizer que ele não está em condições de extrema precariedade (BUTLER, 2014) ou mesmo em completo desamparo social, discursivo (ROSA, 2018)?

Butler (2014), ao teorizar sobre a noção de precariedade, destaca que toda vida, em princípio, comporta precariedade, e sendo ela também social, depende, portanto, do que está fora, dos outros. Ela ressalta que as vidas podem ser mais ou menos precárias a depender da rede social onde o sujeito nasce e cresce, nesse sentido, algumas delas não têm nenhuma chance de florescer, e, ao não florescerem, podem também ser caracterizadas como vidas sem importância, vidas que não são passíveis de luto. Argumenta Butler:

> Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida). A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. Isto implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente. (BUTLER, 2009, p. 31).

Ao falar sobre a noção de precariedade, Butler (2014) deixa entrever que tal termo se distingue da noção política de condição precária, aponta também que apreender uma vida diz respeito a considerá-la com as normas que a caracterizam como tal, cujos “enquadramentos” atuam na perspectiva de diferenciar as vidas que importam e àquelas que não importam.

Por conseguinte, a autora pontua que existem “sujeitos” que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há “vidas” que nunca são reconhecidas deste lugar, contudo Butler (2014) questiona: quais são as condições normativas para que uma vida seja reconhecida? Seguindo a este questionamento, a autora diz que existem categorias, convenções, normas que preparam e dão subsídios para que o sujeito possa ser reconhecido. Essas convenções precedem ao próprio sujeito tornando possível o ato de reconhecimento, assim, afirma ela, a condição para ser reconhecido precede o próprio reconhecimento.

Bulter (2019), ao tratar da questão do sujeito, reitera que as especulações sobre a formação dele são cruciais para compreender a base de respostas não violentas à violação e, mais ainda, uma teoria da responsabilidade coletiva. Ao tomar como referência a palavra sujeito, a autora destaca que não está falando essencialmente de indivíduo, a mesma se refere a um modelo de agência e inteligibilidade de poder soberano. Os sujeitos são sociais e

conduzidos na direção de um outro, arremata ela, estes são constituídos a partir de normas culturais que precedem e ultrapassam a si mesmos e, cujo campo de poder, os condicionam fundamentalmente.

Na constituição proposta pela autora, o vínculo baseado em um cuidado totalmente inadequado consiste no fato de que o apego é crucial para a sobrevivência. Por esta via, Butler (2019) discute que no nascimento de um ser humano é preciso criar laços com ele, caso contrário ele pode vir a morrer e, mesmo que os laços sejam criados, ele pode vir a falecer por outros motivos. Nesse sentido, questiona-se a vulnerabilidade primária e do reconhecimento como uma questão ética, uma questão que não pertence apenas à condição do adulto quando cuida de uma criança, mas passa por uma esfera política e de uma dimensão ética implícita, pois será a partir deste momento que um sujeito será constituído e um ser humano poderá ser incluído no ordenamento social.

Se, segundo Butler (2019), a condição de precariedade está para todos, mas que, depende do que a um ser humano foi ofertado de cuidado e vínculo, algumas vidas podem ser mais precárias do que outros. Neste sentido, destaca a autora, a condição de sujeitos nos une, os seres humanos se unem uns aos outros, e o reconhecimento da precariedade entre todos permitira uma organização menos odiosa em relação à diferença.

Neste estado de coisas, ao falarmos em sujeito, podemos também adentrar pela via do sujeito do inconsciente, na aposta de que existe uma subversão possível e frutíferas invenções subjetivas, mesmo diante dos inúmeros sofrimentos que podem advir do campo sociopolítico. Um campo que em muitos momentos marca, para uma grande parcela da população brasileira, a exemplo daqueles que vivem em contexto de rua, o que é existir em condições extremamente precárias e cujas vidas não são reconhecidas como vidas. Em relação a estas afirmações, Júnior (2009), ao argumentar a intersecção entre clínica e política, afirmará que mediante processos de violência, o sujeito responde com determinadas formas de produções subjetivas ou modos de subjetivação, mas a aposta centra-se na possibilidade de que ele possa fazer reinvenções e criações de si diante daquilo que lhe afeta.

Diante do exposto, cabe destacar, outrossim, que o vínculo com os sujeitos que vivem em contexto de rua produz cuidado e, mais ainda, pode produzir também movimentos subjetivos importantes mediante o desamparo e a segregação. E, pela via do cuidado e da presença, pode-se ofertar escuta nas mais variadas situações produzindo por fim, como aposta de trabalho, atos de reconhecimento mesmo em um campo onde tudo parece estar fadado ao esquecimento, vidas que não consideradas como tais e por onde circulam muitos “mortos-vivos” (MBEMBE, 2020), apagados pela força das misérias, violência e exclusões do campo

sociopolítico, que caracterizam, sobremaneira, as ruas. Neste sentido, nos dedicaremos na próxima seção à apresentação de três casos, trajetórias de vida e de acompanhamentos de sujeitos, firmando-se aqui então que tais histórias destacam-se, dentre outras coisas, pelos efeitos advindos de atos de reconhecimento e pelos espaços de escutas possíveis de serem ofertados nas mais diversas situações. Dito isso, sigamos para a próxima sessão e conheçamos Fabiano, Edson e Valmira.

4.4 O que nos contam os sujeitos que vivem em contexto de rua: Acompanhar, escutar, reconhecer

O estar na rua, observando e acompanhando os sujeitos nas suas trajetórias de cuidado, seja no território, no hospital, na casa de familiares, em emergências, em outros serviços na rede e também no asfalto, me permitiu abrir espaço para que, entre um acompanhamento e outro, eu pudesse escutá-los de forma singular, encontrando nas entrelinhas formas e possibilidades de poder reconhecê-los enquanto sujeitos.

Nesse ínterim, o sujeito pode querer falar algo em cinco minutos, andando pelo território, fazendo uso de alguma substância psicoativa, comendo algo que ganhou na rua, nas situações mais diversas possíveis. Mas aqui, o que se deseja enaltecer é que a presença e a disposição de poder escutar o que ele tem para falar produz efeito de reconhecimento, e promove vínculo, vínculo esse que pode se desdobrar em outros encontros possíveis, seja no território, em uma instituição, onde quer que ele esteja.

Nos acompanhamentos realizados pude também presenciar a maneira como esses sujeitos entendiam e sentiam as ressonâncias da segregação realizadas pelo Estado. A cada novo acesso deles, por exemplo, a uma instituição de saúde, ou até mesmo de ocupar a cidade, a rua, fazendo dela um lugar de morada, o que estava deflagrado era a negação de acesso a direitos adquiridos em constituição e como essas negações tiveram efeitos importantes não só em uma trajetória de cuidado, como também na subjetividade de cada um deles.

Refletindo então sobre uma prática profissional e como seria possível compartilhar esta experiência escolhemos apresentar três casos nesta dissertação, por comportarem, na nossa compreensão, elementos importantes que destacam as ressonâncias da segregação na trajetória de cada um deles. Desse modo, será escrito nesta pesquisa as histórias de Fabiano, Edson e Helena, principalmente quando do acesso dos mesmos aos serviços de saúde do Estado e da ocupação que esta última faz na cidade.

Guardadas as suas singularidades, os casos se assemelham por apresentarem aspectos importantes em relação ao objeto de estudo da pesquisa, denotando de que forma o encontro dos sujeitos com dispositivos de cuidado territoriais possuem ressonâncias na maneira como estes podem ressignificar as suas relações com o espaço público no qual vivem, ou seja, a cidade e a apreensão que fazem dela. Além dessas questões, destaca-se o lugar que eles ocupam no laço social e, sobretudo, quais resistências subjetivas possíveis esses sujeitos lançam mão para que, no encontro com aquilo que lhes causa sofrimento, consigam fazer deslocamentos e reinvenções no mundo.

Na apresentação dos casos tomo-os também a partir daquilo que Pester (2016) denomina como "figuras de segregação". Destarte, entre o meio-fio e o asfalto, orbitando na rua como uma "figura de segregação", os sujeitos dos casos vão tentando lidar com os mecanismos de segregação costurados pelas malhas do poder. Esses mecanismos, sutis e exercidos através de certa microesfera, serão mais amplamente discutidos tomando-se como base a ação do próprio do Estado, através de um agir micropolítico.

Assim, o primeiro caso apresentado é o de Fabiano, um homem de 47 anos, nascido no Estado da Paraíba, este chega à cidade de Salvador há quase dez anos e, em uma ladeira localizada no centro da cidade, faz morada. A ladeira é o espaço público, mas também a casa de Fabiano, onde ele se relaciona com os moradores do local, transeuntes e comerciantes. A história de Fabiano demarca a vida na rua, tomando-a como um território existencial e construído por ele através de uma cartografia muito particular.

Em seguida será apresentado o caso de Edson, um jovem homem preto cuja vida desde muito cedo esteve atravessada por inúmeras perdas. A mais significativa delas foi a do seu irmão, com quem saía para rua, vendia doces nos transportes públicos, mantendo uma relação de amizade, afeto e companheirismo. Edson é um jovem que perdeu a perna após ter sofrido inúmeros atropelamentos na cidade e, cujo sonho principal de sua vida, afirma ele, era ser jogador de futebol.

Por fim, nos dedicaremos a discorrer sobre a história de Valmira, uma mulher que aparece na rua grávida e cuja obstinação em ocupar o espaço público da cidade a leva a construir sua própria casa na rua. Ao habitá-la, acena também a possibilidade de poder acompanhá-la, escutá-la onde ela faz morada, criando formas de estar no território tal como ela o apreende. Na rua, dentro da casa em que construiu, era possível escutar o que ela dizia de si, da sua vida e do seu cotidiano, dando ênfase à necessária presença da psicanálise no mundo, dada a sua condição de olhar para a singularidade de cada palavra. Valmira se coloca como um sujeito exercendo o direito de ocupar a cidade e fazer do espaço público a sua casa,

colocando nela móveis e esquadrinhando os espaços entre a sala, o quarto, a cozinha com objetos doados e achados por ela através das caminhadas que fazia pelo território. Valmira constrói no asfalto um lar.

Ao pensar as estratégias possíveis para as intervenções psicanalíticas que acontecem no âmbito sociopolítico, Rosa (2018) destaca como é possível analisar um caso através dessa perspectiva. Nesse sentido, ela informa que é preciso demarcar a diferença entre os enunciados e as enunciações que estão presentes na cena social fundamentadas na organização psíquica.

Através do que se afirma acima, Rosa (2018) argumenta também que marcar o imaginário contido nos grupos sociais a respeito dos lugares pré-fixados e preponderantemente preconceituosos em relação aos sujeitos — a exemplo da categoria de bandido, do doente, do louco, ou até mesmo do morador de rua — faz-se necessário quando se empreende uma escuta com orientação psicanalítica dentro do campo sociopolítica, dado que aí a psicanálise está implicada com os fenômenos advindos deste campo. Por conseguinte, é preciso destacar uma ideia de organização social pautada em um discurso neoliberal e incluir na escuta do sujeito àquilo que não é dito por ele, posto que a escuta de sujeitos atravessados por questões do âmbito sociopolítico inclui perceber a força de determinação dos enunciados sociais que revelam o sofrimento ligado a estas questões.

Realizadas tais considerações sigamos então na apresentação da história de cada sujeito, cujo reconhecimento das suas existências foi o mote do trabalho e condição de possibilidade para que eles pudessem falar de si, compartilhando com outros suas experiências, afetações, sofrimentos e formas de estar no mundo, ocupar a cidade e existir na rua.

6.1. A rua como espaço de morada: Fabiano e a ladeira

Ao adentrar no território, em uma das caminhadas realizadas em uma ladeira de Salvador, inserida entre os campos em que o *Corra* está presente, encontrei pela primeira vez Fabiano. Fabiano é um homem de 47 anos de idade, nascido em um município localizado no Estado da Paraíba, mas que atualmente vive na cidade de Salvador. Ele caminha pelas ruas e, no seu lugar de dormida no território, na relação que estabelece com ele, com as pessoas que o habitam, delineia o que é o estar na rua, compreendendo-a como a sua casa, mas, demarca também, o que é experimentar os efeitos da segregação nas vezes em que precisou acessar alguma instituição do Estado.

No primeiro contato com Fabiano, ele, muito sorridente quando lhe oferto uma água, diz: “você é bonita e educada”. Agradeço o elogio e pergunto qual o nome dele. Falo sobre o programa no qual atuo como psicóloga, digo a frequência com que estaremos na rua e informo que, caso ele queira resolver alguma questão relacionada à saúde, assistência e documentação, poderia conversar comigo ou com algum outro colega da equipe. Ou mesmo, só falar, falar de si, das suas histórias, do que sente, quando ele assim quisesse e fosse possível.

Fabiano fica próximo à sede do Programa Corra pro Abraço, na ladeira onde vive, sentado em um colchão, com alguns objetos que os transeuntes e moradores da comunidade doam para ele, e com uma garrafa de bebida alcoólica na mão. Ele também é acompanhado por uma equipe de consultório na rua. Em um dos atendimentos feitos por essa equipe, a médica receitou um remédio para um problema de saúde que ele apresentava à época, a pelagra.[12] Em uma das visitas que realizei, perguntei a ele como foi poder receber a visita de outras pessoas e o que ele achava do remédio, o mesmo então me olha, dá risada, e diz: “para que remédio, se eu já tenho esse?” (sic.), apontando em seguida para a garrafa de álcool que bebe diariamente.

O uso problemático de substância psicoativa por de Fabiano já acontece há muito tempo e parece ocupar um espaço na sua dinâmica subjetiva como aquilo que apazigua a sua dor e, como ele mesmo refere, é o seu remédio. Em uma das conversas com Fabiano ele diz que começou a beber quando ainda era criança, “tomando umas cachaças” (sic.) ao ver sua mãe bebendo. Relata que desde criança ele via a mãe beber e também enrolar fumo de corda[13], dizia que prestava atenção nela e que, algumas vezes, chegou a fumar também, mas escondido dela.

As conversas com Fabiano ao longo de quase três anos de acompanhamento quase sempre aconteciam no meio da Ladeira onde eu e mais alguns profissionais, principalmente estagiárias e residentes da área de psicologia, sentávamos e o escutávamos. Porém, muitas vezes ele dizia que não queria conversar, pois estava tomando o seu remédio.

Há quase três anos são realizadas visitas frequentes a ele e vários manejos no âmbito do cuidado e acompanhamento itinerante em serviços e instituições do Estado foram propostas ao mesmo, seja para retirada de documentação — pois ele não tinha nem mesmo a

---

[12] Pelagra: é uma doença rara causada pela deficiência de vitamina B3, também conhecida como niacina no organismo, o que pode provocar alterações na pele, diarreia e alterações neurológicas, como dor de cabeça, confusão mental e perda de memória, por exemplo.

[13]Fumo de corda: é um tipo de fumo torcido e enrolado, normalmente utilizado para confeccionar cigarros de palha, mas também consumido mascando-se pequenos pedaços.

certidão de nascimento logo quando o conhecemos — ou para um cuidado em saúde, posto que vez ou outra ele falava de dores que sentia no corpo, emagrecimento, bem como mostrava alguma ferida ou machucado na pele. Porém, muitas tentativas de querer acompanhá-lo não foram adiante, pois em muitos momentos ele se negava e nos dizia: “meu remédio cura tudo”.

A partir das ofertas de escutas e acompanhamentos, fomos tentando refletir qual a direção do tratamento, ou melhor, quais os manejos possíveis no caso de Fabiano dentro de um campo onde a precariedade e o desamparo são imensos, para ofertar-lhe não apenas presença para uma ida ao médico, como também presença em poder escutá-lo. Nesse sentido, a presença mais constante de outras figuras que faziam parte da equipe multiprofissional como estagiárias de psicologia e residentes, começou a acenar como uma via possível de promover cuidado e, mais do que isso, promover atos de reconhecimento. A partir desse movimento, criaram-se condições para o fortalecimento do vínculo com Fabiano e criações mais frequentes de “espaços” para que ele pudesse falar daquilo que desejasse. Começamos a entender — e aqui coloco o verbo no plural — que o acompanhamento do sujeito também estava sendo realizado de acordo com uma perspectiva clínica feita por vários, dado que o dispositivo de cuidado instalado em território, convoca a uma reinvenção constante do próprio fazer clínico.

Seguindo o caminho de uma clínica feita por vários, em alguns momentos, quando eu parava na Ladeira e me sentava ao lado dele, perguntando se ele gostaria de conversar um pouco, Fabiano conseguia falar da sua vida e esboçava, por um instante ou outro, aquilo que ele queria ainda realizar: o desejo de retornar à sua cidade natal, na Paraíba. As suas falas estavam sempre acompanhadas por brincadeiras, com um tom às vezes mortificado e às vezes sem perspectiva nenhuma, cuja presença permanente era a de uma garrafa de bebida alcoólica.

Em um dos momentos em que foi possível conversar com ele, contou que havia sido casado e tinha três filhos, inúmeros irmãos e que sua mãe faleceu há muitos anos. Relata o quanto isso o marcou e que, portanto, saiu de seu Estado de origem e veio para Salvador onde aqui, como um andarilho, caminhou por vários bairros da cidade. Caminhando como um andarilho, Fabiano chegou ao centro da cidade de Salvador e, em uma Ladeira e também ao redor dela, vivenciou algumas outras situações que podemos caracterizar como práticas segregativas. Apesar de, contrastantemente, ter conseguido também vincular-se aos moradores, comerciantes locais e profissionais de outros serviços que, de alguma forma, também passam pela Ladeira onde ele fica.

É preciso demarcar que, se ao mesmo tempo em que Fabiano é acolhido pela comunidade ao redor — moradores, comerciantes e transeuntes —, também existe uma demarcação importante efetuada por todos da localidade de que ele não pode ultrapassar certos “limites”. Nessa perspectiva, em uma ocasião, Fabiano foi internado em um Hospital de Salvador após um morador jogar ácido em seu pé. Ele ficou quase um mês internado e logo depois foi encaminhado, através da abordagem social, órgão da prefeitura da cidade, para uma unidade de acolhimento religiosa localizada em um bairro muito distante da Ladeira onde ele morava.

Após algum tempo na citada unidade, Fabiano retornou à Ladeira, sozinho. Quando questiono: “E como você voltou?” o mesmo informa: “Vim caminhando”. Pela caminhada, Fabiano retorna ao mesmo lugar onde eu o conheci e, em uma clínica feita com vários, ou seja, em um movimento que permite que a escuta circule entre muitos profissionais, foi possível fazermos visitas periódicas a ele, na tentativa de dar continuidade a um trabalho de escuta e cuidado realizado em condições muito diversas daquelas encontradas no *setting* tradicional.

Durante visitas feitas a Fabiano na instituição religiosa, ele sempre falava do quanto sentia saudade do centro, das pessoas, e de “tomar o seu remédio”, fazendo um gesto com a mão como se fosse beber. Dizia que estava triste, pois não sabia se ficaria ali por muito tempo. A escuta que realizava era sempre ao lado de outra profissional, uma enfermeira do Consultório na Rua que sempre pontuava para ele, todas as vezes que o visitava, que o mesmo deveria permanecer por mais tempo na unidade, pois ainda estava se recuperando da cirurgia.

Dada a condição possível de acompanhamento e escuta de sujeitos que vivem em contexto de rua, somos o tempo todo convocados para realizar aquilo que se configura como um “bem” para os sujeitos, mediante as situações de miséria e exclusão social que atravessam de forma contundente a vida dos mesmos, como era o caso de Fabiano. No entanto, é um trabalho que nos convoca a refletir permanentemente sobre onde, entre a ética do bem dizer e àquilo que achamos muitas vezes ser o melhor para o sujeito, nos situamos, intervimos e qual o direcionamento em cada caso por nós acompanhado. Portanto, manter presente a perspectiva psicanalítica possibilita não perder de vista a singularidade de cada caso e o que diz este sujeito sobre seu próprio sofrimento e desejo.

Assim, pontua-se que a escuta de Fabiano era guiada sempre pelo tempo que ele desejava falar, uma escuta atravessada pelo barulho dos carros, pelo vai e vem de pessoas na rua, bem como de outras possíveis interferências. Contudo, a aposta de manter-se presente

diante de um sujeito que nos dirige a palavra, um sujeito que está em condições muito precárias e vulneráveis de vida, pode gerar um ato de reconhecimento da existência desse mesmo sujeito, bem como criar condições para fazer advir ali uma posição desejante no mundo, mesmo diante das inúmeras claudicações frente ao desamparo que o campo sociopolítico apresenta.

Reconhecer o outro no lugar de sujeito de desejo pode abrir espaço para que esse outro encontre alguém com quem possa falar, seja do seu sofrimento, de uma história que viu acontecer na rua, de outra pessoa, ou mesmo para dizer de um "remédio" que não pode deixar de tomar, pois talvez somente isso o faça esquecer-se das suas dores e mazelas, afirmando-se, no caso aqui em questão que, esquecer é mais fácil do que poder elaborar.

Em uma clínica em que a escuta acontece na rua, feita por vários, Fabiano pôde contar um pouco da sua trajetória de vida e dizer por qual, ou, quais motivos chegou à Bahia. Ao falar sobre a sua trajetória, ele diz que na Paraíba cometeu muitos crimes, cometeu quatro homicídios e que, por esse motivo, saiu de lá e veio para Salvador. Relata, contudo, em outro momento, que a mãe faleceu quando ele ainda era um menino e, ao falar sobre ela, diz: "Eu gostava muito da minha mãe".

O dizer de Fabiano sobre a sua vida, o motivo que o fez chegar a Salvador, o uso problemático que faz da substância psicoativa, entram como elementos da construção de uma narrativa, contudo o que se quer ver é como esse sujeito está localizado e os movimentos subjetivos que faz atualmente para dar conta daquilo que lhe faz sofrer. Pergunto-me então se ao não conseguir nomear seu sofrimento, estar sempre tomando o seu "remédio", recusando a um cuidado ofertado, mesmo em situações mais precárias de saúde, afirmando: "me deixe aqui", não estaria ele recuando de uma posição desejante na vida, recuando do seu desejo?

Seguindo então a narrativa de Fabiano, o mesmo fala que quando era pequeno gostava muito de comer, a mãe era uma excelente cozinheira, fazia feijão na panela de barro, tutu, mingau, fala do momento em que começou a fumar e diz: "Eu pegava era o fumo de minha mãe", referindo-se aos momentos em que conseguia pegar um cigarro escondido dela e fumava no quarto, para ninguém saber. Diz que na infância não gostava de tomar banho, mas era sempre sua mãe que obrigava ele a se limpar, pedindo sempre a ele e aos seus irmãos para comerem todos juntos. Ao falar sobre ela, Fabiano ganha uma tonalidade diferente na voz, se mostra mais empolgado na narrativa, consegue dizer da sua infância e o quanto ela foi importante na sua vida.

Com efeito, com o falecimento da mãe, Fabiano relata que tudo perdeu o sentido. Diz que parou de estudar e na adolescência foi para João Pessoa, onde conheceu sua primeira

esposa, com quem tem dois filhos. Porém, segundo relata, um dia, ao chegar em casa presenciou uma cena que o fez tomar uma atitude que não gostaria: matar alguém. Diz que a esposa estava deitada com outro homem na sua cama e que diante da cena presenciada, acabou matando esse homem e foi embora de lá, deixando para trás uma história, um casamento, filhos, uma família e um emprego no qual ele trabalhava descarregando caminhão.

Ao chegar a Salvador, Fabiano relata que conheceu outra mulher com quem começou a se relacionar, fala que conseguiu um trabalho e se casou. Diz que teve um filho a quem nomeou com o mesmo nome com o qual ele havia nomeado o filho primogênito. Todavia, diz que não quis continuar casado, pois a esposa brigava demais. Diz que depois disso, saiu caminhando por vários bairros de Salvador até chegar a esta Ladeira, onde ele diz que se tornou o seu lugar de morada e a partir da qual foi conhecendo várias pessoas.

Quando conheci Fabiano, ele não tinha documentação, não fazia referência a nenhum familiar e dizia “não quero ver nenhum deles”. Contudo, aos poucos, fomos tentando construir com ele a possibilidade de retirar a documentação, iniciando pela certidão. Em breve seria o registro geral (RG) e outros documentos que assim ele desejasse retirar. Neste sentido, apostamos que, a partir da oferta de cuidado em território, pautado, sobretudo, na escuta do sujeito, poderia ser viável traçar com ele estratégias para acompanhá-lo em alguns serviços da rede que visa à retirada da documentação, cuidado à saúde e questões relativas à assistência social.

Entrementes, a cada nova oferta de acompanhamento a Fabiano para “resolver” a sua vida, o mesmo negava e não sustentava a ida com um dos profissionais envolvidos no seu cuidado. E se, em algum momento ele aceitava ser acompanhado, em outro se negava e dizia que não iria. Contudo, o que sempre conseguimos realizar, a partir da disposição que cada profissional da equipe tinha em relação ao acompanhamento do caso, era sentar na Ladeira ao lado dele, escutar suas histórias da Paraíba e, entre a tomada de um e outro gole do “remédio”, bem como elogios direcionados a quem o escutasse, ele dizia algo que, na nossa interpretação, marcava a sua posição de sujeito no mundo.

Entre subidas e descidas na Ladeira, Fabiano foi-nos “conduzindo” em relação à direção do seu tratamento na rua, de um cuidado que poderia ser ofertado no território onde ele fez de morada e que, no diálogo, inclusive com outros serviços da rede, tornou-se possível escutar a singularidade desse sujeito, bem como reconhecê-lo como sujeito de desejo.

Entre uma subida e outra, em um determinado dia foi possível perceber que Fabiano estava muito emagrecido, fraco, sem vontade de comer. Os moradores e comerciantes ao

redor relataram o quanto ele não estava bem, muito fragilizado, não se alimentava, nem tomava banho — ele tomava seus banhos em uma fonte localizada próxima ao local onde ele ficava. Ao perceber isso, pergunto a Fabiano como ele está e ele diz: “estou com uma dor aqui”, aponta para a barriga e volta a deitar. Pergunto então se ele não desejava ir a um médico e que eu poderia acompanhá-lo, oferta que ele recusa prontamente e diz que continuaria onde estava.

No outro dia, retorno para ver Fabiano e percebo que ele está mais abatido que no dia anterior e, novamente, ofereço o acompanhamento a um posto de saúde. Contudo, diante de uma nova recusa do mesmo, entro em contato com um profissional do consultório na rua para fazermos um atendimento conjunto no local onde ele estava, para que ele pudesse ter um atendimento médico em relação ao que ele estava sentindo.

O consultório na rua chegou à Ladeira onde Fabiano morava e, junto comigo, tentou conversar com ele, atendê-lo e entender o que ele estava sentido. A médica percebeu que ele precisava ser internado com urgência, pois apresentava sintomas importantes que poderiam ser referentes a um quadro extremamente agravado de tuberculose ou cirrose hepática. Contudo, mais uma vez, Fabiano negou qualquer tipo de encaminhamento ou mesmo acompanhamento para um serviço de saúde que pudesse atendê-lo e, mais especificamente, para um serviço de emergência. Porém, no dia seguinte, recebo a notícia, através de um morador do local, de que Fabiano havia sido levado para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), um serviço de emergência localizado em alguns bairros na cidade de Salvador.

Diante de tantas negativas, mesmo sentindo uma dor muito grande, emagrecido, cuspindo sangue, Fabiano permaneceu deitado na Ladeira, debaixo de chuva, coberto apenas com um lençol e por cima do lençol, um plástico. Nesse ponto, questiono-me se não estaria Fabiano se deixando morrer? Atrelado a esse fato, rememoro todas as vezes que a ele foi ofertada a possibilidade de poder cuidar da sua saúde, retirar seus documentos, estar em uma unidade de acolhimento, sair da rua, deixar de habitar a Ladeira. Em todas as vezes ele negou, sendo cuidado apenas quando foi levado contra a vontade pelos moradores locais, ou outro serviço da rede de assistência de Salvador. O que, nesses atos de negação, esse sujeito queria dizer? O que conseguimos escutar dele e de um movimento subjetivo que parecia indicar certa demissão, ou mesmo tomado a decisão, inconsciente, de ceder do seu desejo, o que o colocaria — cheguemos a uma hipótese diagnóstica — na vivência de um estado depressivo?

Continuemos a narrativa sobre a saída de Fabiano da Ladeira. Passado dois dias da notícia do internamento, entrei em contato com a UPA em que supostamente ele havia sido

internado e conversei com a assistente social para entender como foi feita a entrada de Fabiano no serviço, bem como possibilidades de visitá-lo e assim, transpor o atendimento que era realizado na Ladeira para um leito de uma unidade de emergência, se fosse o caso. Todavia, ao conversar com a assistente social, tenho uma surpresa, pois a mesma informa-me que Fabiano estava sentado no chão em frente UPA e não havia sido atendido. Pergunto por qual motivo o atendimento não havia sido realizado e a mesma responde que ele não havia aceitado nenhuma intervenção médica, nem mesmo a realização de exames. Diante da resposta da assistente social e sem entender muito bem o que de fato havia ocorrido quando Fabiano deu entrada na UPA via Serviço de Atendimento de Urgência (SAMU), informei à profissional que iria até lá para poder escutá-lo e compreender o que havia acontecido.

Ao chegar à UPA, encontrei Fabiano sentado em frente ao serviço, com um quadro de dor ainda mais intensa do que àquela que ele apresentava da última vez que o havia encontrado na Ladeira. Pergunto como ele estava se sentindo e por qual motivo ele ainda estava ali, ele então me diz: “não vou entrar aí”. Pergunto por qual razão ele não entraria para conversar com o médico, e ele fala: “Não quero tomar injeção”. Mediante as falas de Fabiano, perguntei à assistente social se não poderia ser feito um atendimento do lado de fora da UPA, entretanto, a referida profissional informa que não seria possível, pois o médico só poderia atendê-lo dentro do serviço.

Ao conversar com a assistente social digo para ela que seria interessante, no caso de Fabiano, a tentativa de vinculação do serviço com ele, em que pese os regulamentos e normas de funcionamento de um serviço de emergência. Contudo, uma nova negativa do serviço social acontece, não só deste serviço como também de outros profissionais que já sabiam da situação dele, a exemplo de enfermeiros e médicos que não o atenderam e afirmaram que não o atenderiam pelo fato dele não querer entrar na unidade. E, mesmo ele estando sentado em frente à instituição, nenhum movimento foi realizado pelos profissionais para prestar cuidado a esse sujeito, cuja dor intensa agravava-se a cada momento.

No dia seguinte, retornei à UPA, agora também com uma equipe de consultório na rua, e diante de tantas recusas, começo a escutar Fabiano em relação à sua negativa de ser cuidado por outrem, bem como seus receios e medos no tocante ao cuidado com a própria saúde dentro de uma instituição que se destina a realizar a esta função. Nesse entremeio, Fabiano diz que não gosta de hospital, não gosta de sentir dor e que ficou muito tempo internado sozinho. Tentei então “pactuar” com Fabiano e firmar com ele um compromisso de que, assim como eu estava me dirigindo até o local onde ele se encontrava para escutá-lo, tal como eu fazia quando ele estava na Ladeira, eu também iria para Hospital encontrá-lo, para

que ele pudesse falar da Paraíba, da sua mãe, das suas brincadeiras de infância e contar as suas histórias no que tange toda uma trajetória de vida.

Em paralelo ao que propus a Fabiano, a equipe de consultório na rua — mais especificamente a médica dessa equipe — ficou próxima a mim, realizando uma escuta atenta e acolhedora do mesmo, afirmando não apenas a necessidade de internação diante do quadro de saúde agravado que ele apresentava, como também da presença que todos manteríamos junto a ele, nos dias de visita no hospital.

Assim, após uma semana de escuta, intervenções e negativas do serviço de emergência para atendê-lo, mas, sobretudo, de cuidar dele a partir da sua singularidade, chegando até mesmo a propor que ele tomasse um banho antes que pudesse passar por um novo acolhimento neste serviço, a médica do consultório na rua, junto comigo, acompanhou Fabiano a outra UPA onde ele foi atendido com respeito, com a devida dignidade de acesso do direito à saúde, direito inalienável e garantido em constituição.

Na última UPA para a qual ele foi conseguiu receber atendimento, acolhimento e cuidado. Permaneceu internado durante quase duas semanas, período em que foi possível revezar visitas para Fabiano com os profissionais do consultório na rua, bem como com outros profissionais da equipe multiprofissional do Programa Corra pro Abraço. Após a saída da UPA, ele foi transferido para uma unidade de acolhimento onde continuou o acompanhamento de saúde, agora somente com o consultório na rua e comigo. Criamos então estratégias de acompanhamento para poder acompanhá-lo, revezando-nos para poder visitá-lo toda semana, abrindo condições de possibilidade para escutá-lo e ouvi-lo falar de si, da saudade que sentia da Paraíba, de como ele se referia à Ladeira e de que um dia poderia voltar pra lá.

Diante do que se apresenta do caso, é possível afirmar que Fabiano sofreu com todas as questões relativas às tentativas de atendimento em um serviço de saúde. Nesse caso, foi possível presenciar também algumas práticas de segregação que ocorrem quando o sujeito que vive em contexto de rua tenta acessar as políticas públicas. A discussão em torno da questão da saúde remete-nos sobre como eles conseguem acessar os serviços que correspondem às políticas de saúde e o cuidado que a esses sujeitos é ofertado quando os mesmos tentam adentrar as instituições que devem fazer funcionar a política pública tal como está prevista.

Mediante as pontuações firmadas, cabe um retorno à história de Fabiano, quando ele, encaminhado a um serviço de emergência da rede, ficou durante uma semana sem atendimento, fazendo morada em frente a um serviço de saúde. A profissional que trabalhava

no serviço de emergência, afirmou muito categoricamente que como ele não aceitou atendimento no dia em que deu entrada na instituição, então não foi possível nenhum outro tipo de intervenção, a exemplo da tentativa de vinculação com o mesmo, a não ser as que poderiam ser feitas dentro do ambiente institucional, com a tomada de medicamentos por parte de Fabiano. Firmada a negativa do sujeito em realizar os procedimentos médicos propostos, ainda que ele estivesse durante uma semana, sentado em frente ao serviço, com muitas dores, nenhum outro tipo de intervenção foi realizada, principalmente intervenções que passam pela via da construção do vínculo.

Com efeito, ao estar com Fabiano em frente à UPA foi possível escutá-lo, escutar o que ele dizia sobre não querer estar ali, de querer retornar ao seu lar, na Ladeira onde fez morada durante anos e onde todos o conheciam e ajudavam. Pude "escutar", outrossim, a imensa dor física sentida por ele, e, entre um gemido e outro, o mesmo pode dizer que tinha medo de tomar injeção e que já havia ficado internado durante muito tempo em outro hospital, dizia ele: "tenho medo de sentir dor". Ali foi possível garantir um dizer do sujeito e, junto com ele, afirmar novas possibilidades de construção de um cuidado que passasse pela contínua presença do outro que o escutava, durante o seu processo de internamento, caso isto viesse a acontecer. Essa presença foi pactuada com o mesmo, em dias e horários possíveis para ambos e, junto com outros profissionais, de outros serviços, tornou-se viável pensar uma oferta de cuidado a Fabiano articulado em rede.

Pensar um cuidado articulado em rede convoca a todo profissional envolvido nessa articulação a lançar mão de estratégias possíveis de acesso a serviços e/ou instituições de saúde. Tomando ainda como exemplo a trajetória desse sujeito, é possível afirmar que o acompanhamento em um CAPS seria necessário, posto que o mesmo fazia um uso extremamente problemático do álcool, tendo efeitos importantes sobre a sua vida e a forma como podia organizar-se melhor diante do próprio uso da substância.

É necessário estarmos advertidos de que a função que a substância psicoativa ocupa na vida deste sujeito precisa ser compreendida ao longo tempo, na medida em que, a ele também seja oferecido um espaço de escuta. Todavia, o que se afirma aqui é que não somente um dispositivo de cuidado territorial seja necessário ao mesmo, mas também um acompanhamento em um centro de atenção psicossocial no qual ele possa ter garantido seu direito de atendimento neste espaço. Por conseguinte, reafirma-se mais uma vez a importância de um cuidado que se faz em rede e onde a escuta do sujeito é "dividida" entre aqueles que estão dispostos a ouvir. É uma clínica compartilhada, em que o desejo do sujeito deve ser posta como centralidade na condução do acompanhamento.

Ainda sobre a situação atual de Fabiano, é possível informar que o mesmo continua abrigado. Contudo, nesse abrigo, ele diz: “tenho gostado daqui, a comida é uma delícia e o pessoal me trata bem”. Continuamos visitando-o permanentemente, tentando pensar sua vinculação ao CAPS e o incluindo na possibilidade ou não de fazer seu tratamento nesse serviço. Além disso, os profissionais do consultório na rua permanecem fazendo visitas regulares a ele e, entre uma visita e outra, ele nos conta as suas histórias, reafirmando a sua condição de sujeito.

É necessário destacar ainda que estamos advertidos de que não é possível pensar um acompanhamento a Fabiano apenas do ponto de vista de negação de acesso a um direito fundamental que é a saúde. Contudo, acompanhar sujeitos que vivem em contexto de rua nos convoca continuamente a fazer um movimento duplo para tornar possível o trabalho, ou seja, reconhecê-los não só enquanto sujeitos de desejo, como também enquanto cidadãos de direito. Por outro lado, é preciso pôr em questão não só o que foi negado de acesso a um serviço para Fabiano, mas também o que ele negou para si. Não estaria ele se abandonando? Fabiano fala do medo de tomar injeção, de ficar sozinho no hospital, mas, no entanto, algo ainda o mantém conectado com o correr da vida, haveria aí uma ambivalência, ou seja: desejo de viver e deixar-se morrer?

Há, portanto, um duplo, ou seja, dois pontos por onde meu trabalho enquanto psicóloga acontece, orientada que estou pela escuta psicanalítica e imersa na perspectiva de um acompanhamento que acontece no âmbito do cuidado em território, com sujeitos que vivem em contexto de rua. Há que se reconhecer que há um cidadão, aquele que deve ter acesso aos seus direitos fundamentais, que pela constituição é garantido, mas também há um sujeito que ocupa e ou pode vir a ocupar uma posição desejante na vida. Neste sentido, será através dessa posição que ele se move, a partir dela o sujeito pode enunciar algo sobre si e o que deseja, e assim, entendendo a posição subjetiva que o sujeito ocupa no mundo, é que devemos, portanto, orientar o trabalho que acontece no contexto de rua. Dito isto, sigamos então para a apresentação do caso de Edson.

6.1 Um “morto-vivo” se arrasta pelas ruas: O caso Edson.

Edson é um homem preto, pobre, usuário de substâncias psicoativas (crack e álcool), cuja família vive em situação de extrema vulnerabilidade social e que circula pelas ruas de Salvador, fazendo delas, também, o seu lugar de morada. Esse homem teve seu direito à saúde, garantido em Constituição datada do ano de 1988, muitas vezes negado, visto que toda

a sua trajetória de cuidado e de vida foram marcadas por práticas de segregação, e, arrisca-se a dizer aqui, necropolíticas.

Edson é um rapaz que tem 26 anos que reside com a mãe, o padrasto e os dois irmãos em um bairro de Salvador, quando não está na rua. Quando ainda era criança morou com a mãe, o irmão, o pai e a avó paterna até os 13 anos de idade, depois de um tempo, a mãe de Edson saiu de casa por conta dos maus-tratos que ela sofria da sogra, deixando os dois filhos sob o cuidado da mesma.

A avó de Edson, por sua vez, agredia cotidianamente os netos chegando até mesmo a amarrá-los em uma corrente e, por conta disto, Edson e o irmão fugiam de casa, ainda crianças, e vendiam balas na rua. Depois de algum tempo, o irmão dele começou a fazer uso de substância psicoativa (crack) e, em seguida, Edson também iniciou o uso de substância, principalmente o álcool. Doravante, após alguns anos, a mãe de Edson se casou novamente e os filhos foram viver com ela e o padrasto em um bairro na cidade de Salvador. Contudo, o irmão de Edson foi assassinado e esse fato acabou ocupando uma centralidade importante na organização psíquica, social, e familiar na vida dele.

A partir da morte do irmão, Edson entrou em um estado de sofrimento intenso e passou a intensificar o uso de substâncias psicoativas, principalmente o álcool, que o leva, outrossim, a estar mais tempo em contexto de rua. Nesse período, ele sofreu o primeiro acidente, há quase oito anos, onde ele acabou fraturando o osso da perna e adquiriu uma ferida crônica no pé esquerdo. Esta ferida precisava ser cuidada de maneira intensiva e o curativo deveria ser feito de dois em dois dias, contudo, devido ao fato dele ficar constantemente na rua, em condições muito precárias e em uso intenso de álcool, o mesmo não se deslocava para postos de saúde, ou mesmo tinha os cuidados adequados de familiares. Fazia o curativo quando era possível. No momento em que ele procurou um antigo serviço que funcionava em Salvador, o Ponto de Cidadania, que passei a conhecê-lo e escutá-lo com mais frequência.

O Ponto de Cidadania era um dispositivo de cuidado situado no meio da rua a partir de um contêiner que ofertava banho, café, possibilidades de cuidado e escuta aos sujeitos que na rua viviam. Esse serviço logo depois se transformou na Unidade de Apoio na Rua (UAR), unidade vinculada ao Programa Corra pro Abraço. O Ponto de Cidadania contava com a presença de uma enfermeira, o que facilitava muitas vezes os cuidados de assistidos que não se deslocavam até as unidades de saúde, sendo este, o caso de Edson. Assim, ainda trabalhando no dispositivo do Ponto de Cidadania, conheci este sujeito que chegou ao serviço bastante sujo, choroso, com a ferida ainda muito aberta, solicitando ajuda, um copo de café,

algo para comer, e tomar um banho, que era possível de ser ofertado, dado que o dispositivo assim possibilitava.

Comecei a conversar com ele, que me dizia da necessidade de tomar um banho e de fazer um curativo no pé. Durante a conversa, perguntei sobre como ele havia adquirido a ferida no pé, bem como há quanto tempo ele não conseguia realizar um curativo. Como respostas às minhas perguntas, Edson informou que havia sido atropelado por um ônibus, ao falar, demonstrava bastante confusão, pois ainda estava sob efeito do uso de álcool, que ele fazia de maneira muito intensa. Mantive-me presente, tentando escutar aquilo que ele conseguia dizer, ao tempo em que a enfermeira da equipe chegou e fez o curativo no pé dele, logo depois ele tomou um banho, um copo de café e foi embora.

Após esse primeiro encontro, Edson retornava esporadicamente ao contêiner, sempre bastante nervoso e, muitas vezes, sob efeito do uso intenso de álcool, mas solicitava sempre café, banho e a feitura do curativo. Entre o café, o banho, e o curativo me colocava ao lado dele tentando construir algum vínculo possível, bem como para oferecer escuta. Todavia, Edson continuava vivendo em uma situação de extrema vulnerabilidade social, vindo a sofrer um segundo atropelamento. Por conta disso, foi internado em um Hospital onde realizou uma nova cirurgia, e, dessa vez, o braço dele foi afetado. Em decorrência, Edson sofreu uma sequela neurológica importante e ficou com o antebraço direito paralisado. Por conseguinte, após a saída do hospital, ele retornou para a casa da mãe, onde aí ficou por alguns meses.

É no momento em que Edson sofre o segundo atropelamento que consigo realizar uma primeira visita à casa do mesmo, quando a enfermeira do Ponto de Cidadania — nesse momento, serviço que já não funcionava mais — entrou em contato comigo, pois eu já estava trabalhando no Programa Corra pro Abraço, e informa que Edson havia sofrido um segundo acidente e que a mãe dele havia entrado em contato com ela para solicitar acompanhamento de saúde para o filho. Nesse sentido, como a enfermeira já não mais trabalhava com pessoas que viviam em contexto de rua, a mesma me solicita dar continuidade ao acompanhamento de Edson pelo “Corra” e uma primeira visita a ele foi realizada.

Quando Edson sofreu o segundo acidente, foi o período em que ele ficou mais tempo na casa da mãe, o que tornou possível um acompanhamento mais prolongado do mesmo e, estar mais presente para, nesse acompanhamento, pensar possibilidades de intervenções psicanalíticas clínico-políticas, intervenções que caracterizam, sobremaneira, a forma como foi possível realizar atendimento, escuta a este sujeito. Ao falar sobre possibilidades de intervenção e presença da psicanálise nesses espaços, Rosa (2018) vai demarcar que a

psicanálise em intenção, stricto sensu, encontrará limites de atuação, dado que outros elementos estão postos neste âmbito. Dirá Rosa (2018):

> Os dispositivos clínicos stricto sensu encontram seus limites nesses contextos, nos quais se pode constituir uma experiência, até mesmo analítica. A experiência incide no plano discursivo e na historicização dos laços sociais em dados grupos sociais. Só então pode ser possível desidentificar o acontecimento, para que trace um futuro para todos e se torne um emblema cultural. O trabalho analítico nesta direção é baseado na escuta clínica, mas ocorre na diversidade das intervenções institucionais, na articulação em redes de assistência ou comunitárias e na plubicização dos acontecimentos e conflitos nas instituições e na vida social. Põe à prova o desejo do analista e seus ideais de análise baseados nas estratégias convencionais, o que pode ser fundamental na formação de um analista. (ROSA, 2018, p. 195).

Diante do que aponta Rosa (2018) sobre as invenções e reinvenções de um fazer que se dá essencialmente pela via da escuta, em contextos em que o campo social e a forma como o sujeito se apresenta nele são extremamente precários, fui acossada a pensar possibilidades de intervenção, estratégias de cuidado e maneiras de tornar reconhecível um sujeito e a sua dor, mediante todo desamparo social e discursivo no qual ele se encontrava, mas, principalmente, fui tentando pensar como sempre manter presente a primazia da escuta do sujeito diante das mais diversas situações.

O acompanhamento de Edson se deu então nas mais diversas situações e formas, neste ínterim, também a articulação de rede foi um fio condutor deste acompanhamento. Assim, pensar um cuidado que se faz em rede é uma via possível de garantir não apenas assistência a um sujeito, como também espaços nos quais ele possa inserir-se e ter ali garantias de, caso assim o quisesse, cuidar de si. Em um movimento de trabalhar com outros profissionais, trazendo a perspectiva de uma clínica que acontece com várias pessoas, outros sujeitos da equipe multiprofissional juntaram-se no acompanhamento do caso e começamos a pensar também na articulação com os serviços do território onde Edson morava, serviços como a Unidade de Saúde da Família (USF) da região e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II).

Ao longo do tempo fomos tentando fazer visitas periódicas a ele na casa da mãe. Durante as visitas, Edson dizia que queria ajudá-la de alguma forma e que não tinha um bom relacionamento com o pai. Falava sempre do irmão e do quanto gostava de jogar futebol, quando ainda não tinha sofrido os atropelamentos. Além disso, sempre que podia dizia que

tentava entrar em contato com Marcela, uma moça que ele havia conhecido em uma das suas andanças na rua e por quem, segundo ele informava, havia se apaixonado.

Do ponto de vista dos benefícios socioassistenciais, Edson não recebia nenhum benefício do governo, apenas a sua mãe que recebia o bolsa família[14] cujo valor era muito pouco para sustentar todos que moravam na residência. Na casa da mãe, moravam o padrasto dele, o irmão mais novo de 14 anos e o filho de seu padrasto. Ao lado da casa da mãe tinha um cômodo bem pequeno, com pouca luz e bastante insalubre que continha uma cama. Neste cômodo, a mãe alojava Edson e dizia que não podia colocá-lo na casa, junto com os outros, pois o padrasto não queria.

Em relação ao CAPS, não foi realizada a matrícula, pois a avaliação da equipe de acolhimento chegou à conclusão de que a questão central de sofrimento psíquico do sujeito era decorrente do uso abusivo de substâncias psicoativas, fato que se opõe à hipótese diagnóstica feita pela equipe do Programa *Corra pro Abraço*. A recusa do serviço em matriculá-lo teve efeito desorganizador sobre Edson, culminando em mais uma saída do assistido para a rua, onde ele se colocava em situação de extrema vulnerabilidade física, psíquica e social.

Entrementes, a equipe articulou mais uma vez o acompanhamento de Edson no CAPS II, onde o caso dele foi novamente discutido com a coordenadora da respectiva instituição, com o apoiador institucional do Distrito, correlato ao território onde o referido serviço se encontrava, bem como com a equipe do Programa Corra pro Abraço. Nessa discussão, foi pactuado entre os profissionais do serviço que seria realizada uma visita domiciliar de um técnico do CAPS II à residência de Edson para fazer uma nova escuta e, posteriormente, uma possível realização da matrícula do mesmo nesta instituição. Pacto que não foi cumprido mais uma vez e que deixou Edson bastante chateado, e que, outra vez, precipitou a sua ida para a rua.

Ao longo do tempo de acompanhamento, fomos percebendo que a cada novo fato que não acontecia como Edson havia imaginado, a sensação de frustração e o que ele fazia em torno daquilo que despontava como sofrimento, angústia, era sempre lidado através de uma atuação. Edson saia para a rua e, na rua, bebia muito, colocando-se em situações extremamente precárias de existência, totalmente vulnerável e em risco, ficando sem comer, sem tomar banho durante dias e sempre sob efeito do álcool.

---

[14] O Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.839/04, é um programa de transferência de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país.

Nos momentos destacados acima, ao o encontrarmos na rua, percebíamos o quanto ele se deixava “morrer”, contudo, percebíamos também que em muitas dessas precipitações para a rua estavam postas uma negação de conseguir acessar algum serviço do Estado, principalmente os de saúde e, até mesmo, conseguir acessar algum benefício socioassistencial. Contudo, cabem as perguntas: Onde aí ele se deixava morrer e onde também o campo social e político, no qual ele estava imerso, não o precipitava para a morte? Que valor a vida de Edson tinha? E essa vida poderia ser considerada vida, dada às imensas condições precárias vividas pelo sujeito? Caso Edson morresse em muitos dos atropelamentos sofridos por ele, quem poderia chorar pela sua morte? A vida de Edson era passível de luto?

Sigamos na narrativa da história de vida de Edson, posto que, no decorrer do acompanhamento, a mãe dele ficou grávida e este é um fato que também tem efeito bastante mobilizador na sua dinâmica psíquica. Nesse período, a mesma descobre que a gravidez é de risco e precisa ficar internada durante semanas no hospital. A mãe então é acompanhada pelo marido, ficando este cuidando da mesma quase que em tempo integral, por outro lado, Edson fica sozinho em casa, tendo o apoio de vizinhos e de seu irmão mais novo. Segundo relatos da mãe e do próprio Edson, nesse tempo, ele conseguia sair para vender balas nos ônibus, contudo, também fazia uso intenso do álcool, o que o deixava bastante vulnerável na rua.

Em uma dessas saídas, Edson foi atropelado pela terceira vez por um ônibus. A SAMU foi acionada e os pais do mesmo também foram avisados. Ele ficou internado por três semanas no Hospital. Após esse acidente, Edson retornou para casa com um imobilizador em toda extensão da perna esquerda, necessitando retornar ao hospital para fazer a revisão e a indicação de se dirigir ao posto de saúde ou unidade de saúde da Família para realização de curativos.

Com muita dificuldade o pai de Edson conseguiu conduzi-lo para retirada do imobilizador da perna. Entretanto, pela situação de extrema vulnerabilidade social da família e dificuldade de locomoção do mesmo, não foi possível acessar os serviços indicados. Diante desse quadro, ocorreu o agravamento do estado de saúde dele: a ferida no pé de Edson, que já existia antes da fratura do segundo atropelamento, foi infectada com miíase[15], o que deixou a situação dele ainda mais precária, exigindo um cuidado clínico intensivo, incluindo a troca constante dos curativos.

[15] A miíase é uma infecção de pele causada pela presença de larvas de moscas.

Doravante, devido à situação de vulnerabilidade socioeconômica e dificuldade motora de locomoção de Edson, foi solicitada à USF uma visita domiciliar ao mesmo, a fim de que se fizessem os curativos de sua perna esquerda em casa. Uma equipe de Saúde da Família foi visitá-lo uma única vez, e informou que a casa onde ele morava era um "ambiente insalubre" para feitura dos curativos sem, contudo, propor uma forma alternativa de se fazer o cuidado.

É importante ressaltar que a saúde é um direito garantido em constituição, cujo princípio de universalização do acesso e do cuidado integral do sujeito que se encontra em estado de adoecimento é garantido por leis e portarias. Nesse sentido, a atenção domiciliar, por exemplo, é garantida por lei através da portaria de nº 825 de 10 de julho de 2016, portaria que redefine a atenção domiciliar no âmbito do SUS, e que propõe à obrigatoriedade do cuidado aos doentes acamados, fora do ambiente hospitalar, através de visitas domiciliares periódicas e constantes, devendo, portanto, garantir, em casos como os de Edson, a assistência à saúde.

Diante de tal quadro, da negativa do serviço de saúde responsável, Edson passou a ter seus curativos feitos por seu irmão mais novo, de apenas 14 anos de idade, com creolina e aroeira e, mesmo assim, com dificuldade para conseguir os insumos necessários para enfaixar o pé. Foi nesse contexto que a mãe de Edson informou a piora dos ferimentos da perna esquerda do seu filho e o medo que ele viesse a perder o referido membro do corpo. Após acionar a agente comunitária responsável pela localidade e os serviços de saúde do distrito que não se mostraram disponíveis para o cuidado do sujeito, a equipe do programa decidiu acompanhar Edson ao posto de saúde mais próximo. Para tal, foram necessárias quatro pessoas para conduzir o sujeito para o carro do programa, visto que a casa dele fica em uma rua com escadas que dificultam a locomoção de uma pessoa enferma.

O Posto de Saúde mais próximo da casa de Edson estava fechado, então o conduzimos à UPA a fim de que ele conseguisse realizar a troca de curativos de seu ferimento. Entretanto, ao chegarmos a UPA, fomos informados que ele não poderia ser atendido ali, pois havia apenas uma sala de curativos que seria infectada se trocassem o curativo dele e que ali não havia especialista em vascular, por estes motivos nos encaminharam a outra UPA onde finalmente Edson poderia fazer seu curativo.

É importante destacar que Edson teve alta da UPA, pois, segundo a avaliação médica, o cuidado da ferida crônica do pé precisava ser realizado ambulatorialmente, em postos de saúde no território onde o sujeito mora. Contudo, mediante toda a situação relatada aqui, de extrema vulnerabilidade social da família, bem como a dificuldade de locomoção de

Edson, faz-se imperativo que o cuidado do sujeito, principalmente a realização dos curativos da ferida na perna do mesmo, fosse realizado em casa por uma equipe de saúde.

Após a alta de Edson da UPA, mais uma vez dialogamos com a unidade de saúde, na tentativa de implicar a respectiva unidade no cuidado, propondo aos técnicos que pudessem realizar, tal como estava em prescrição médica no relatório de alta, o curativo do sujeito pelo menos duas vezes na semana. Após algumas discussões sobre o caso, juntamente com o apoiador institucional do Distrito Sanitário, foi pactuado que um técnico de enfermagem, a agente comunitária de saúde e uma enfermeira realizassem os curativos de Edson em casa. Assim foi feito.

Após um período de realização do que havia sido pactuado com a unidade de saúde, os ferimentos, no entanto, se agravaram e, mais uma vez, ocorreu uma infecção nas feridas. Nesse momento, os técnicos da unidade sugeriram o encaminhamento do mesmo para o hospital para que o cuidado de Edson fosse realizado de maneira mais intensa. Por conseguinte, Edson foi internado, permaneceu algumas semanas no hospital, a infecção foi contida e ele teve alta hospitalar com prescrição médica de que o curativo seja feito pelo menos três vezes na semana de forma ambulatorial. Diante do exposto, foi realizada também uma articulação com a equipe da abordagem social para o acompanhamento do assistido até o hospital e sua respectiva internação, juntamente com a presença de um familiar, no caso, sua mãe, mas principalmente com Edson, informando-lhe e conversando com ele sobre qual era o desejo dele, o que de fato ele gostaria que fosse feito diante de tudo que se apresentava.

Assim, mediante prescrição médica, mais uma vez acionamos a unidade de saúde da família no sentido de restaurar a feitura dos curativos do sujeito duas ou três vezes na semana, já que ele tinha imensa dificuldade de locomoção, bem como vivia em condições de extrema vulnerabilidade social, condição que também inviabiliza que os seus familiares pudessem se deslocar até a unidade. Contudo, a equipe da unidade se recusou a realizar o cuidado de Edson no seu domicílio alegando que o ambiente era insalubre e que não poderia realizar os curativos em tais condições. Mais uma vez dialogamos com os profissionais da unidade sobre toda a situação enfrentada por Edson, afirmando a necessidade e legalidade do cuidado domiciliar do mesmo, porém, sem resultado. Com efeito, os técnicos da respectiva unidade se mantiveram irredutíveis na sua decisão de negar o cuidado baseando-se no argumento segundo o qual, as condições de insalubridade da casa de Edson inviabilizam a feitura do curativo.

Toda a trajetória de cuidado realizada com Edson nos convocava o tempo todo a pensar quais caminhos seguir, quais manejos realizar, mas, sobretudo, como ir ali escutando

um sujeito que, ao mesmo tempo que demandava cuidado, falava das dores que sentia, pedia para frequentar o CAPS, também parecia se deixar morrer. Diante de cada novo acidente, Edson voltava ainda mais vulnerável, com a vida em condições ainda mais precária, com os laços familiares completamente fragilizados. Ao mesmo tempo em que ia para a rua, voltava para a casa, em um movimento incessante, que apontava também para um movimento subjetivo que não conseguia elaborar as perdas, as frustrações, as recusas do mundo. A rua o "abrigava" no momento de maior dor e também presentificava um sujeito que vivia nela, quando nela estava, em estado permanente de embriaguez, esquecimento, desamparo.

Pelas trilhas do que foi possível acompanhar da trajetória de Edson, teve um momento muito importante, quando, duas estagiárias de psicologia ficaram um pouco mais próximas deste acompanhamento. Toda semana visitavam Edson, quando ele permanecia em casa, e foi o tempo em que ele mais esteve ali, conseguindo inclusive narrar suas experiências de vida, contar suas histórias, posto que elas se posicionavam apenas na escuta deste sujeito, dos seus sonhos, quando falava da mulher apaixonada, das queixas sobre o pai e do quanto gostava da sua mãe e não queria decepcioná-la.

Enquanto equipe, fomos compreendendo e construindo um acompanhamento a Edson, através de um dispositivo de cuidado, que o tempo todo nos convocava a inventar várias formas de poder reconhecer a sua existência. Neste sentido, se o caso nos convocava a escutá-lo em uma UPA, no hospital, na rua, ou mesmo dialogar com profissionais de saúde que se recusam a prestar o cuidado de saúde que lhe é direito, assim o faríamos, contudo, o fizemos mediante autorização de Edson e partir daquilo que ele nos apontava de uma perspectiva de cuidado.

Com efeito, o que se reafirma aqui é que, o trabalho clínico possível de ser feito, a partir de um dispositivo de cuidado territorial, comporta a presença de várias pessoas, permite intervenções psicanalíticas clínico-políticas, possibilitando também que todos os envolvidos neste fazer possam ora dialogar com algum profissional de outro serviço, ora com algum familiar, bem como o acompanhando para fazer um curativo em uma unidade de saúde. O que não se pode perder de vista, dentro deste fazer, que o princípio soberano desta prática é colocar o sujeito no centro do cuidado, ou seja, será o sujeito e seu desejo, àquilo que ele consegue enunciar de si e do que deseja, o guia principal das intervenções e manejos clínicos possíveis.

Edson é um sujeito que circula pelas ruas de Salvador se arrastando, em um circuito incessante entre a rua, a casa, os hospitais nos quais ele fez inúmeras cirurgias, devido aos vários acidentes já sofridos. Sobre tantos acidentes sofridos, pergunto a ele: mas por qual

motivo você quis atravessar a rua a qualquer custo, mesmo sabendo que o sinal ainda estava aberto? Ele me diz: “porque eu queria me matar” (sic.).

Diante de falas como a escrita acima, falas pronunciadas por Edson, da perda de um irmão muito querido, do desalento e desamparo encontrado dentro do ambiente familiar, das práticas de segregação sofridas nas inúmeras vezes que tentou ser acompanhado por serviços de saúde e não conseguiu, a rua, para ele, torna-se um “refúgio”, um lugar para onde correr e onde nela é possível desaguar sua dor.

Edson é um sujeito que se atropela, porém, cabe a reflexão, até que ponto a vida dele não figura, dentro de várias negativas de reconhecimento, seja do Estado, como um cidadão de direito, seja da família, como um sujeito de desejo, como uma vida sem valor, uma vida que não é vida, mas sim, uma vida matável?

A partir do que afirma Membe (2018) sobre como se reconfigura os poderes de vida e morte sobre as populações, diferentemente de como a vida era gerenciada pela biopolítica, tal como propunha Foucault (2008), a história de Edson nos permite caminhar por uma compreensão de como as vidas matáveis são também aquelas que, em muitos momentos, se deparam com a segregação que o Estado realiza, através de um agir micropolítico.

Aqui, se arrisca dizer que o sujeito é agente e paciente, ao afirmar que o mesmo atropela-se, afirmo também que há um dentro fora, ou seja, se há um campo social que o segrega e exclui, há também um sujeito que responde de uma dada forma, a partir do lugar que ocupa no laço social, àquilo que lhe acontece desde fora. Portanto, se pressupomos a existência de um sujeito, pressupomos também que ele pode, mesmo que minimamente, inventar saídas para lidar com o que lhe faz sofrer, situado que está subjetivamente no laço social, cabe a nós, àqueles que direcionam suas práticas pela via do reconhecimento de um sujeito, reconhecimento que pode advir pela escuta da sua singularidade, criar condições para que ele possa também reinventar formas de lidar com a sua dor.

Pontuemos, entretanto, que aqui não se exime de responsabilidade um sujeito pelas escolhas que ele realiza, mas interroga e convoca o campo social naquilo que lhe cabe de responsabilidade, no reconhecimento desse sujeito enquanto possuidor de uma vida que tenha valor. Aqui, interrogamo-nos, sobretudo, como a psicanálise, presentificada através de uma escuta, pode gerar condições para que este sujeito possa falar de si, da dor que sente, e, dos caminhos que encontra para fazê-la sanar. Seria Edson um “morto-vivo”? “Morto-vivo” tal como propõe Mbembe (2020) ao falar sobre todos àqueles que têm as suas vidas atravessadas por uma política de morte, cujas estratégias acontecem não apenas a partir dos assassinatos

em massa, dos genocídios, mas também de forma micro, tornando a vida de alguns sujeitos matáveis?

Cabe ainda destacar que logo depois de todo o ocorrido que se sucedeu após o terceiro acidente, Edson sofreu um quarto acidente, sendo mais uma vez levado ao hospital onde realizou a quarta cirurgia e, desta vez, sua perna foi amputada. Ao sair do hospital, Edson retorna para a casa da mãe, onde realizei novas visitas a ele. Diz que mais uma vez foi atropelado por um ônibus e que, na ocasião, estava na rua bebendo.

Em um dos momentos em que conversei com Edson, ele dizia que tinha um sonho, gostaria de ser jogador de futebol, adorava assistir jogos e relatava que jogava muito com o irmão que havia falecido. A retirada da perna representava para ele a interrupção de um sonho, e, atrelado a isso, um acontecimento que amplificou condições ainda mais precárias de vida que outrora. Posteriormente, ao encontrá-lo na rua, quando saia da casa da mãe, o encontrava arrastando-se pelo asfalto da cidade, parava e ofertava uma água, mas sempre as conversas eram ligeiras, dizia ele: “não estou bem, depois converso com você”.

Quando ele se dispunha a conversar, não apenas comigo, como também com outros membros da equipe, as conversas mais demoradas aconteciam na sua casa, onde ele falava da sua mãe, que gostaria de ajudá-la, da relação difícil com o pai, pois, como ele afirma: “ele só briga comigo”. Por outro lado Edson toma sempre como horizonte alguns outros pontos, a exemplo de querer voltar a estudar e vender queimado nos transportes públicos, tal qual fazia com seu irmão. Nesse sentido, esses movimentos subjetivos e atuações constantes de Edson não deixam de entrever que apesar de atropelar-se, também está conectado com algum investimento de desejo na vida, há então um dúbio entre deixar-se morrer, mas também continuar vivendo.

Afirma-se, por fim, que em Edson é possível perceber um silenciamento a partir do que ele dá a ver na forma como atua, emergindo, outrossim, um movimento subjetivo de demitir-se da vida. Uma vida que não é reconhecida como tal pelo Estado, posto que, mais do que reconhecer, produz muitos “mortos-vivos” que não conseguem reconhecer-se como sujeitos de desejo, e não encontram outras saídas possíveis que não o de demitir-se da vida, como o de resistência diante daquilo que lhes afeta desde fora, a exemplo do sofrimento advindo do campo sociopolítico.

6.3 Reconhecer a vida na rua: Valmira e a construção da sua casa no asfalto

O caso que será agora apresentado caracteriza-se por apresentar aspectos importantes no que tange ao objeto de estudo da pesquisa e denota de que forma o encontro do sujeito com um dispositivo de cuidado territorial também tem ressonâncias na forma como este sujeito ressignifica as suas relações com o espaço público no qual vive, ou seja, a cidade e a apreensão que faz dela. Além destas questões, destaca-se, outrossim, o lugar que ele ocupa no laço social e, sobretudo, quais resistências subjetivas possíveis esse sujeito lança mão para que, no encontro com aquilo que lhe causa sofrimento, consiga fazer deslocamentos e reinvenções no mundo.

Ao iniciar a apresentação deste caso deslizo na possibilidade de tomá-lo como mote para a abertura da discussão sobre aquilo que Pester (2016) *apud* Fontenele et al. (2018) denomina como "figuras de segregação" já que Valmira escancara certo enquadre desta figura, dado que ela é uma mulher preta, louca, que vive em contexto de rua, em situação de extrema vulnerabilidade social e que, em certo momento, ao engravidar e viver uma gestação na rua, atribui mais uma característica daquilo que parece emergir como sendo uma figura incômoda no meio da cidade. Destarte, entre o meio-fio e o asfalto, orbitando na rua como uma "figura de segregação", a mesma vai tentando lidar com os mecanismos de segregação costurados pela malha do poder. Estes mecanismos, sutis e exercidos através de certa microesfera, serão mais amplamente discutidos tomando como base a ação do próprio do Estado quando utilizou determinadas instituições para retirá-la da cena pública da cidade, já que Valmira não se encaixava no cenário. Assim, partindo deste preâmbulo, passemos então para a história desta mulher.

Adentrando pelas ruas de Salvador, criando vínculos e ofertando escuta, conheci uma mulher chamada Valmira. Ela, logo no dia em que a conheci, apresentava-se de forma muito desorganizada, estava brigando com outra mulher na rua, falava muito alto. Quando ela se acalmou um pouco cheguei mais perto dela e me apresentei, Valmira perguntou como eu me chamava e o que eu estava fazendo ali, prontamente então respondi, "estou caminhando pelo território, parei para te conhecer". Ela riu e logo depois saiu, não quis conversar muito comigo, eu também me retirei do local, me despedi dela e disse que na outra semana retornaria, caso ela quisesse conversar.

A partir deste primeiro encontro, iniciei com Valmira a construção de um vínculo que promoveu a abertura para pensar junto com ela algumas estratégias de cuidado, seja articulando a rede de cuidado, seja acompanhando-a em diversos serviços de saúde, como a uma maternidade e a um CAPS, seja em contato com a família, mas sempre mediante sua autorização, principalmente em poder estar diante dela, podendo escutá-la. Nesta perspectiva,

pude iniciar uma “caminhada” de momentos de escuta com Valmira, a partir da forma como ela ocupava o território, na relação que estabelecia com os profissionais e a maneira como compreendia a rua na sua vida, ou seja, um lugar de morada.

Valmira é uma mulher de 31 anos que na sua forma singular de estar no mundo fez morada em um bairro de Salvador, e, a partir da acumulação de objetos, construiu o seu lar, provocando a revolta das pessoas que viviam nesse território, sendo contra ela feitas inúmeras denúncias para determinados órgãos do Estado que pudessem agir retirando-a do local. Tais órgãos estavam ligados à execução de certas práticas de uma “higienização social”, cujo objetivo primeiro ao abordá-la seria, de acordo com um dos profissionais, de abrigá-la em uma das unidades de acolhimento institucional do Estado.

Em um dos primeiros momentos em que tentei me vincular com Valmira, como apontada acima, ela estava bastante exaltada, brigava muito com outro sujeito. Nesta briga, a mesma foi agredida na cabeça, chorava bastante e ficou desesperada mediante a dor que sentia e o ferimento que havia sido aberto na sua cabeça. Nesse momento, cheguei perto dela e perguntei seu nome. Ela disse sentir muita dor, pediu que a levassem a um médico. Diante do seu pedido, eu, junto com outros colegas que faziam parte de outro dispositivo de cuidado (o consultório na rua), chamei a SAMU, que a levou para uma UPA. Nessa UPA, foram realizados todos os procedimentos médicos necessários e, logo depois, Valmira foi liberada, voltou para o mesmo lugar onde ela havia sido agredida, e, neste mesmo local, passou a reconhecer um espaço de convivência, um lugar de pertença, criando ali a sua própria cartografia existencial do território que elegeu para viver.

A partir do episódio destacado acima, sempre que retornava ao território onde Valmira morava, tentava me aproximar dela, conversar com a mesma e iniciar uma trajetória de acompanhamento pautada, sobretudo, na escuta e cuja orientação teórica poderia se sustentar pela via da psicanálise. Diante desse emaranhado de possibilidades, tantas outras questões entrelaçavam esse fazer e cuja convocação dava-se no sentido de pensar como poderia ofertar um espaço de fala, no meio da rua, para um sujeito que “desorganizava” o fluxo citadino, mas que também, nessa “desorganização”, organizar-se psiquicamente. Tratava-se ali de um sujeito vulnerável social e psiquicamente e, portanto, desamparado no que tange às questões sociais e discursivas, tal como propõe Rosa (2018) ao falar sobre a clínica psicanalítica face às questões sociopolíticas.

Na fala de Valmira era possível perceber que, ao mesmo tempo em que prezava pela liberdade de fazer o que quisesse na rua, tinha medo de tornar possível àquilo que queria. No início, foi difícil construir um vínculo com ela, ficando sempre muito desconfiada todas as

vezes que eu tentava me aproximar e apenas perguntar como ela estava. No entanto, aos poucos, a mesma pôde falar de si, dos espaços na rua que para ela eram sua casa e de como se sentia bem estando ali.

Valmira é uma mulher com seis filhos, possui três irmãs e um irmão, duas delas moram na mesma casa com a mãe. Ao longo das escutas, a mesma sempre retratava como era a sua vida vivendo com seus familiares e dizia que a irmã a prendia. Diante desta fala, perguntei à Valmira como ela se sentia estando presa, e ela dizia que a irmã, por diversas vezes, a acorrentava na cama para ela não sair, e afirmava, dentre outras coisas, que na rua se sentia livre, com as "suas coisas".

Nas visitas domiciliares realizadas à mãe de Valmira, a mesma dizia que a filha sofria de questões psíquicas, mas não realizava acompanhamento psicossocial e nem mesmo fazia uso de medicação psiquiátrica. A mãe de Valmira relatava ainda que a filha, quando criança, sofreu um acidente de carro muito grave o que ocasionou a sua internação em um hospital geral por muitos meses, esse acidente, conforme destaca, provocou, segundo informou a sua mãe, sequelas importantes no que tange às questões psíquicas, bem como a maneira como a sua filha passou a interagir e se relacionar com as outras pessoas.

Ao longo do acompanhamento realizado com Valmira pude perceber que ela oscilava bastante entre a sua residência e a rua, ficando a maior parte do tempo vivendo no espaço público. A mesma dizia preferir estar fora de casa, pois no seu ambiente familiar sofria maus tratos e agressões físicas por parte de sua irmã mais nova que a amarrava e a agredia durante dias. Contudo, na rua, não existiam amarras, "prisões", Valmira se sentia livre e ocupava-se em fazer reciclagem com objetos que ela achava na rua, objetos doados por transeuntes, outros sujeitos assistidos por dispositivos de cuidado no território — a exemplo do consultório na rua —, bem como com doações feitas por alguns moradores com os quais ela tinha uma boa interação.

Cabe ressaltar que se denomino o que fazia enquanto prática profissional na rua como dispositivo de cuidado territorial, cabe-me também discorrer aqui sobre como escutava Valmira, através de uma orientação teórica pautada pela via da psicanálise, mesmo nas condições em que ela se encontrava. Nesse sentido, tendo a pensar, a partir das experiências vividas, das leituras realizadas, que ali não há *sething* tradicional, estou no meio da cidade, tentando escutar a singularidade de um sujeito. Poderia pensar que faço psicanálise em extensão, tomando como primazia aquilo que Lacan (1967) nos ensina sobre o alcance da teoria psicanalítica. Contudo, acredito que o que faço na rua, traçando como método de estudo, pesquisa e prática, àquilo que Rosa (2018) denomina como "intervenções

psicanalíticas clínico-políticas", posto que é um fazer clínico possível, dentro do campo sociopolítico e que abre condições também para a construção de intervenções diante dos cenários que se apresentam e da forma como, sobretudo o sujeito também pode se apresentar.

Portanto, se faço intervenções que se caracterizam por um viés não só clínico como também político, questiono-me então como pensar manejos, estratégias e a escansão de uma prática de escuta que permita que o sujeito para o qual eu direciono tal escuta possa, minimamente, ter condições para inventar práticas possíveis de resistência subjetiva em relação a mecanismos de segregação que o Estado pratica de forma micropolítica. Esta prática que se faz sentir nos territórios cujos efeitos da desigualdade social se amplificam, tal qual o território que Valmira habitava, personificava-se em órgãos do Estado que "propôs" e sustentou um convite para que a mesma se retirasse do local e fosse para uma unidade de acolhimento institucional ou mesmo que retornasse para a casa da família. Doravante, cabe salientar que Valmira sim, resistia, conseguindo ao seu modo subjetivar as suas experiências, ou mesmo colocando-se sem saber, como testemunha do seu tempo, ao falar daquilo que vivia e de como resistia, através de alguns atos.

Com efeito, ao longo dos encontros que tinha com Valmira na rua, passei a propor-lhe um acompanhamento na maternidade mais próxima do território onde ela vivia, para que assim pudesse iniciar o seu pré-natal. Valmira geralmente ficava próxima a um dispositivo físico, a Unidade de Apoio na Rua (UAR) que também fazia parte do Programa Corra pro Abraço e que, nesse dispositivo, a mesma podia tomar um banho, beber um café, falar da sua vida e de si, na medida em que assim o desejasse. Nesse dispositivo, existia uma placa grande sinalizando que próximo daquele lugar havia um posto de polícia. Essa placa era muitas vezes referenciada por Valmira, ao apontar para ela e dizer que aquele lugar era seu, posto que, o nome polícia promovia um deslizamento significativo em relação ao seu nome – nome verdadeiro e não fictício como aqui está sendo utilizado -- e que firmava para ela o direito de poder ocupar o espaço, dizendo: "vou deixar minhas coisas aqui" (sic.).

Entrementes, passei a entender que para ela aquele espaço lhe pertencia e tornava-se um ponto físico de organização psíquica importante, ao passo em que demarcava um pertencimento ao território existencial que havia começado a traçar. Destaco ainda como as intervenções psicanalíticas clínicas-políticas acontecem, dado que, nesta situação, não havia condições, em meio à enormidade das andanças e um circular incessante que Valmira traçava nesse espaço, para tentar pontuar alguma outra coisa que pudesse ali escandir o discurso dela. Entretanto, o fato de se fazer pertencer aquele território, mas, sobretudo, o fato da minha presença ali — presença apoiada por um vínculo construído com a mesma ao longo do tempo

—, fez continência e, de alguma forma, instaurou para ela a certeza de que ali, ela poderia "deixar as suas coisas".

Assim, através da trajetória de cuidado e escuta que foi sendo construída com Valmira, a mesma foi trazendo "suas coisas", aportando-as em um determinado espaço na rua, até que um dia, um dos órgãos do Estado chegou ao território onde ela residia e, através de uma prática violenta, retirou todos os obetos dela do lugar que ela escolhera para morar. Muito entristecida, ela afirmava de maneira repetida que haviam levado as suas "coisas" e que depois disso não sabia onde elas estavam. Entretanto, resistindo, dias depois, trouxe novos objetos, recolocou tudo de novo no mesmo lugar, outras "coisas", doadas por transeuntes, objetos por ela achados, enfim, "coisas" que de alguma forma a organizava psiquicamente, gerando possibilidades de fazer ela mesma a construção da sua casa no asfalto.

Ao longo do tempo, Valmira conseguiu juntar muitas "coisas" e, no meio da cidade, construiu a sua própria casa, esquadrinhada em cômodos, tais como um quarto, uma sala, um banheiro. Valmira conseguiu construir um lar, lar onde ela não se sentia presa e onde ali organizava a sua vida, passando muitas horas arrumando os cômodos da casa, mudando os pertences de lugar dentro da "casa" sempre que assim o desejasse, e sentindo-se feliz, pois, finalmente, tinha um "endereço", um espaço seu, construído a partir do seu desejo e da forma como acredita que deveria ser. Desse modo, sempre que eu chegava ao território para poder conversar com ela, escutá-la, dar espaço para a construção das suas narrativas, perguntava: "Posso entrar para a gente conversar?", ao que ela me dizia: "Sim, Cecília, entre, preciso falar com você". Convidava-me para sentar na cama, e, muitas vezes, apresentava sempre um novo objeto, ou melhor, uma nova "coisa" que ela achava interessante e, por muitas vezes, afirmava: "vou dar ao meu filho", "vou levar para minha mãe".

Em uma das visitas realizadas à Valmira outro órgão do Estado chegou ao território. Dessa vez, um órgão afirmando que a levaria para um abrigo, e que "as coisas" dela poderiam ficar em um galpão. Ela afirmou então que não iria. Ficou muito exaltada e disse: "Eu não vou". Estando eu ali presente, fiz a intermediação e afirmei, através daquilo que considero como um ato, e que, por outro lado, também permitiu a continência da angústia apresentada por Valmira ao se ver ameaçada de "despejo" da sua casa, que a mesma não iria se retirar do local e não iria para o abrigo, já que, mediante a "oferta" apresentada pelo Estado, ela afirmava de forma peremptória que não iria. Assim, eles recuaram e a mesma continuou no espaço, tranquilizando-se logo em seguida.

É preciso pontuar que tais mecanismos de controle operam através do silenciamento para realizar “limpeza de certos espaços urbanos”, impedir que as iniquidades sociais fiquem expostas, silenciando o sujeito, neste âmbito há, portanto, promoção de desamparo discursivo. Nesse sentido, muitas vezes, a estratégia de excluir e silenciar a dimensão subjetiva de sujeitos enredados por uma dinâmica social, cuja exclusão e violência são marcas imperativas e inerentes a esse funcionamento, lançam as vidas desses sujeitos em condições ainda mais precárias de existência.

Assim, fui entendendo que o espaço da rua e a construção de uma casa no asfalto, configurava-se como pontos extremamente potentes para a organização psíquica de Valmira, o que permitia a ela estar na cidade, interagir com as pessoas, exercer autonomia e, também, poder falar daquilo que esperava da vida e por quais motivos preferia estar na rua ao invés da casa onde morava a mãe, os filhos e a irmã. Neste sentido, ao longo de um cuidado compartilhado, articulado em rede, mas, sobretudo, pela escuta de um sujeito na rua, foi possível criar condições possíveis para que esta mulher pudesse exercer o direito de ocupar o espaço público e de estar no mundo.

Com efeito, o investimento no acompanhamento desde o início do primeiro encontro realizado com Valmira, caminhou não só em relação a escutas ofertadas a ela na rua, como também na articulação do seu cuidado com outros dispositivos, a exemplo do consultório na rua, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), visita domiciliar, acompanhamento da gestação da mesma em uma maternidade, bem como cuidados possíveis de serem ofertados a partir de um dispositivo que se faz nas andanças. Todavia, ressalta-se que tal prática não deve deixar de ignorar, como princípio norteador das ações, o sujeito e seu desejo, princípio que só pode ser sustentado quando se mantém sempre presente a perspectiva de que é preciso escutar o outro e reconhecer sua existência ali onde a miséria, o desamparo, e as violências de todas as ordens quase sempre compõem o cenário das ruas.

Ainda a partir do que nos diz Foucault (2008), é preciso afirmar que a loucura foi forjada como um estado de desrazão, através de saberes, discursos que legitimaram práticas e instituíram / instituem relações de poder, relações que multideterminam causas de exploração e exclusão. Contudo, a aposta em práticas de trabalho cotidianas pautadas através de uma perspectiva ética, clínica e política promovem, outrossim, resistência contra esta forma de construção da loucura descrita por Foucault.

Por fim, cabe também lembrar que o estado de loucura foi o mote para que muitas mulheres no mundo e também no Brasil sofressem inúmeras violências e violações de direito, estigmatizadas por tal insígnia e que, não obstante toda uma trama discursiva sustentada

principalmente pelos enquadres da psiquiatria, muitas delas resistiram, e tomo como exemplo não apenas Valmira, como também Estamira.

Estamira foi uma mulher que morreu aos 70 anos de idade, sendo que, por 22 anos, viveu em um aterro sanitário no Rio de Janeiro. Estamira foi morta em decorrência de uma infecção generalizada após esperar, durante dois dias no corredor de um hospital público do referido Estado, para ser atendida. Porém, na vida no lixo acreditava ter a missão de transmitir para as pessoas princípios éticos da condição humana e, foi através desta missão, que esta mulher presenteou o país que tanto a segregou, mesmo na hora da sua morte, com ditos, frases, poesias, escritos que revelam uma lucidez que só a sua loucura poderia proporcionar, destarte, como nos ensina ela: “tudo que é imaginado, existe, é e tem.”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la.
>
> Djamila Ribeiro.

Ao movimentar-me em direção à realização desta pesquisa, fiz a escansão de uma pergunta inicial sobre escutar sujeitos que vivem em contexto de rua e escolhi realizar uma investigação na qual eu pudesse tomar como objeto de estudo o tema da segregação e as formas que o sujeito encontra para lidar com as ressonâncias que ela, a segregação, pode provocar. Por esta via, a psicanálise esteve neste trabalho como um dos pontos de sustentação para tal investigação, tomando como princípio de que a prática de uma psicóloga que atua com sujeitos que vivem em contexto de rua, deve marcar como necessário, o reconhecimento da existência do sujeito, mesmo diante da miséria e sofrimento advindo do campo sociopolítico.

Entretanto, se por um lado é possível dizer que estes sujeitos encontram-se desamparados de forma social e discursiva (ROSA, 2018), cujas subjetividades estão atravessadas pelo radical, pela escassez de alimento, de afeto e de laço, por outro, é necessário também a aposta de que, mesmo em meio ao extremo, estes sujeitos podem tentar reinventar novas formas de estar no mundo. Para além de novas reinvenções, o trabalho me convocou a apostar na possibilidade de que este sujeito ocupe a cidade, fazendo dela um lugar possível de se morar através da relação que estabelece, de forma muito singular, com o território que habita.

A aposta que se fez nesta dissertação é de que a oferta de um dispositivo de cuidado, através de elementos como a escuta e o acompanhamento itinerante, por exemplo, podem ser muito potentes para gerar novas conexões, interação de sujeitos que vivem em contexto de rua, com outros pontos da sua existência, seja no território, com a família, com os profissionais ou consigo mesmo.

O esforço empreendido aqui se deu na tentativa de promover reflexões e questões a partir dos pensamentos de uma psicóloga que no meio da rua foi tentando construir um fazer, um fazer difícil, é preciso dizer, pois o cotidiano do trabalho dar a ver as condições precárias de existência sob as quais grande parte da população de Salvador vive. Então, se como psicóloga pude realizar uma formação na qual a dimensão da escuta da subjetividade é

princípio soberano de uma prática, quão profundo foi meu embaraço quando assim não pude fazê-lo dentro de condições consideradas diferentes daquelas já conhecidas, posto que na rua há o encontro com seres humanos comendo lixo, muitas vezes vestindo roupas muito velhas, rasgadas e muito sujas, usando diariamente e de forma problemática substâncias psicoativas para conseguir suportar o real que os inunda.

Com efeito, ao longo da pesquisa tentei dissertar como a segregação e o desamparo tem efeitos no laço e como um dispositivo de cuidado territorial pode promover atos de reconhecimento quando se aposta que a escuta singularizada dos sujeitos que mais amplamente são atingidos pela segregação e o desamparo ressoam de forma significativa. Pela via proposta acima, foi possível afirmar, principalmente no que tange ao acesso à cidade e às políticas públicas de vários setores, que o contexto de rua convoca a um direcionamento da escrita que se dê de maneira interseccional, posto que é um contexto que guarda determinadas particularidades e que, portanto, demandam uma discussão em torno de vários temas.

Partindo destas condições, tracei nesta dissertação um panorama sobre aquilo que intitulei como contexto de rua, podendo destacar os pontos que, na leitura que faço, são indissociáveis de qualquer discussão que venha a ser feita sobre ter o asfalto como casa. Discorrer então pelos temas do uso problemático de substância psicoativa, racismo, desigualdade social, pensar o termo vulnerabilidade diz respeito sobre aquilo que para mim faz sentido quando penso na configuração de um possível “retrato”, mesmo que fosco, de quais são os pontos que nos chamam atenção em um primeiro momento, quando adentramos a rua e que, para mim, a segregação chega de maneira mais forte.

Os sujeitos que vivem em contexto de rua são constantemente segregados. Com essa afirmação, também não acredito que quis ser determinista, porém, compreender na dimensão do campo social e político no qual me insiro enquanto profissional, em como está o sujeito no meio de tudo isso, mas, principalmente, o que é possível a ele fazer diante de atos de segregação, principalmente sofridos quando ele sai da rua e adentra os espaços institucionais onde a aparelhagem do Estado mais fortemente atua para segregá-los, segregação que acontece de diferentes formas.

Trabalhei também com o conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018), que nos ajudou a ampliar a compreensão sobre os motivos a respeito dos quais sujeitos que vivem em contexto de rua são segregados, tem suas vidas atravessadas pelo genocídio de Estado e onde a sua posição subjetiva se apaga, em meio ao desamparo não apenas social como também discursivo (ROSA, 2018).

Na finalização da trama argumentativa que fiz até aqui, afirmo, em concordância com Mbembe (2020), que é importante proclamarmos a diferença para que a humanidade de cada sujeito não seja destituída. Neste sentido, faço mais uma vez referência à leitura de Herzog (2019) quando esta demarca, imbuída de uma leitura do referido historiador sobre a necropolítica, que é uma realidade já dada que o outro pode causar dano, gerando medo e dor, contudo, não quer dizer que se deva reagir a isto com intolerância em relação a este outro, praticando contra ele, por exemplo, um ato de violência. A autora argumenta, ainda pautada nesta afirmação, que uma vida depende de outra vida, do outro que pode ferir assim como o contrário, mas não há nada que se possa fazer para evitar isso, é possível conviver com isso na medida em que reconheço a humanidade que há em cada sujeito. Portanto, a luta a ser travada deve ser a de reconhecimento entre os sujeitos da vulnerabilidade da existência, reconhecimento que diz respeito a ser visto, ouvido, respeitado na condição do outro de sujeito.

Nesse ponto, esta dissertação tentou sustentar a posição de que, tal como pondera Mbembe (2020), o reconhecimento da vulnerabilidade e da finitude que são comuns aos seres humanos pode provocar outros efeitos que promovam mais atos de afeto do que de separação/segregação. Por quanto, esta escrita sustentou-se também na aposta de que o reconhecimento de sujeitos que não são reconhecidos deste lugar pode promover, mesmo que minimamente, alguma subversão possível, ainda que de maneira claudicante, de uma dada política de morte. Aí a psicanálise pode implicar-se, construindo um lugar de atuação e presença no âmbito sociopolítico da vida a partir de questões que entrelaçam o contexto de rua. Nesse sentido, considera-se ainda que esta dissertação possa gerar questões importantes em torno dos serviços, em relação às políticas públicas, para os dispositivos de cuidado que se quer em território e em liberdade e para o enfrentamento da necropolítica.

Doravante, ao finalizar essa travessia de escrita e reflexão, destaco que a tentativa aqui posta foi a de traçar um caminho onde a rua seria apresentada como um espaço não só de miséria e exclusão, como também de potência subversiva, inventiva, dinâmica. Todavia, reafirma-se que esta é a minha aposta em um trabalho que acontece no frenesi da cidade, passando pela necessária tarefa ética de reconhecer o outro enquanto um sujeito de desejo, escutando aquilo que de mais singular comporta, a singularidade das suas histórias e narrativas sobre si, mesmo em meio às mais diversas situações que ocorrem no campo dos fenômenos sociais e políticos.

Há uma luta por reconhecimento, luta que, cada sujeito que vive em contexto de rua tem que travar cotidianamente para que suas existências sejam vistas e reconhecidas, apesar

de todo o movimento contrário que o Estado e a sociedade insistem em realizar, negando-os enquanto sujeitos de desejo e cidadãos de direito. Há uma negação da existência da vida na rua, dos sujeitos que a habitam e dos direitos que a lei lhes confere. Contudo, o cenário está dado e, portanto, é preciso fazer alguma coisa a partir do lugar de onde falo, do lugar de onde atuo e por onde também aposto na potência transformadora e política que tem a psicanálise, quando a levamos para a rua, para a cidade, presentificando-a através da escuta de um sujeito que acompanho na retirada de um documento, em uma consulta, e mesmo sentado ao lado dele no asfalto.

Desta feita, compreendo que falar é um ato de resistência, de existência e possibilidades, sendo esta dissertação, outrossim, o compilado de uma fala, uma narrativa, uma experiência de quem na rua pôde escutar de sujeitos o que é viver nela, sobre o sofrimento vivido quando alvo de atos de segregação e da luta empreendida diariamente por eles para se manterem vivos, mesmo diante da miséria, do desamparo e toda forma de violência a qual estão expostos. Neste sentido, finalizo este escrito compartilhando com o leitor a aposta de que esta fala será ouvida, esta experiência será publicizada e que sim, há inúmeras formas de enfrentamento e resistência a uma dada política de morte, orquestrada de forma contundente nos últimos três anos no Brasil e que mata a cada dia, e de diversas formas, o preto, o pobre, que vive em extrema miséria, a exemplo daquele que faz da rua um lar possível.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luis. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial.** Rio de Janeiro: Editora Fiocuz, 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Rosa do Povo.** Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, Tavares de; SAAD, Luiza. **Outros caminhos são possíveis: Corra pro Abraço – Ação Pública de redução de riscos e danos para populações vulneráveis.** Salvador: Comunidade Cidadania e Vida, 2019.

ASKOFARÉ, Sidi. **Aspectos da Segregação.** Revista A Peste, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 345-354, jul. / dez. 2009.

AYRES, José Ricardo; et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In.: CZERESNIA, Dina & FREITAS, Carlos. **Promoção da Saúde: Conceitos, reflexões, tendências.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

BETTS, Jaime. **Desamparo e Vulnerabilidade no Laço Social – A Função do Psicanalista.** Rev. Assoc. Psicanal. Porto Alegre (APOA), n. 45-46, p.09-19, jul. 2013/jun. 2014.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do Mal-Estar e da Resistência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BIRMAN, Joel. **Cadernos sobre o Mal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (falta o ano).

BOECHAT & CALDAS. **A clínica psicanalítica na rua diante da violência e segregação.** Revista Subjetividades, Fortaleza, Ed. Especial: 13-23, 2018.

BRASIL. **Resolução 510/2016, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2012c.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. **Portaria 7.053/2009**. Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm.

_____. **Portaria 3.088/2008**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema único de saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas** / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST/AIDS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008. Disponível em < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf> Acesso em 20 Nov 2019.

BROIDE, Jorge. O trabalho Clínico junto às populações afetadas pela violência de Estado. In.: ROSA, Miriam; COSTA, Ana Maria; PRUDENTE, Sérgio (Orgs.). **As Escritas do ódio: Psicanálise e Política.** São Paulo: Escuta / Fapesb, 2018.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília. **A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções.** São Paulo: Escuta, 2020.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CAMPOS, Rosana. **Psicanálise e Saúde Coletiva: Interfaces.** São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

CAFRUNE, Marcelo. **O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos.** Revista Bauru, v.4, n. 1, p. 185-206, jan/jun., 2016 (6).

CAPONI, Sandra et al. **O Cuidado em saúde mental e o dispositivo de segurança no Brasil: transversalidades discursivas referentes à problemática de risco**. Revista Interface: Comunicação, Saúde e Educação: 2016; 20 (59): 917-28.

CARDOSO, Marta & HERZOG, Regina. (Orgs.). **Diferença e Segregação.** Curitiba: Appris, 2018.

COELHO, Carolina Marra. **Psicanálise e laço social – uma leitura do seminário 17.** Revista Mental – ano IV – n. 06 – Barbacena – jun. 2006 – P. 107-121.

CRISTÓFARO, Helgis. Narcisismo: identidade e diferença – uma unidade em tensão? In.: DUNKER, Christian Ingo; Et al (orgs.). **Patologias do Social: Arqueologia do Sofrimento Psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

DALLAZEN, Lizana. **O trabalho da psicanálise repensando em suas ramificações e especificidades.** Disponível em: http://sig.org.br/wp-content/uploads/2016/04/resenha1.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2020.

DANTO, Elizabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In.: **O Mistério de Ariana.** Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Editora Veja, 1996.

FERRARI, Ilka. **Realidade Social: a violência, a segregação e a falta de vergonha.** Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza –Vol. VII – Nº 02 – p. 269-284 – set/2007.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Cuidado e saúde: uma visão integrada.** ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos, v. 29 (2) 11-29, 2011.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **A metapsicologia do cuidado.** Revista Psychê – Ano XI – nº 21 – São Paulo – jul-dez/2007 – p. 13-30.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio; MINERBO, Marion. **Pesquisa em Psicanálise: Algumas ideias e um exemplo**. Jornal de Psicanálise, São Paulo, 39(70): 257-278, jun. 2006.

FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In.: _____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra – Graal, 2008.

_____. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977.

_____. **Em Defesa da Sociedade: curso no collège de France.** (1975-1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FONTENELE, Thalita et al. **A Segregação em Lacan cinquenta anos depois.** Revista Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 30, n. 3, p. 493 – 505, set-dez/2018.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma Introdução. (1914). In.: _____ . **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. V.14.

_____ . A teoria da libido e o narcisismo. Conferências Introdutórias à Psicanálise. (1916-1917). In.: _____ . **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2014. V.13.

_____ . Luto e melancolia (1917). In.: _____ . **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. V.14.

_____ . Além do princípio do prazer. (1920). In.:_____ **. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

_____ . O Eu e o Isso. (1923). In.: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. V.13.

_____. O Mal-estar na Civilização. (1929). In.:_____ **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. V. XXI.

_____. O Tabu da Virgindade. (1918). In.:_____ **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. V. XIII.

_____. Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921). In.:_____ **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. V.

_____. Inibição, Sintoma e Angústia. (1926). In.:_____ **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. V. XIV.

_____. Linhas de Progresso na terapia psicanalítica. (1919 [1918]). In.:_____ **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. V. XIV.

FUKS, Betty. **Sobre a crítica da psicanálise às políticas xenofóbicas e seus dispositivos de poder: segregação e genocídio.** Revista Subjetividades, Ed. Especial: 23-31, 2018.

FUINI, Lucas. **Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos.** Ituiutaba, v. 6, n. 1, p. 253-271, jan./jun. 2015.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços.** Rio de Janeiro: L&PM, 2005.

Garapa. Direção: José Padilha. Produção de José Padilha e Marcos Prado. Brasil: Downtown Filmes, 2009. DVD.

GONDATR, Jô. **Ferenczi como pensador político.** Cadernos de Psicanálise. – CPRJ, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, jul./dez.2012.

GUERRA, Andréia et al. Reflexões em tempos de permanente genocídio: medo de morrer ou desejo de matar? In.: GUERRA, Andréa; OTONI, Marina; PENNA, Paula. (Orgs.). **Violências e violações impertinentes: Direito e Psicanálise IV.** Belo Horizonte: Scriptum, 2019.

HERZOG, Regina. **O laço social na contemporaneidade.** Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. VII, 3, 40-55.

HERZOG, Regina. **Do preconceito à intolerância: quando se rouba a humanidade do outro.** Revista Ágora (Rio de Janeiro) v. XXII n3, setembro / dezembro, 2019.

JIMÉNEZ, Carla. **Extrema pobreza sobe e Brasil já soma 13,5 milhões de miseráveis.** El País. São Paulo, 06 de novembro de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html.

JOSEPHSON. (2008) – A história das cidades.

JUDITH, Revel. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** São Carlos: Claraluz, 2005.

JUNIOR, Carlos. **Trauma, vida nua e estado de exceção: notas sobre clínica e política**. Revista Interações. Vol. XI, nº 21, p. 57-58, jan-jun, 2006.

JÚNIOR, Carlos. **Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade.** Revista de Saúde Pública 2007; 41 (5): 849-57.

KAUFMANN, Pierre. **Dicionário enciclopédico de Psicanálise:** o legado de Freud e Lacan**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KON, Noemi; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane (Orgs.). **O Racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

LACAN, Jaques. **O estágio do espelho como formador da função do eu**: Escritos (1949). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ . **Alocução sobre as psicoses da criança:** Outros Escritos (1967). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____ . **Preposição de 09 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola.** Outros Escritos (1967). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____ . **O seminário, livro 06**: o desejo e sua interpretação (1958-1959). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

_____ . **O seminário, livro 10: a angústia** (1962-1963). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____ . **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise** (1969-1970): Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LANCETTI, Antônio. **Clínica Peripatética.** São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

LEITE, Sônia. **Angústia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LIMA, Cláudia; JÚNIOR, Antônio. O Mal-estar na cidade: segregação e toxicomania. In.: BENTES, Lenita & GOMES, Ronaldo. (Orgs.). **O brilho da infelicidade.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

LOBOSQUES, Ana Marta. **Clínica em Movimento: Por uma sociedade sem manicômios.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MALCHER, Fábio; FREIRE, Ana Beatriz**. Laço Social, Temporalidade e discurso: Do Totem e Tabu ao discurso capitalista.** Revista Ágora (Rio de Janeiro) v. XIX n.1 jan/abr 2016, 69-84.

MARTINS, Raonna Caroline. **A Escuta ético-política na rua.** 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MENEZES, Lucianne Sant'Anna. **Desamparo.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

MERHY, Emerson. "Os Anormais do Desejo": os novos não humanos? Os sinais que vêm da vida cotidiana e da rua. In.: Conselho Federal de Psicologia. **Drogas e Cidadania: em debate** / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012.

MOREIRA, Jacqueline & MORGANTI, Juliana. Clínica do testemunho: Escuta da trajetória de vida de jovens brasileiros envolvidos com o crime. In.: GUERRA, Andréa; OTONI, Marina; PENNA, Paula. (Orgs.). **Violências e violações impertinentes: Direito e Psicanálise IV.** Belo Horizonte: Scriptum, 2019.

NASCIMENTO, Milton; GUERRA, Ruy. E daí? (A queda). In.: **Clube da Esquina II.** São Paulo: EMI, 1978. Faixa 5. Lançamento em disco de vinil.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em < 110 http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf >. Acesso em 05 Set 2019.

NETO, Alfredo. **A Pesquisa Psicanalítica**. Jornal de Psicanálise, São Paulo, 39(70): 279-288, jun. 2006.

NOGUEIRA, Luiz Carlos. **A Pesquisa em Psicanálise**. Psicol. USP vol.15 nº.1-2 São Paulo Jan./June 2004.

OLIVEIRA, Cristiane; et al. (Orgs.). **Segregações, violências e subjetivações.** Rio de Janeiro: Revan, 2020.

PAGOT, Ângela Maria. **O louco, a rua, a comunidade: as relações da cidade com a loucura em situação de rua.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

PEREIRA, Carlos; FERRARI, Ilka. **A identificação e os processos de segregação na contemporaneidade.** Cadernos CESPUC. Belo Horizonte – n. 28 – 2016.

ROSA, Miriam Debieux. **A Clínica Psicanalítica em Face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento.** Escuta/Fapesp, 2018.

ROSA, Miriam Debieux. **A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica**. Revista Mal-Estar e Subjetividade / Fortaleza / v. IV / n. 2 / p. 329 – 348 / set. 2004.

ROSA, Miriam; DOMINGUES, Eliane. **O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação**. Psicologia & Sociedade, 22(1), 180-188, 2010.

ROSA, Miriam, et al. **Viver em tempos sombrios: a experiência e os laços com os contemporâneos.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 15, n.1, p. 51-68, abr. 2009.

ROSA, Miriam. Psicanálise Implicada: As vicissitudes das práticas clinico-políticas. In.: **Psicanálise: Invenção e Intervenção.** Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) - Vol. 1, n. 1 (1990). Porto Alegre: APPOA, 1990.

ROSA, Miriam, et al. **Os Intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperalidade.** Psicologia Política, 10(19), 107-124, (2012).

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SALES, Jôse. **Racismo no Brasil: Um Olhar Psicanalítico.** Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

SALES, Mione Apolinario. **(In) visibilidade Perversa: Adolescentes Infratores como Metáfora da Violência.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Neuza. **Tornar-se Negra: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SANTOS, Milton.

SOUZA, Jessé. **Crack e exclusão social.** Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2006.

SOLER, Collete. Sobre a Segregação. In.: BENTES, Lenita & GOMES, Ronaldo. (Orgs.). **O brilho da infelicidade.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

VASCONCELOS, Eduardo. **Abordagens Psicossociais: História, Teoria, e Trabalho no Campo.** São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

VIEIRA, Maria Antônia; ROSA, Cleisa. **População de Rua: Quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: HUCITEC, 2004.

Viver sem endereço. Direção: Paul Bettany. Produção de BROW, Dana et al. Estados Unidos da América: Imagem Filmes, 2014.

WAISELFSZ, J. J. (2010). **Mapa da Violência: Anatomia dos homicídios no Brasil.** São Paulo: Instituto Sangari.

WAISELFSZ, J. J. (2012). **Mapa da Violência: A Cor dos homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.

WAISELFSZ, J. J. (2016). **Mapa da Violência: Homicídios por Armas de Fogo no Brasil.** Rio de Janeiro, FLACSO Brasil.

WEINMANN, Amadeu. **Dispositivo: um solo para a subjetivação**. Revista Psicologia & Sociedade; 18 (3): 16-22; set/dez.